



**ANA ELISA FERREIRA MORO**

**O Modelo de Welfare State Social-Democrata de Esping-Andersen: uma reconstituição de seus princípios**

**Campinas  
2014**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**

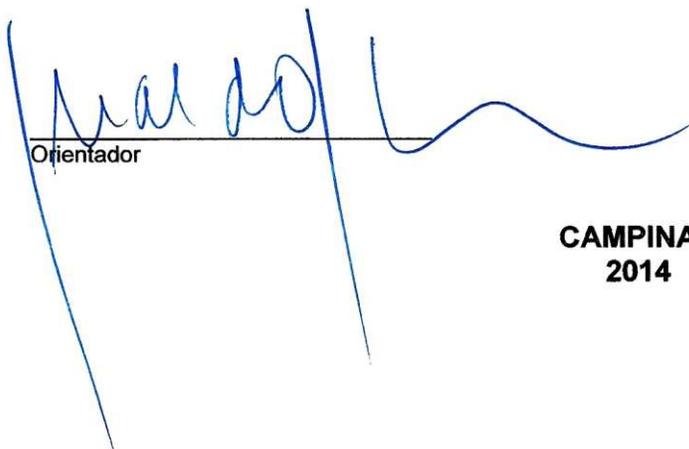
**ANA ELISA FERREIRA MORO**

**O MODELO DE WELFARE STATE SOCIAL-DEMOCRATA DE ESPING-ANDERSEN: UMA RECONSTITUIÇÃO DE SEUS PRINCÍPIOS**

**Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni – orientador**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA ANA ELISA  
FERREIRA MORO E ORIENTADA PELO PROF. DR.  
GERALDO DI GIOVANNI.**

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "G. Di Giovanni".

Orientador

**CAMPINAS  
2014**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Economia  
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

M828m Moro, Ana Elisa Ferreira, 1985-  
O modelo de welfare state social-democrata de Esping-Andersen : uma reconstituição de seus princípios / Ana Elisa Ferreira Moro. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Geraldo Di Giovanni.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Esping-Andersen, Gosta, 1947-. 2. Bem-estar social. 3. Socialismo. I. Di Giovanni, Geraldo, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The welfare state social democratic model of Esping-Andersen : a reconstruction of its principles

**Palavras-chave em inglês:**

Esping-Andersen, Gosta, 1947-

Welfare state

Socialism

**Área de concentração:** Economia Social e do Trabalho

**Titulação:** Mestra em Desenvolvimento Econômico

**Banca examinadora:**

Geraldo Di Giovanni [Orientador]

Marcelo Weishaupt Proni

Alessandro Cesar Ortuso

**Data de defesa:** 27-02-2014

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico



## DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANA ELISA FERREIRA MORO**

**O Modelo de Welfare State social-democrata de Esping-Andersen:  
Uma reconstituição de seus princípios**

**Defendida em 27/02/2014**

**COMISSÃO JULGADORA**



**Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni**  
Instituto de Economia / UNICAMP



**Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni**  
Instituto de Economia / UNICAMP



**Prof. Dr. Alessandro Cesar Ortuso**  
FACAMP



Aos meus pais Maria Lúcia e Durval e a minha avó Catarina,  
pelo amor e acolhimento.



## AGRADECIMENTOS

Neste trabalho procurei aprofundar questões que me acompanharam durante todo meu período de formação. Por isso também constitui um reflexo do amadurecimento que sofri ao longo do tempo, isso não teria possível sem importantes apoios, parcerias e convivências. A lista de pessoas seria por demais extensa se fosse me deter a todos, ademais correria o risco de deixar passar algum nome, por isso prefiro ficar com os sentimentos e emoções contidos em mim (estes que por nada se esquece) e citar meu sincero agradecimento àqueles que por meio do amor e amparo me proporcionaram o bem-estar necessário para que este trabalho fosse possível, toda minha família, especialmente meus pais Maria Lúcia F. Moro e Durval Fernando Moro, a minha Avó Catarina Perna, a minha madrinha Sandra Lúcia, aos meus primos irmãos, Ary (e Keila), Daniel (e Barbara), Felipe, Maria Carolina, Maria Catarina, Maria Clara, Maria Fernanda, Maria Julia, Maria Laura, Maria Luiza, a minhas tias, Neusa, Regina e Vera e aos meus tios Zeca e Eduardo.

À minha amiga Joana pelo prazer e reflexão que nossas tertúlias me provocaram, aos meus amigos que compartilharam comigo a vida como ela é, mostrando que a troca pela vivência enriquece Arthur, Batata, Bibian, Bruna, Brunot, Fred, Gabi, Gaúcho, Gebs, Jackie, Julia, Lauren, Matheus, Mulato, Paulinha, Soci e Yan.

Aos amigos da pós-graduação que fizeram com que o meu período de mestrado tivesse mais sentido e alegria, Armando, Bruno, Caroline, Eduardo, Fabinho, Lima, Lucas, Patrícia, Paulo, Pedro Henrique, Hugo e Valter.

Aos meus professores que me estimularam e encorajaram a seguir em frente Suzana (Português 6<sup>a</sup> série), Guto (filosofia 1<sup>o</sup> colegial), Plínio (História 1<sup>o</sup> colegial), Celinha (Sociologia 1<sup>o</sup> ano graduação), Jair (Ciência Política 2<sup>o</sup> ano graduação) Sergio Kraô (Antropologia 2<sup>o</sup> ano graduação), Claudio Batalha (História 5<sup>o</sup> ano graduação), Ricardo Antunes (Sociologia 5<sup>o</sup> ano graduação), José Ricardo (1<sup>o</sup> ano pós-graduação), Alessandra (1<sup>o</sup> ano pós-graduação), Dari (2<sup>o</sup> ano pós-graduação), Baltar (2<sup>o</sup> ano pós-graduação) Marcelo Proni (2<sup>o</sup> ano pós-graduação) e especialmente ao Professor Geraldo Di Giovanni que confiou em mim para realização deste trabalho desde o primeiro instante e com toda a paciência e competência soube me conduzir à conclusão do mesmo.



*“Vivemos em uma era faústica, destinada a enfrentar Deus ou o Diabo antes que tudo isso se cumpra, e o inevitável minério da autenticidade é a nossa única chave para abrir a porta.”*

Norman Mailer



## RESUMO

MORO, A. E. F. **O modelo *Welfare State* social-democrata de Esping-Andersen: uma reconstituição de seus princípios.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

Tendo em vista a trajetória do *Welfare State* cuja origem remete ao continente europeu com difusão e institucionalização após a Segunda Guerra Mundial e partindo das formulações teóricas de Gøsta Esping-Andersen, sociólogo dinamarquês que atribui a emergência do *Welfare State* ao desdobramento de fatores históricos e políticos, como a luta de classes, as estruturas de poder político e estruturas institucionais, a presente dissertação objetiva reconstituir os princípios ético-político e filosófico do *Welfare State* dos países nórdicos, denominado por Esping-Andersen, em razão de sua concepção política, de *Welfare State* social-democrata. O primeiro capítulo retoma o debate que ocorreu durante o século XIX dentro do Partido Social-democrata da Alemanha, no seio do qual as ideias reformistas social-democratas se consolidaram. A reconstrução do debate teórico ocorrido no século XIX entre os socialistas científicos e os chamados revisionistas destaca Eduard Bernstein como teórico do Partido Social-democrata da Alemanha e expoente do revisionismo. O segundo capítulo investiga o período pós-guerra em que a social-democracia adotou os ditames da política econômica keynesiana e assumiu as políticas sociais como meio para mobilização eleitoral e possíveis melhorias das condições de vida da população em detrimento de uma projeto mais amplo de transformação social. O terceiro capítulo descreve, com base nas teorias de Esping-Andersen e Peter Baldwin, a situação dos países escandinavos, onde se concretizou o “modelo social-democrata” de *Welfare State*. Baldwin acrescenta que o fato de possuir riscos ocupacionais mais homogêneos possibilitou aos países nórdicos a decisão pelos agrários liberais de políticas sociais universalizantes já no século XIX. No século seguinte a mobilização do Partido social-democrata nos países escandinavos manteve o universalismo ao refletir duplamente os interesses das classes mais desfavorecidas e da classe média. Deste modo, as condições particulares que definem os países escandinavos (dentre elas a alta homogeneidade ocupacional) faz com que o êxito deste “modelo social democrata” seja irreprodutível em outros países.

**Palavras-chaves:** *Welfare State*, social-democracia, Partido Social Democrata da Alemanha (SPD).



## ABSTRACT

MORO, A. E. F. **Esping-Andersen's social-democratic Welfare State model: a reconstruction of its principles.** 2013. 123 f. Thesis (Masters) - Institute of Economics - State University of Campinas, 2013.

Given its trajectory, the origin of the Welfare State can be traced to the European continent, that diffused and became institutionalized after World War II, and based on the theoretical formulations of Gøsta Esping-Andersen, a Danish sociologist who attributes the emergence of the Welfare State to the unfolding of historical and political factors such as class struggles, the structures of political power and institutional structures, this thesis aims to reconstruct the ethical-political and philosophical principles of the Nordic Welfare State, Esping-Andersen termed, by reason of his political conception, social-democratic Welfare State. The first chapter analyzes the debate that took place during the nineteenth century within the Social-Democratic Party of Germany, within which the reformist social democratic ideas have matured. The reconstruction of the theoretical debate that occurred in the nineteenth century among the scientific socialists and the so-called revisionists maintain Eduard Bernstein as a theorist of Germany's Social Democratic Party and an exponent of revisionism. The second chapter investigates the post-war period in which the social-democrats adopted the dictates of Keynesian economic policy and acknowledged social policies as a means of electoral mobilization and possible improvements of the living conditions of the population at the expense of a broader social transformation project. The third chapter describes, based on the theories of Esping-Andersen and Peter Baldwin, the context of the Scandinavian countries, in which the "social-democratic model" of Welfare State had materialized. Baldwin adds that since Nordic countries had more homogeneous occupational hazards that enabled them to opt for liberal agrarian universalizing social policies already in the nineteenth century. In the following century the mobilization of the Social-Democratic Party in Scandinavian countries maintained universalism to reflect both the interests of the lower classes and the middle class. Thus, the particular conditions that define the Scandinavian countries (among which is high occupational homogeneity) makes the success of this "social democratic model" difficult to replicate in other countries.

Keywords: Welfare State, Social Democracy, Social Democratic Party of Germany (SPD).



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
<b>1. CONSTITUIÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA</b>	
<b>1.1 – História do Partido Social-democrata da Alemanha.....</b>	<b>3</b>
<b>1.2 – O programa introduzido no Partido Social-democrata da Alemanha .....</b>	<b>8</b>
<b>1.3 – A Segunda Internacional e o debate com Bernstein .....</b>	<b>12</b>
1.3.1 O momento ético-político introduzido por Eduard Bernstein .....	20
<b>1.4 – Consolidação do reformismo nas ideias social democratas .....</b>	<b>25</b>
<b>2. CONSTITUIÇÃO E CONCEITO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL</b>	
<b>2.1 – O compromisso fordista e a transformação das ideias social-democratas .....</b>	<b>35</b>
2.1.1 – O pensamento econômico de Gunnar Myrdal .....	45
2.1.2 – Fatores determinantes do surgimento do <i>Welfare State</i> .....	50
<b>2.2 – A institucionalização do direito social.....</b>	<b>52</b>
2.2.1 – O conceito de direito social em T. H. Marshall .....	57
<b>2.3 – Emergência do <i>Welfare State</i>: razões políticas.....</b>	<b>62</b>
<b>3. O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL-DEMOCRATA DOS PAÍSES ESCANDINAVOS</b>	
<b>3.1 – Tipologia de Gøsta Esping-Andersen.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2 – O <i>Welfare State</i> e os princípios social-democratas.....</b>	<b>73</b>
3.2.1 – Formação de classe na social-democracia.....	78
3.2.1.1 – Estrutura de classe .....	78
3.2.1.2 – Formação de classe .....	78
3.2.1.3 – Alianças de classe .....	79
<b>3.3 – A social-democracia na Escandinávia.....</b>	<b>82</b>
3.3.1 – Dinamarca .....	84
3.3.2 – Noruega .....	84
3.3.3 – Suécia .....	92
<b>3.4 – O papel dos partidos e sindicatos nos países escandinavos .....</b>	<b>96</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

---

O presente trabalho foi elaborado com base em algumas questões. O fato de o conceito Estado de bem estar social ser utilizado em diversas áreas – Economia, Sociologia, Medicina, Serviço Social, Ciência Política etc – trás indagações importantes: A forte presença desse conceito nos debates atuais é indício de sua relevância para nosso tempo histórico? Se a resposta for afirmativa, de que forma ele se faz relevante?

Minha história de vida inclui o trânsito pelas áreas da Sociologia e da Economia, o que justifica o interesse e a elaboração desses questionamentos, ao mesmo tempo em que me instiga a explorar aspectos associados ao tema.

Este trabalho pretende investigar os princípios e pressupostos do *Welfare State* social democrata, caracterizado pela sua universalidade e pelo impacto sobre as desigualdades sociais, para que, empossados de maior consciência de sua formação histórica, possamos debater de maneira mais profunda quais seus objetivos e funções assim como suas possibilidades de influenciar outras experiências no plano internacional.

Para tanto, o primeiro capítulo identifica os princípios da social-democracia que seriam orientadores de alguns *Welfare States* contemporâneos, que demandou uma reconstrução do debate teórico ocorrido no século XIX entre os socialistas científicos e os chamados revisionistas, cujas ideias sustentaram a formação dos partidos social-democratas da Europa continental. Eduard Bernstein destaca-se como teórico do Partido Social Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – SPD). Bernstein, ao rever teorias marxistas propõe um caminho reformista para o Socialismo. Contudo, os frutos de sua teoria levariam ao progressivo abandono do objetivo socialista: primeiro, pelo SPD e, depois, pela social democracia mundial.

O segundo capítulo investiga, na conjuntura europeia do século XX, como, baseada nas transformações das ideias social-democratas, a social-democracia começa a apoiar o ciclo dos negócios e visualizar no crescimento econômico o fator mais importante para empreender as melhorias sociais. Assim, social-democracia alicerçada à teoria keynesiana defende o aumento público de gastos sociais, que além de benefícios à população garantiriam o desempenho

econômico desejado (de crescimento). Deste modo, o *Welfare State* passa a ser em alguns países de forma mais acentuada (como nos nórdicos), entendido como fruto da mobilização de classe e reconhecido por suas consequências importantes sobre a estrutura social, com a preservação e consolidação da solidariedade e com possíveis impactos sobre a redução da desigualdade.

O terceiro capítulo com base nas teorias de Esping-Andersen e Peter Baldwin descreve a situação dos países escandinavos, onde se concretizou o “modelo social- democrata”. Baldwin aponta outros fatores que interferiram no surgimento do *Welfare State* dos países escandinavos e acaba minimizar o argumento de mobilização de classe tão exaltado por Esping-Andersen. O argumento de Baldwin é em função das categorias de risco, segundo o autor a estrutura ocupacional dos países nórdicos por ser mais homogênea fez com que as categorias de riscos fossem amplas, isso estimulou políticas sociais mais abrangentes e universais.

Por fim, as considerações finais apontam que as políticas sociais universais relativas aos países escandinavos são fruto também de uma estrutura ocupacional homogênea, que possibilitou às classes burguesas implementar políticas abrangentes já no século XIX. Depois no século XX a mobilização dos respectivos partidos sociais-democratas nórdicos no poder consolidaram a característica universal das políticas sociais ao realizar alianças que representaram, tanto o interesse da classe trabalhadora quanto da classe média.

# 1 CONSTITUIÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA

---

## 1.1 História do Partido Social-democrata da Alemanha

O regime constitucional que procurava legitimar instituições parlamentares associadas ao direito de voto e à formação de partidos políticos de massa estabeleceu-se na Europa ocidental no século XIX, por meio do liberalismo político. Na Alemanha, instituíram-se os primeiros partidos políticos representantes da classe trabalhadora, com um pensamento político que, desenvolvido, tornar-se-ia o que hoje conhecemos como social- democracia.

Foi Ferdinand Lassalle (1825-1864), polonês defensor dos ideais democráticos, quem cria em 1863, em Leipzig, na Alemanha, o primeiro partido socialista alemão, denominado Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein – ADAV*).

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), ambos teóricos revolucionários alemães, foram críticos da ADAV, pois, para eles o partido estava demasiadamente baseado na personalidade de seu líder, impedindo a formação de um movimento capaz de unir internacionalmente os operários. Além disso, os dois teóricos eram contra a tática política lassaliana de alianças e aproximação com as classes burguesas.

Diferentemente dos teóricos revolucionários, Lassalle não via o Estado como órgão de dominação de classe cujo destino seria seu completo desmonte em uma sociedade sem classes como a socialista. Acreditava no potencial educador do Estado, na sua importância como meio para a constituição de um Estado operário. "A ideia central do pensamento político de Lassalle era (...) a necessidade de o proletariado tomar conta do Estado, conquistá-lo pela força (...) do sufrágio universal." (ROVAN, 1979, p.25).

Sobre Jean- Baptiste von Schweitzer, presidente da ADAV, desde a morte de Lassalle, Marx disse:

Creio que Schweitzer etc. são *sinceros*, mas eles são «*políticos realistas*» [*«Realpolitiker»*]. Querem ter em conta a situação existente e não deixar este privilégio da «*política realista*» (...) Eles sabem que as folhas operárias e o movimento operário na Prússia (e, portanto, no resto da Alemanha) só subsistem *par la grâce de la police*. Querem, por conseguinte, tomar as circunstâncias tal

como elas são, não provocar o governo, etc, tal como os nossos políticos realistas «*republicanos*» querem «levar consigo» um *imperador* Hohenzollern. Como, porém, eu não sou nenhum «político realista», achei que era preciso, juntamente com Engels, despedir-me do *Social-Demokrat* numa declaração pública (que V. muito em breve verá numa ou noutra gazeta). (MARX, 1865).

Marx compartilhava com a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também chamada de Primeira Internacional, criada em 1864 em Londres, a meta de estabelecer “um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países que aspiram ao mesmo fim, a saber, o auxílio mútuo, o progresso e a completa libertação da classe trabalhadora.” (MARX; ENGELS; LENIN, 1971, p. 86).

A AIT foi importante por elucidar e aperfeiçoar a consciência de classe entre os trabalhadores, além de estimular a formação de outras organizações trabalhistas em países europeus. Na metade final do século XIX, surgem partidos trabalhistas nacionais por todo o continente europeu, estimulados e apoiados, em particular, pela AIT, que estava pronta para debater as metas e os meios para o êxito desses movimentos.

Wilhelm Liebknecht, socialista alemão que pertenceu à ADAV, mas, por também criticar o culto à personalidade de Lassalle, deixou a associação. Em Londres, aproximou-se de Marx e, em Leipzig, conheceu August Bebel, um homem de origem simples, cuja profissão de torneiro o deixava a par das dificuldades do movimento operário. A necessidade de fundar um partido único dos trabalhadores deixou de existir quando, em Eisenach, no ano de 1869, durante o Congresso da Federação, foi constituído o Partido Social-democrata dos Trabalhadores (*Sozial-Demokratische Arbeiter Partei* – SDAP), que tinha como base teórica as ideias de Marx sobre a necessidade de o proletariado conciliar luta política e luta econômica e objetivos semelhantes àqueles defendidos pela AIT.

Aos poucos, a luta comum foi aproximando os partidos (ADAV e SDAP) e a possibilidade de uma união passou a ser considerada, já que fortaleceria a luta dos trabalhadores. Assim, Wilhelm Liebknecht e outros membros do SDAP concordam em abrir mão de parte das doutrinas e fazem concessões aos lassalianos, em contrapartida, garantem que os aspectos gerais do partido teriam como referências as teses marxistas.

Assim, é iniciada em 1875, no Congresso de Gotha, na Alemanha, a união entre a ADAV, liderada no momento por Hassenclever e Hasselmann, e o SDAP, liderado por Liebknecht, Bebel, Motteler, Geib, Vahlteich Ignaz Auer e Eduard Bernstein, ainda jovem, sob o nome de Partido Operário Socialista da Alemanha (*Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands – SAPD*).

Nesse mesmo momento, é aprovado, por unanimidade o Programa do Partido, conhecido como Programa de Gotha, que continha a seguinte lista de reivindicações:

1. Liberdade de associação;
2. Jornada normal de trabalho e proibição do trabalho dominical;
3. Limitação do trabalho das mulheres e proibição do trabalho infantil;
4. Supervisão estatal da indústria fabril, oficina e doméstica;
5. Regulamentação do trabalho prisional;
6. Uma lei de responsabilidade civil eficaz. (MARX, 2012, p. 88).

Após três anos do programa, em um curto período de tempo, ocorreram dois atentados contra o imperador alemão Guilherme II. Otto von Bismarck, na época chanceler imperial da Alemanha, considerou que o movimento social-democrata tinha envolvimento no caso, por isso, em outubro de 1878, estabeleceu leis antissocialistas que restringiam as ações do partido. Além de o partido ter sido considerado ilegal e impedido de publicar jornais e revistas e de realizar propaganda, alguns de seus líderes foram presos<sup>1</sup>.

Também como forma de coibir a expansão do partido operário, mas sem poder menosprezar a importância dos trabalhadores em um período de plena expansão industrial, Bismarck, nesse mesmo momento, aprovou uma legislação social bastante progressista para a época. Ao instituir os direitos sociais e corporativos para classe trabalhadora, incorporava-a à nação alemã.

O reconhecimento da classe operária por parte do Estado reforçava a decisão do SAPD, sobretudo dos membros que constituíam o grupo parlamentar, pela legalidade, ou seja, pelo não enfrentamento das restrições e pelo empenho na realização do trabalho até os limites das novas normativas.

---

<sup>1</sup> Durante os 12 anos em que as atividades do partido foram consideradas ilegais, estiveram proibidos de circular 155 periódicos e 1.200 textos impressos, ocorreram 900 expulsões de socialistas, obrigados a sair do país, e a condenação de 1.500 pessoas, somando mais de mil anos de prisão. Apenas a representação parlamentar pôde permanecer.

A opção por meios legais vai se refletir diretamente nas eleições federais para o *Reichstag* (parlamento alemão). O sufrágio era masculino e as referidas eleições federais ocorriam de cinco em cinco anos.

O número de eleitores para o SAPD crescia de forma notável. Em 1878, o partido recebeu 437 mil votos; em 1887, já somava 763 mil votos e, no ano de revogação das leis antissocialistas, 1890, obteve 1.427.000 votos, o que fez com que fosse o partido eleito. Logo após a revogação das leis antissocialistas, o partido altera seu nome para Partido Social-democrata da Alemanha (SPD).

A Alemanha do final do século XIX era pujante. Com o desenvolvimento industrial, o número de proletários aumentava consideravelmente. De acordo com Engels, o proletariado estaria “incessantemente em progresso, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, clarividência e certeza da vitória” (*apud* MARX, 1956, p. 99).

A criação do SPD, apesar das divergências camufladas, representava a união de forças em torno de um objetivo comum, gerando mais investimento em propaganda no Partido e conquistando um grande número de trabalhadores.

Contudo, com a nova realidade do capitalismo que se apresentava em fins do século XIX, trazendo transformações que se estabeleceriam propriamente no começo do século XX, era necessário atualizar a base teórica do partido. Isso evidenciou as contradições nele presentes, ou seja, a tensão entre a opção revolucionária, que pressupunha uma completa transformação da sociedade e da economia, e a opção reformista, consoante com reivindicações mais moderadas e mudanças paulatinas.

Eduard Bernstein foi quem primeiro propôs uma sistematização de ideias, com o propósito de ajustar o pensamento marxista ao novo momento do capitalismo. Tais ideias foram apresentadas inicialmente na forma de artigos publicados na principal revista do partido, *Die Neue Zeit*<sup>2</sup>, entre 1896 e 1897, sob o título *Problemas do socialismo* e, depois, de forma mais completa e aprofundada, no livro *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, de 1899.

---

<sup>2</sup> Revista voltada para a teoria do Partido Social-democrata da Alemanha era publicada em Stuttgart e circulou entre 1883 e 1923. Alguns representantes do marxismo publicavam seus textos nela, dentre eles Engels que muitas vezes criticou-a por se afastar dos fundamentos marxistas. Após a morte de Engels em 1895 o número de artigos revisionistas presentes na revista se ampliou.

A discussão suscitada por Bernstein gerou bastante polêmica no partido, porque, depois da revisão das teses marxistas que fez (tornou-se referência do revisionismo), ele enfatizou a necessidade de reformas e, por isso, a importância de o partido estar presente no parlamento. Sua teoria se distanciava da ação revolucionária e ele, desse modo, abria caminhos para a defesa do reformismo em nível teórico.

Segundo Bertelli (BERTELLI; BERNSTEIN; DEL ROIO 2003), o debate a respeito da complexidade do sistema capitalista e, portanto, das investigações marxistas e social-democratas, começou em fins do século XIX e prolongou-se até o início da Primeira Guerra Mundial (1914). Em dado momento, esse debate transcendeu o partido e estendeu-se por toda a social-democracia mundial.

Enquanto as discussões dentro do partido mantiveram-se no âmbito teórico, as ideias de punição, expulsão ou rompimento de qualquer um dos membros estavam fora de cogitação. Apesar das divergências, todos defendiam uma mesma corrente teórica (o marxismo), por isso, os debates pareciam naturais e mesmo bastante pertinentes.

Contudo, em 1914, quando os dirigentes do partido que faziam parte do parlamento aprovaram, por meio do voto<sup>3</sup>, os créditos de guerra, as discordâncias que pareciam circunscritas ao âmbito teórico se evidenciaram na prática, gerando profunda crise. Diante do conflito, a ala descontente saiu do partido.

É, portanto, nesse contexto, entre 1899 e 1914, diante das transformações capitalistas, que Bernstein faz uma revisão das teses marxistas e propõe uma nova ação política para o partido, que se pretende apresentar neste primeiro capítulo. No entanto, para a compreensão das transformações que ocorreram dentro do SPD, será exposto a seguir o programa do partido que antecedeu o debate iniciado por Bernstein.

---

<sup>3</sup> Com exceção da minoria composta de Ledebour, Haase, Lensch, Liebknecht, Geyer, Stolle, Peiroles, Emmel, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Mehring, Otto Ruhle e Eisner, que seguem a linha internacionalista (CARONE, 1993).

## 1.2 – O programa introduzido no Partido Social-democrata da Alemanha

Apesar das diversas interpretações, as análises teóricas que sustentavam o programa social-democrata eram baseadas na teoria desenvolvida por Marx e Engels.

Esses autores realizaram estudos com o objetivo de elucidar o modo de funcionamento das transformações sociais, desvendando os movimentos da sociedade capitalista. Apontaram caminhos de superação dessa sociedade. Defenderam que os fatos humanos são produtos sociais e históricos, portanto, estão relacionados a condições objetivas e é com base nessas condições que as ações e os pensamentos humanos podem se realizar.

Marx e Engels entendem que o homem é fruto das condições materiais da sua produção, ou seja, são o que produzem e como produzem. Para ambos os autores, os homens concebem suas representações e ideias, mas, antes, estão condicionados pelas forças produtivas (força de trabalho humana e meios de produção) e pelas relações sociais já adquiridas em um período anterior.

Assim, o método de Marx parte do concreto, pois entende que este constitui a totalidade das determinações. Para Marx, o concreto é, portanto, ponto de partida, mas também resultado do processo de síntese. De forma resumida, “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1859).

Assim, o método crítico-dialético tem como objetivo revelar as contradições presentes na sociedade capitalista e, a partir daí, entender a causa da exploração do trabalho nessa sociedade e construir os fundamentos de um projeto de transformação social. Em suma, vê-se que Marx não está assentado somente em uma dimensão teórica, alcança a ação prática e deste modo, a transformação social.

Estes autores pretendem desvelar uma falsa aparência gerada pelo modo de produção capitalista que ao produzir mercadorias faz com que estas surjam de forma “autônoma” em relação aos indivíduos. Sustentam que a mercadoria deve ser compreendida como manifestação tanto das relações entre pessoas quanto das classes, elas são produto de uma produção social, ainda que de maneira alienada.

A alienação não é, portanto, percebida pelos autores como uma falta de percepção da verdade, é efeito mesmo da ação social dos homens, é o momento em que a atividade material se separa dos homens, quando perdem o controle sobre esta e passam a ser dominados e constringidos por ela.

Por isso a insensatez causada pelo modo de produção capitalista não se detém somente ao aspecto material de empobrecimento da população, mas na submissão dos indivíduos e classes às leis estabelecidas pelas “coisas” que determinam um modo de viver que é sustentado por aqueles mesmos indivíduos e classes. “Por esse motivo, o significado da revolução socialista não reside na simples superação da indigência material (ou mesmo na sua minimalização), mas na emancipação daqueles vínculos estruturais que necessariamente resultam do sistema econômico da produção de mercadorias.” (HOBSBAWM, 1983-1989, p. 148)

Por isso, a transformação socialista deve ser do ponto de vista de Marx e Engels tanto subjetiva como objetiva, pois é necessário que a prática dos homens se modifique para que suas ideias se alterem. Neste sentido entendem que é a ação prática, a revolução e não a crítica a força que move a história.

Com isto, Marx e Engels dão à teoria um sentido inteiramente novo enquanto crítica revolucionária: a teoria não está encarregada de “conscientizar” os indivíduos, não está encarregada de criar a consciência verdadeira para opô-la a consciência falsa, e com isto mudar o mundo. A teoria está encarregada de desvendar os processos reais e históricos enquanto resultados e enquanto condições da prática humana em situações determinadas, prática que dá origem à existência e à conservação da dominação de uns poucos sobre todos os outros. A teoria está encarregada de apontar os processos objetivos que conduzem à exploração e à dominação e aqueles que podem conduzir à liberdade. (CHAUÍ, 1997, p. 31).

Deste modo, não pretendem os autores que a teoria tome o lugar da prática, nem que a teoria guie a prática, pois não creem em uma consciência “verdadeira” sobre a qual a história deve caminhar.

Bernstein partilhava com os dirigentes do partido, sobretudo Kautsky, de uma interpretação superficial e primitiva da teoria de Marx. Essa interpretação, produto da fusão entre marxismo e darwinismo, baseava-se na ideia de que o fim da sociedade capitalista ocorreria como “necessidade natural” após contínuas crises econômicas.

A concepção teórica que preponderava no SPD apontava para o fato de que a crise capitalista caminhava de maneira inexorável para a ruína completa do sistema. Dessa forma, as

constantes crises do capital garantiriam, quase que inevitavelmente, o socialismo. A esse fatalismo objetivista, que tinha a suposta influência de Marx, Bernstein deu o nome de teoria do colapso, que se resumia a três leis: proletarização, concentração e superprodução.

Portanto, segundo Kautsky, para a teoria ser validada, ela deveria se confirmar de forma imediata nos fatos, ou seja, as “leis” assumiam para Kautsky um caráter objetivo, de forma que a vitória do proletariado passaria a depender da pauperização e proletarização das grandes massas.

Com isso, o programa do SPD ia se caracterizando por uma mistura inseparável de teoria e política. Assim, tanto o plano político como o teórico perdem autonomia e passam a ser integrados na mesma reflexão: modificar as ações políticas significava interferir na teoria, como consequência de uma interpretação histórica fatalista e antidialética do marxismo, da qual os dirigentes e intelectuais do partido, de forma geral, tinham se apropriado.

A interpretação evolucionista e naturalista darwinista do materialismo histórico por parte de Kautsky fazia com que ele encarasse a abolição da propriedade privada dos meios de produção como parte intrínseca da evolução social. Por isso, afirmava: “Nós temos a ruína da sociedade atual por inevitável porque nós sabemos que a evolução econômica cria necessariamente as condições que forçam os explorados a combaterem esta propriedade privada” (KAUTSKY, 1927, p. 1).

Ao defender que as circunstâncias necessárias à supressão do capitalismo seriam estabelecidas automaticamente pelo natural desenvolvimento das forças produtivas, o papel do operário nesse processo perdia importância. Desse modo, os pensamentos sobre a organização política da classe proletária ficavam em segundo plano.

Engels, por sua vez, opõe-se à compreensão mecanicista da história, ao ver o homem como seu sujeito ativo. Os pensamentos humanos influem nos movimentos históricos, diz Engels, mas não se deve esquecer que essa consciência age com base em condicionantes materiais, e conclui que “tudo que põe os homens em movimento tem necessariamente que passar por suas cabeças: mas a forma que adota dentro delas depende muito das circunstâncias.” (ENGELS, SD, p. 197-198).

Para Kautsky, da mesma forma que a superação do capitalismo seria decorrência de um processo natural, assim também seria a formação do partido operário, que decorreria da exacerbação da contradição entre os interesses burgueses e proletários:

Mais cedo ou mais tarde, em cada país baseado no modo de produção capitalista, a participação da classe operária na vida política devia ter como resultado que esta se separasse dos partidos burgueses e formasse um partido autônomo, o partido operário. (PAGGI, 2002, p. 17).

Assim, a confiança de que o capitalismo estava fadado à extinção pelas “leis naturais” fazia Kautsky conceber as reformas sociais sem ver nelas um desvio ao estabelecimento do socialismo, pois, no seu entendimento, este se daria naturalmente, com a evolução econômica que poderia ser mais ou menos acelerada, mas, de forma alguma, regrediria ou estagnaria.

Dessa forma, para esse autor, ter como foco melhorias imediatas não significava abdicar dos objetivos finais. Sabendo que o capitalismo estava destinado ao desmoronamento, não havia por que os partidos socialistas deixarem de lutar pela melhoria de suas atuais condições. Kautsky, assim como Bernstein, acreditava que investir nas metas imediatas era uma maneira de colaborar para a conquista do objetivo final, e não o contrário.

Portanto, o Programa de Erfurt, escrito em 1891 por Kautsky e Bernstein, denunciava as impressões desses autores, ao não conter nenhuma referência à necessidade da ação revolucionária. Dentre as exigências do partido, estavam o sufrágio universal, a legislação direta pelo povo, a livre expressão de opinião, a gratuidade da justiça e da assistência jurídica e a gratuidade da assistência médica.

Kautsky defende que

a tarefa mais importante da classe operária, em sua luta pela conquista do poder político, não consiste em suprimir o sistema representativo, mas sim em quebrar o poder dos governos diante do parlamento e, ao mesmo tempo, em libertar o mais possível o caminho do proletariado para ele. (HOBSBAWM, 1983-1989, p. 183)

Engels critica o programa, por não investir na organização e na consciência de classe do proletariado, passos importantes para a constituição do sujeito ativo na revolução iminente. Por isso, naquele mesmo ano, escreve:

Este esquecer dos grandes pontos de vista principais pelos interesses momentâneos do dia, este lutar pelo e aspirar ao sucesso do momento sem olhar às ulteriores consequências, este abandonar do futuro do movimento por causa do presente do movimento pode ser feito “honradamente”, mas é e permanece oportunismo e o oportunismo “honrado” é talvez o mais perigoso de todos. (ENGELS, 1891).

### 1.3 A Segunda Internacional e o debate com Bernstein

Em fins do século XIX, o capitalismo passava por transformações referentes ao padrão de acumulação de capital. A transição do capitalismo concorrencial para o monopolista coloca fim ao antigo regime baseado no trabalho compulsório e no comércio metropolitano fundamentado no princípio de privilégio.

Nessa nova etapa, esse modo de produção sofre alterações, porque o desenvolvimento baseado na extensão de terras e no trabalho assalariado para a produção de mercadorias se exaure. É o início de um período em que o aumento da produtividade virá da intensificação do processo produtivo, possível, devido à inovação.

Nessa época, os marxistas, ou seja, aqueles que se apoiam na teoria de Marx para produzir suas obras, mostravam-se preocupados com as mudanças pelas quais passava a sociedade capitalista. Entretanto, alguns desses estudiosos desprezaram ou estiveram longe de compreender o grau das transformações. Como fruto de leituras precipitadas e pouco profundas das análises de Marx, parte desses teóricos não se deteve nos aspectos econômicos e técnicos que garantiam a reprodução e acumulação do capital.

Kautsky foi um dos responsáveis por sustentar a teoria catastrofista. Embora o capitalismo estivesse se aprimorando, Kautsky não deixava de crer por um só instante na inevitabilidade de sua derrota. Bernstein, contudo, diante da prosperidade econômica pela qual passava a Alemanha, encaminha suas análises para uma revisão das teses marxistas, e coloca em questão a teoria defendida por Kautsky em relação ao determinismo econômico, introduzindo a dúvida sobre a real possibilidade de o colapso capitalista ocorrer.

A partir de então, sob diversas influências, dentre elas a “social-liberal” defendida pelos socialistas de cátedra, procurou conjugar as efetivas conquistas parlamentares do partido com aquilo que seria o objetivo final da teoria marxista, o socialismo. Assim, passou a ser referência no meio revisionista, sobretudo depois de ter escrito em 1899 o livro *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*.

É fato que o livro de Bernstein “padece de vários defeitos e limitações [...], contudo, mesmo assim, é importante como a primeira tentativa sistemática feita para adequar o pensamento marxista à nova realidade do capitalismo que se configurava no final do século XIX” (BERTELLI, 2000, p. 45).

A exposição das ideias de Bernstein está relacionada com a metodologia e a epistemologia desenvolvidas por Marx na *Contribuição à crítica da economia política*. Seu questionamento principal se refere a um tema bastante complexo, despertado pela teoria marxiana, a tese do colapso capitalista.

De maneira sintética, os quatro pontos abaixo são os mais importantes para compreender do que trata a crítica de Bernstein:

- De acordo com a análise de Bernstein, o desenvolvimento capitalista não estava seguindo o trajeto suposto pela teoria marxista, ou seja, a queda tendencial da taxa de lucro.
- Bernstein não via ocorrer a esperada polarização da sociedade em uma minoria de capitalistas enriquecidos e numerosos trabalhadores empobrecidos. O movimento de enriquecimento da classe capitalista parecia se equilibrar pela presença persistente da classe média, ao mesmo tempo em que a situação das classes trabalhadoras, particularmente na Alemanha de Bismarck, não piorava, em razão da conquista de benefícios econômicos e políticos pela ação sindical.
- Da mesma forma, a concentração de capital não era o único movimento, porque, ao mesmo tempo em que ocorria a fusão dos capitalistas, o capital se difundia entre pequenas e médias empresas.
- Fatores de crise, como superprodução e subconsumo, comuns ao capitalismo concorrencial, eram contornados por um capitalismo mais organizado e regulamentado.

Kautsky vai discordar de Bernstein, ao permanecer crente ao colapso capitalista, pois, para ele, a evolução social levaria o sistema capitalista ao fim. “O irresistível desenvolvimento econômico”, afirma Kautsky no comentário ao Programa de Erfurt, “produz como necessidade natural o colapso do modo de produção” (KAUTSKY, 1975, p. 71).

Kautsky encontra no modo de produção capitalista

o fator que impulsiona o proletariado à luta de classes contra os capitalistas, que aumenta suas forças numéricas, sua coesão, sua inteligência, o sentimento que tem de sua força, sua maturidade política, que acresce cada vez mais sua maturidade econômica, que faz inevitável sua organização em partido político e a vitória deste partido, e não menos inevitável também o modo de produção socialista, com consequência desta vitória. (KAUTSKY, 1966, p. 70).

Observa-se que as discordâncias entre Kautsky e Bernstein se acentuavam. Para Bernstein, o sistema capitalista não apontava para o colapso, pois, quando próximo da extinção, fortalecia-se, ou seja, apresentava mecanismos de adaptação, a ponto de oferecer transformações

compatíveis com sua reprodução. Como exemplo, Bernstein cita o aperfeiçoamento do sistema de crédito, as organizações patronais, a expansão dos serviços de comunicação e informação.

Bernstein, convicto de que o sistema capitalista não caminhava rumo ao colapso, percebeu que o movimento operário social-democrata não podia se ater ao determinismo histórico defendido por Kautsky. Bernstein acreditava que o partido deveria se empenhar em direção aos caminhos que levavam ao parlamento. Para isso, era importante aproveitar todas as chances legais de luta, resistir a qualquer tentação de realizar atos de violência, realizar alianças e elaborar um conjunto de reformas que proporcionassem de forma imediata a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Dessa forma, o socialismo seria estabelecido por meio de um controle gradativo das forças econômicas, que seriam, então, submetidas ao sistema de cooperativas.

As ideias de Bernstein de chegar à revolução por meio de reformas, embora fossem a prática adotada pelo partido, eram majoritariamente repudiadas no âmbito teórico por seus próprios integrantes. Dentre eles, estava Rosa Luxemburgo, de origem polonesa, foi cursar ciências jurídicas, sociais e econômicas na Suíça e, depois, migrou para a Alemanha, chegando ao SPD justamente no momento em que as teses marxistas estavam sendo revistas. Rosa Luxemburgo era uma revolucionária marxista e, portanto, contrária à aproximação entre o partido e o Estado como meio de obter conquistas políticas e sociais, como pretendia Bernstein.

Luxemburgo acreditava que a metodologia e a epistemologia de Marx deveriam ser conservadas. Para ela, as análises de Marx sobre o capitalismo concorrencial deviam sofrer a devida atualização, mas com a utilização do mesmo instrumental.

Entre 1896 e 1897, o revisionismo dominava as discussões do partido. Bernstein era continuamente atacado por defender que melhorias imediatas na situação da classe trabalhadora eram o melhor caminho para o socialismo. Em 1898, essa discussão foi levada ao congresso do SPD em Stuttgart, ao qual Rosa Luxemburgo estava presente.

Durante seu discurso, em relação à conquista de melhorias imediatas, ela declarou:

Precisamente porque nós não concedemos nem um centímetro de nossa posição, nós forçamos o governo e os partidos burgueses a nos conceder os poucos sucessos imediatos que podem ser ganhos. Mas se nós começamos a perseguir o que é 'possível' de acordo com os princípios do oportunismo, sem nos preocupar com nossos próprios princípios, e por meios de troca como fazem os estadistas, então nós iremos logo nos encontrar na mesma situação que o caçador que não

só falhou em matar o veado, mas também perdeu sua arma no processo. (LUXEMBURGO, 3/10/1898).

O debate entre Bernstein e Luxemburgo também se deu nos artigos que publicaram na *Die Neue Zeit* de 1898 a 1899. Além disso, essa discussão entre os ideais revolucionários e revisionistas estiveram presentes também durante boa parte da Segunda Internacional<sup>4</sup>.

O SPD, em virtude do alto grau de organização que alcançou, tornou-se referência da Segunda Internacional, assumindo a incumbência de apontar caminhos para o movimento operário diante da nova fase de desenvolvimento do capitalismo que se iniciava.

Nesse momento, podemos detectar, dentro do SPD, três tendências: a marxista ortodoxa, representada por Karl Kautsky; a revisionista, cujo principal expoente é Eduard Bernstein; e a defesa da ação revolucionária, que tinha como referência Rosa Luxemburgo.

Além dos congressos da Internacional, outros também foram palco das discussões entre Rosa Luxemburgo e Bernstein, como os congressos do SPD em Lübeck, em 1901, e em Dresden, em 1903.

A ampliação da classe média é um fator no qual Bernstein se detém na construção de sua argumentação pela revisão das teorias marxistas. Para esse autor, a coexistência de grandes empreendimentos, representantes dos diferentes ramos industriais, e de empresas de pequeno e médio porte dividia a sociedade em vários grupos e não apenas em dois, como supunham os marxistas, em razão da subsistência de diferentes ocupações com diferentes níveis salariais. Sobre o assunto, Bernstein afirma:

Se o colapso da sociedade moderna depende do desaparecimento das colunas intermediárias, entre o vértice e a base da pirâmide social, se depende da absorção da classe média pelos dois extremos acima e abaixo dela, então a sua efetivação não está hoje mais próxima de verificar-se na Inglaterra, França, Alemanha do que estava no princípio do séc. XIX. (BERNSTEIN, 1997, p. 74).

Em contrapartida, Luxemburgo (1974) diz que imaginar que o aparecimento cada vez maior de empresas pequenas e médias atrapalharia o processo de concentração de capital pela grande indústria significa ter uma compreensão equivocada do desenvolvimento capitalista. Para o capitalismo, o pequeno capital é de fundamental importância, como inovador em potencial do

---

<sup>4</sup> A Segunda Internacional foi instituída em 1889, durante o Congresso Internacional de Trabalhadores em Paris, e perdurou até 1916, quando se dissolveu, em razão de divergência de opiniões quanto à Primeira Guerra.

método produtivo, além de audacioso na penetração em setores de produção ainda não explorados, portanto, não representa uma ameaça à grande empresa.

Luxemburgo (1974) explica que a classe média está sujeita a dois caminhos opostos: um é positivo e favorece o seu florescimento; o outro é negativo e coloca em risco sua sobrevivência. Quando a produção se otimiza, atingindo níveis elevados, o capital médio não consegue acompanhar os crescentes investimentos, por isso, é eliminado pela concorrência. Isso ocorre quando a tendência negativa supera a positiva; no caso contrário, a redução do valor do capital, que ocorre de tempos em tempos, faz decair a produção em relação ao valor do capital mínimo necessário, abrindo o mercado ao capital médio.

Quanto aos dois caminhos que se impõem à classe média, prevalece o de tendência negativa, porque o pequeno capital sobrevive somente quando os negócios estão em boa fase. Logo esse período se esgota e é substituído por outro, em que o meio não é propício ao seu crescimento. Com isso, diz Luxemburgo (1974), a pequena e média empresa estará sempre dependente da grande indústria, pois acompanha da mesma forma o desenvolvimento capitalista.

Em relação à taxa de lucro, os cartéis e fusões característicos do capitalismo monopolista impediam Bernstein de ver que a taxa total de lucro estava decaindo. Marx mostra na obra *O Capital* que, nos diversos ramos da atividade produtiva de uma grande empresa, ocorre uma modificação na composição orgânica do capital (aumento do capital constante em relação ao variável), levando a uma queda da taxa de lucro de forma geral, que provocará pequenas crises, assim para garantir à reprodução do capital a contradição entre capital e trabalho aumenta, gerando uma tendência à ação revolucionária.

Para Bernstein, a adaptação do sistema capitalista tinha a ver com o novo papel representado pelas organizações patronais, que estariam regulamentando a produção, colocando fim à anarquia reinante no capitalismo concorrencial.

Contudo, para Luxemburgo, as associações patronais não teriam como controlar a anarquia capitalista, já que a generalização das fusões e aquisições, ao excluir a concorrência de um determinado setor de produção, apenas estariam aumentando o lucro de um setor em detrimento de outro.

Em relação ao fim do sistema capitalista e à instalação do socialismo, Bernstein acreditava que esse movimento seria precedido pelo estabelecimento da democracia social. Segundo esse autor, a garantia de direitos políticos e educação são condições fundamentais para a

conquista do poder político pelos trabalhadores, bem como para a expropriação dos capitalistas e a socialização dos meios de produção.

Em relação a isso, Bernstein aponta que a posse dos direitos políticos “é o mais importante problema tático que a democracia social alemã tem hoje para resolver, falta delinear os melhores métodos de ampliação dos direitos políticos e econômicos das classes trabalhadoras alemãs” (BERNSTEIN, 1997, p. 27).

Bernstein entendia que o mais adequado seria

organizar politicamente as classes proletárias e desenvolvê-las como uma força democrática; lutar por todas as reformas no Estado que se adaptem a erguer as classes obreiras e transformar o Estado na direção da democracia. (BERNSTEIN, 1997, p. 26)

Para Bernstein, a democracia se coloca de forma primordial, é ela que conduzirá o proletariado ao poder político. As classes trabalhadoras devem estar habilitadas por terem atingido tanto o grau suficiente de maturidade intelectual quanto o desenvolvimento social para desempenhar com êxito o papel que lhes foi atribuído, o de transformação da sociedade capitalista em socialista.

Em contraposição a essa visão, Luxemburgo, ainda no congresso de Stuttgart, assume que “sobre o solo da sociedade capitalista nenhuma planta cresce que suprima a anarquia capitalista”. Para os adeptos do marxismo, o objetivo final continuava sendo a conquista do poder político, assim, a democracia seria ulterior à vitória proletária.

Dentro do projeto socialista de Bernstein, a atuação dos sindicatos ganha importância, pois eles, ao representar os interesses dos trabalhadores dentro da indústria, poderiam organizar politicamente esses trabalhadores, de forma a aumentar seu poder decisório na administração e, assim, conter as forças do capital.

Na compreensão de Luxemburgo, os sindicatos são entendidos como amortecedores de choques e conflitos; servem apenas para impedir salários muito baixos e tempo longo de trabalho. Conservam, assim, de forma equilibrada, a exploração capitalista.

Diferentemente do que defende Bernstein na teoria da adaptação do capitalismo, as associações sindicais não tendem a aumentar o seu poder de influência, afirma Luxemburgo. Elas atingem um ápice de expansão, depois decaem, ao ter de enfrentar os interesses do capital. Segundo Luxemburgo, Bernstein imaginava que o sindicalismo acompanharia a expansão das reformas, que, para ele, também ainda se encontrava em um estágio inicial.

Bernstein acreditava que os sindicatos, a democratização política do Estado e as reformas sociais fossem fatores fundamentais para a concretização gradual do socialismo. Para a realização de reformas sociais, ele insiste em duas condições: o desenvolvimento objetivo da propriedade capitalista e do Estado.

Quanto à dificuldade de colocar fim, com um só golpe, à propriedade capitalista dos meios de produção, Conrad Schmidt, socialista alemão adepto do revisionismo, apontou para uma possível tendência de expropriação gradual da propriedade, seguida de uma divisão também gradual da produção social entre as diversas classes que compunham a sociedade. Schmidt (*Apud LUXEMBURGO, 1974*) acreditava na expropriação gradual por meio de uma limitação progressiva dos direitos, em que o proprietário de capital ficaria restrito à função de mero administrador.

Contudo, para Luxemburgo, Schmidt parece não identificar os caminhos tomados em relação aos aspectos jurídicos da propriedade. Direito à propriedade todos têm, mas isso é muito diferente de participação no direito de propriedade tal como imagina Schmidt. A legislação, ao garantir o direito de possuir propriedade, apenas fortalece aqueles que já a possuem, ou seja, os capitalistas.

Se observarmos a história, diz Luxemburgo (1974), com a mercantilização da produção, o produto social deixou de ser dividido entre as classes da sociedade e passou a ser trocado, adquirindo valor no mercado. A partir de então, o processo de produção deixa de representar a ligação entre os homens, para representar a ligação entre o homem e a coisa. Assim, estava dada a propriedade privada nas cidades feudais.

Com a evolução do capitalismo, a propriedade capitalista, que era direito sobre o produto do próprio trabalho, passa a ser um direito sobre a apropriação do trabalho dos outros, até atingir o ponto em que a propriedade do capital não tem nenhuma relação pessoal com a produção, como é o caso do capital ação.

Assim, o esquema histórico de Conrad Schmidt que mostra o proprietário passando da função de “proprietário a simples administrador” não corresponde de modo algum à tendência real da evolução; esta mostra-nos, pelo contrário, a passagem do proprietário e administrador a simples proprietário. (LUXEMBURGO, 1974, p. 41)

Quanto ao desenvolvimento objetivo do Estado em sociedade, como circunstância indispensável à realização de reformas, da perspectiva de Bernstein, significava eliminar de forma gradual a submissão do Estado à influência de uma oligarquia comercial, abrindo espaço para o estabelecimento de uma democracia real, em que predominariam os interesses comuns à maior parte da população, ou seja, os trabalhadores. Bernstein acreditava que o socialismo se efetivaria, conforme a ampliação do alcance da democracia real.

Bernstein definiu a democracia como

[...] ausência de governo de classes, como indicação de uma condição social onde o privilégio político não pertence a qualquer classe, [...]. A ideia de democracia inclui [...] uma noção de justiça, uma igualdade de direitos para todos os membros da comunidade e, nesse princípio, o governo da maioria, para o qual [...] a vontade da maioria se estende e encontra seus limites. (BERNSTEIN, 1997, p. 113)

Entretanto, Luxemburgo (1974) afirma que, com o desenvolvimento do capitalismo, a natureza do Estado é transformada. O Estado passa a ser uma organização subordinada às necessidades produtivas da classe capitalista. A autora diz que o Estado democrático tem um compromisso com as demandas sociais e o bem-estar geral somente enquanto estes forem compatíveis com os interesses da classe dominante. Isso instaura a contradição nas decisões parlamentares. Nesse contexto, estender a democracia é fortalecer o regime de um Estado cujas decisões não são compatíveis com aquelas relacionadas à transformação social.

Bernstein entende o socialismo com base na raiz *socius*, que tem o significado de cooperar, e não em *societas*, que denota sociedade. Assim, na compreensão desse autor, o socialismo caminha no sentido de uma associação cooperativa.

O sistema de cooperativas, diz Bernstein (1997), é a forma que está mais ao alcance da classe trabalhadora, justamente pelo fato de ser “burguesa”. Do mesmo modo que seria impossível uma sociedade transformar seu modo de vida de uma hora para outra, não tem sentido imaginar que a revolução socialista viria de uma organização social muito diversa da vigente.

Marx (1975) escreve em alguns de seus textos toda a sua indignação em relação à ideia de querer criar uma sociedade cooperativa com a ajuda do Estado. Marx tendo em vista o objetivo de emancipação da classe trabalhadora pensa que esta deveria empreender esforços contra as condições de produção capitalistas e para isso não poderia contar com o Estado. Assim, afirma, “No que, porém, diz respeito às actuais sociedades cooperativas, elas só têm valor na medida em

que são criações dos operários, independentes, nem protegidas pelos governos, nem pelo burguês.” (MARX, 1875, p. 27)

### 1.3.1 O momento ético-político introduzido por Eduard Bernstein

Enquanto Bernstein executava a revisão da análise de Marx, não imaginou, nem por um momento, que pudesse estar se afastando da metodologia e da teoria que até então embasavam sua maneira de ver o mundo. A sua proximidade com Engels (chegou a ser seu testamentário) o estimulou a compreender as transformações capitalistas, mas pouco colaborou para que compreendesse a profundidade das elaborações teóricas de Marx.

Para Bernstein, a crença na adaptação do sistema capitalista não o tornava menos socialista. No entanto, Rosa Luxemburgo (1974) não considerava possível essa conciliação, pois, se a teoria de adaptações do capitalismo estivesse correta, como pretendia Bernstein, dizia ela, não haveria contradição entre produção e troca, capital e trabalho. Sabendo que o desvelamento das contradições do mundo burguês é um dos méritos de Marx e que daí se dá a construção de um autêntico projeto de transformação social, Bertelli (2000) considera que Bernstein apresentava uma interpretação *desrevolucionada* do mundo.

Marx e Engels assumiram o *status* de socialistas científicos, porque puderam desvendar, por meio da análise empírica, as leis e tendências que conduziram o modo de produção capitalista e as relações de produção e troca a ele intrínsecas.

Portanto, diz Engels,

[...] as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos Homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época que se trata. (ENGELS, 2008, p. 91 e 92)

De acordo com Marx e Engels, as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção movem a história. Portanto, é a afirmação de que o processo histórico é movido pelas contradições sociais que faz com que o materialismo histórico seja dialético.

Desta forma, o método crítico dialético a partir concepção materialista da história analisa o real em seu pleno movimento, como parte do desenvolvimento histórico, sendo, portanto, compatível com a práxis, uma vez que percebe a história como meio que se pode intervir e transformar.

Bernstein se opõe ao conceito de socialismo científico. Entendia que o socialismo podia constituir a base teórica de um partido que luta por uma nova sociedade, entretanto, aceitá-lo como científico significava, de acordo com sua concepção positivista<sup>5</sup>, compreender o socialismo como imparcial, e a isso Bernstein se opunha. Para ele, o fato de a sociedade humana estar em contínuo processo de evolução, faz com que seja possível estabelecer objetivos e rumos, porém, a meta final não pode ser predeterminada.

O título de socialismo científico incita a pensar que o socialismo, como teoria, quer e deve ser pura ciência. Esta ideia é não somente errada, como envolve também um grande perigo para o socialismo, pois se presta facilmente a roubar-lhe aquilo que precisamente constitui um dos requisitos principais do juízo científico: a *imparcialidade científica*. (BERNSTEIN, 1997, p. 11)

Bernstein tem uma noção positivista da ciência, crê na imparcialidade do trabalho científico, na imunidade do cientista diante das influencias sociais e da sua própria subjetividade, vê a produção do conhecimento como totalmente racional. A ciência carregaria consigo a pureza, neutralidade e autonomia. Deste modo a ciência marxista se distingue do positivismo, pois não ignora a presença dos fatores sociais, políticos e culturais assume o ponto de vista de classe, ao adotar a perspectiva do proletariado, estabelecendo uma ciência transformadora, revolucionária.

Marx e Engels compreendiam a ciência como ideias produzidas pela sociedade, ou melhor, como formas históricas originadas das relações sociais, estas entendidas como “relações de produção, ou seja, como o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações” (CHAUÍ, 1997, p. 21).

---

<sup>5</sup> O positivismo, cujo principal expoente é Augusto Comte, considera que a sociedade se rege por leis naturais. Os economistas burgueses veem as leis capitalistas burguesas como ‘naturais’, próprias da produção em geral, logo a sociedade não precisa ser transformada e a revolução não é necessária. Ao passo que “o método de Marx, em compensação [...] apreende cada forma ‘por seu lado transitório’, histórico, perecível, porque ele se situa na perspectiva da classe portadora do projeto revolucionário” (LOWY, 1975, p. 32).

Marx estudou a gênese e o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista. A investigação dessa lei de mudança que detecta a passagem de um desenvolvimento para outro estava no nível do conhecimento, contudo, representava a compreensão da sociedade concreta, que era abstratamente exibida por meio da economia política do capitalismo.

Daí que não se tratava, então, de uma questão meramente de tipo teórico de conhecer uma determinada forma de produção; ao contrário, tratava-se de uma questão histórica, isto é, de como essa forma se desenvolve, como se estrutura e como do seu interior e da sua ruína surgirá a forma que a superará. E mais ainda: conhecendo-se essas indicações, conhece-se como e onde se poderá intervir, a ação consciente do homem diante dessas situações, no sentido de provocar tal superação. (BERTELLI, 2000, p. 74)

No livro *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, Bernstein tem o intuito de realizar uma “separação sistemática entre a ciência pura do socialismo marxista e suas partes aplicadas”. A distinção entre as bases teóricas do marxismo e sua “doutrina aplicada” era importante, de acordo com esse autor, para poder conservar o caráter de ciência política.

Para Bernstein, os fatores “realistas” referentes ao socialismo levariam o partido a aplicar suas ações em objetivos mais imediatos, tal como o empenho na realização de reformas econômicas e sociais, tendo em vista a expansão da democracia. Por outro lado, aqueles fatores mais “idealistas” teriam a função de estimular o trabalhador assalariado e outras classes da sociedade a exigir maior igualdade e justiça sociais.

Na percepção de Marx, uma nova sociedade não poderia surgir naturalmente de dentro de uma sociedade capitalista. Para ele, a sociedade seria transformada por uma revolução social conduzida pela classe operária. De acordo com a teoria de Marx, a formação de uma classe operária é de fundamental importância, já que isso amenizaria a competição entre os trabalhadores, tornando possível a consecução de um partido político composto exclusivamente de operários, preservando-se a autonomia operária. A conquista do poder político pelos trabalhadores seria exequível dessa forma, pois eles estariam organizados na luta contra um inimigo comum, os capitalistas.

Przeworski (1989) aponta que, na visão de Marx, os operários eram a força motriz do socialismo, pois possuíam conhecimento da organização da produção, fundamental para a construção da nova sociedade.

## **Polêmica entre Bernstein e Kautsky**

Bernstein criticava o determinismo com o qual Kautsky apontava o condicionamento do desenvolvimento das tendências sociais em relação ao âmbito econômico. Para ele, a economia parecia perder forças na determinação das formas sociais. Por isso, ele era contra a demasiada ênfase nos fatores econômicos na determinação de aspectos políticos, filosóficos etc. Pretendia, com isso, aumentar o peso das ideologias na determinação daqueles aspectos. Assim, Bernstein deu margem para que se considerassem autônomas a ciência e a moral. Aos poucos, esse autor, em uma crítica à interpretação determinista que o partido fazia do materialismo histórico, deduziu que, se o socialismo já não era um resultado necessário do desenvolvimento capitalista, então, deveria ser fundado em bases morais. Assim, afirma:

A maturidade dos proletários não é um fator econômico, mas ético, sua força é uma força política, ou seja, político-social [...] Exatamente porque reconheço a força da consciência do direito como fator dinâmico do desenvolvimento da sociedade não dou à questão do aumento ou da diminuição dos proletários a importância que lhe dão e certamente devem dar os que estão aferrados ao princípio da “imaneente necessidade econômica”. (*apud* PAGGI, 2002, p. 14)

Tais apontamentos pretendiam sobrepujar a interpretação determinista do materialismo histórico e de toda e qualquer explicação que dependesse da resignação à esfera econômica na busca pelo socialismo, esse seria alcançado após uma maior ênfase na capacidade política do partido. Paggi (2002) compreende que é dessa forma que Bernstein apresenta a relevância da concepção ético-político no desenvolvimento do conflito de classes.

Para Bernstein, o partido deveria buscar alianças com outros estratos sociais. Isso, longe de representar uma ameaça ao partido, era de fundamental importância para seu funcionamento, do ponto de vista de Bernstein. “O partido, de acordo com sua natureza e com seu conceito, era algo que extrapolava a classe” (*apud* PAGGI, 2002, p. 35).

Contra a interpretação da teoria marxista feita por Kautsky, Bernstein concede autonomia à esfera ideológica e retoma considerações feitas pela filosofia clássica alemã. Dentre os autores da época, apega-se a Kant, por isso, passa a dar preponderância aos fatores morais na constituição de um partido socialista.

Assim, Bernstein vai defender a necessidade de determinadas forças ideais para a realização do movimento socialista. Uma delas seria o conhecimento. Para Bernstein, é evidente

que o partido político é formado por diversos fatores. Estes, na sua concepção, poderiam se organizar com base num consenso sobre um conhecimento mais preciso a respeito de determinadas “ideias proletárias”, por exemplo, o significado do que é Estado, história e economia. Isso agregaria os trabalhadores, não sendo a presença do antagonismo de classe a razão aglutinadora fundamental na organização da classe trabalhadora em um partido. Dessa forma, para Bernstein, o conhecimento científico e uma maior consciência de classe, em grande parte, independiam do desenvolvimento econômico.

Na consciência moral das massas (...) existe, de acordo com os casos, algo mais e algo menos que um sintoma do desenvolvimento econômico. Os conceitos morais são mais duradouros que este desenvolvimento e, até certo ponto – já que são mais conservadores –, são também independentes do mesmo. (PAGGI, 2002, p. 35)

Bernstein, contudo, não incorpora de fato Kant à teoria de Marx e Engels. Utiliza-se do elemento ético para atribuir autonomia aos aspectos ideológicos em relação aos materiais e, ao mesmo tempo, critica Kautsky, ao trazer a necessidade de atualização da discussão sobre a luta política, tendo em vista as transformações capitalistas.

Kautsky reage ao revisionismo, afirmando que as objeções de Bernstein ao marxismo não eram relevantes, pois não comprometiam a evolução histórica. Dessa forma, assim como Bernstein, Kautsky, mesmo assumindo novas análises em anos posteriores, como será apresentado a seguir, nunca alcançou as propostas desenvolvidas por Marx e Engels. De acordo com Mattick (1939) tanto Kautsky quanto Bernstein foram incapazes de estabelecer relação direta entre a teoria e a realidade. Assim

[...] as observações críticas de Bernstein longe de comprometerem um aspecto qualquer da obra de Marx, desenvolvem uma função seriamente corrosiva da imagem, certamente simplista e cada vez mais inadequada, do desenvolvimento capitalista contida na teoria do colapso. Apesar da concepção deformada da teoria que marca o desenvolvimento da discussão, todos os elementos sobre os quais Bernstein chama a atenção convergem no apelo para um aprofundamento da elaboração política do partido no desenvolvimento de uma ciência política que seja capaz de valorizar, o surgimento de fatos cada vez maiores no âmbito do concreto histórico, algo que a teoria de Kautsky não dava conta. (PAGGI, 2002, p. 13).

#### 1.4 Consolidação do reformismo nas ideias social-democratas

Em 1902, Kautsky lança a obra *A revolução social*, em que fica claro seu deslocamento acentuado para uma interpretação mais radical do marxismo. Nela, Kautsky, ao se opor de forma veemente ao reformismo, afirma a condição naturalmente revolucionária da social-democracia, e sobre isso escreveu:

Uma vez que o proletariado se organiza em partido político independente, que trava conscientemente a luta de classes, então a abolição da propriedade privada capitalista deve se tornar sua finalidade; ele deve levantar a própria bandeira do socialismo não como realização, mas como superação do liberalismo; ele não pode ser mais um partido que se limita às reformas democrático-sociais, mas deve se tornar o partido da revolução social. (*Apud* HOBBSAWM, 1983-1989, p. 319).

Pelo fato destacado por Engels, de a luta armada já não ter espaço na sociedade industrial como artifício para a revolução social, novos meios eram colocados em teste. Assim, no congresso do SPD em 1903, na cidade de Dresden, enquanto o revisionismo era repudiado, grandes greves estouravam na Bélgica, na Holanda, na Suécia, na Itália e na Rússia.

Em princípio do século XX, a Segunda Internacional ocorria concomitantemente ao extraordinário progresso técnico. O aparecimento de novas indústrias marcou o período. A indústria química trouxe novas substâncias, além de novas maneiras de lidar com as já conhecidas como, por exemplo, o aço. É também relevante o surgimento da indústria elétrica, que substituiu o vapor pela eletricidade, e o desenvolvimento da indústria petroquímica, que possibilitou a produção dos primeiros automóveis.

As inovações tecnológicas proporcionaram maior concentração e centralização de capital, estimulando a concorrência entre os capitalistas das nações mais industrializadas, que, para garantir um aumento dos rendimentos em meio à competição, procuraram reduzir custos, seja pela redução de salários (um dos motivos das grandes greves), seja pelo investimento na mecanização e racionalização da produção.

Essa revolução tecnológica, que bruscamente trouxe inúmeras modificações à produção, não ocorreu da mesma maneira nos diversos países, provocando um desenvolvimento desigual entre eles.

Esse foi um momento em que, além do surgimento de pequenas e médias empresas, passaram a existir grandes empresas integradas de modo vertical (com domínio maior sobre o processo de produção) e horizontal (por meio de fusões e aquisições), capazes de conquistar partes cada vez mais amplas do mercado. Nesse sentido, ganham espaço acordos de cartel, fortalecidos pela política protecionista assumida pelos governos. Com grandes empresas dominando o mercado interno, o consumo de massa se torna possível, já que o valor unitário de cada produto se reduz, por conta da produção extensa, padronizada e baseada fortemente no processo de automação.

Assim, impulsionados por grupos de capitalistas influentes e pela disposição de estender a economia capitalista nacional, os países passam a estimular a exportação de capital e a conquista de mercados em outros lugares. A disputa leva à desconfiança. Para se defender, os países investem em armamento, o que gera mais desconfiança e termina por agravar a situação.

A Rússia não conseguiu se esquivar da rivalidade mundial que ocorria e foi pressionada a se industrializar. Para tanto, estimulou investimentos estrangeiros em fins do século XIX. Essa industrialização, da forma como aconteceu, imposta pelo czar Nicolau II, cujo poder e cujas decisões eram inquestionáveis, desagradava à maior parte da população, que sofria as consequências desastrosas de um regime tirânico.

A opressão exercida pelo regime do czar não impediu que a insatisfação popular se manifestasse em organizações políticas. Alguns líderes russos expulsos de sua pátria foram apresentados no exterior à obra marxista, e a teoria assimilada por eles constituiu a base teórica do Partido Operário Social-democrata Russo, criado em 1898.

As manifestações antigovernamentais cresciam, declarando a Revolução de 1905. No campo, terras eram ocupadas; nas cidades, greves monstruosas reuniam 400 mil trabalhadores. Em pouco tempo, o czar reprimiu a mobilização popular, mas as reivindicações das sublevações socialistas não tardariam a reaparecer.

O ano de 1905 foi marcante para a Rússia, em razão da grande movimentação de massa. Também foi um ano de bastante mobilização operária na Alemanha, como decorrência de mudanças políticas e econômicas.

Nessa mesma época, o SPD e os sindicatos alemães entraram em discussão sobre se a greve constituía o melhor instrumento no confronto político. Kautsky, apoiando o partido, dizia

que sim. Depois de assistirem à experiência russa, os sindicatos estavam mais receosos em sua utilização.

No âmbito mundial, conforme os países amenizavam seus problemas com o fornecimento de matéria-prima e investimento de capital em áreas de mão de obra de baixo custo, aumentava a disputa entre os mesmos países por áreas de influência. Estavam envolvidos nessa rivalidade aqueles países cujo processo de industrialização estava mais desenvolvido. A Inglaterra foi pioneira, mas, não muito longe, estavam os Estados Unidos e o Japão, naquilo que ficou conhecido como expansão imperialista<sup>6</sup>.

A concorrência comercial que envolvia as grandes potências gerou antagonismos. A Alemanha entra nessa disputa de forma bastante agressiva, apropriando-se de países da África e da Ásia e dos mercados chineses. A Inglaterra, a França e a Rússia se sentiram bastante incomodadas e, em 1907, uniram-se sob o nome de Tríplice Entente. A tensão que se instalou era o prenúncio de um conflito mundial.

Nessa época, Kautsky inova em seus argumentos, com a reflexão sobre alguns fatos, tais como o resultado da insurreição armada na Rússia, a derrota do SPD nas eleições e a iminência de uma guerra mundial, que demonstravam o isolamento no qual se encontrava seu partido. Na tentativa de fortalecê-lo, Kautsky volta a dar ênfase ao objetivo final e chega a considerar que a guerra poderia desempenhar um papel importante ao estabelecer um confronto direto entre os trabalhadores assalariados e o Estado capitalista, evidenciando a necessidade do socialismo, ou seja, Kautsky dá relevância à ética como condição para o reagrupamento das forças operárias em torno do objetivo final.

Assim, de maneira controversa, adota aquilo que até então era sua crítica ao revisionismo, o momento ético, ao considerar a educação da consciência de classe do proletariado no conhecimento do valor do objetivo final como elemento indispensável à luta de classes e, portanto, à luta política. “Se em Bernstein invocava-se a ética como crítica do determinismo, em Kautski ela se convertia num instrumento útil e necessário para remover os obstáculos que podem se opor ao cumprimento da previsão científica” (PAGGI, 2002, p. 27).

Em prol da unidade do partido, Kautsky abandona as ideias mais radicais e assume uma teoria que dissocia movimento operário de movimento partidário, portanto, o crescimento do

---

<sup>6</sup> Com objetivos definidos, praticavam uma política que pretendia a dominação de novos territórios, culturas e economias. A Ásia e a África foram o foco dessa expansão, que parecia fazer referência às antigas relações econômicas coloniais, por isso, tal período ser caracterizado também como neocolonialismo.

movimento social pouco significava para o desenvolvimento da luta política. O objetivo final dependeria estritamente da consciência operária e de sua respectiva organização em um partido socialista.

Paggi (2002) aponta que, para Kautsky, o que destacava o movimento social-democrata de outras organizações de classe era justamente a clareza que possuía acerca do objetivo almejado pelo movimento dos trabalhadores e, por isso, a importância de esses trabalhadores estarem reunidos em um partido político para a consecução desse objetivo.

Com isso, Kautsky conformou a teoria ao objetivo final. Assim, o importante papel concedido à iniciativa política não seria uma revelação da função do partido, mas uma imposição feita “de cima”, em que cabia à autonomia ideológica reconhecer o objetivo final do movimento. Nessa consideração, Kautsky estava a um passo de reconhecer que o objetivo final socialista seria sempre uma contribuição dos intelectuais para o movimento partidário, algo “trazido de fora” por aqueles capazes de conceber o proletariado em sua perspectiva histórica. A burguesia intelectual seria a responsável por tornar o movimento mais consciente e autônomo.

Desse modo, em relação às formas de luta, Kautsky revê as iniciativas do partido. Já que, diante de um governo mais fraco que o alemão, a mobilização popular russa não conseguiu obter êxito, diante de um governo austero como o alemão, parece que dificilmente a greve política de massa seria uma solução. As estratégias apresentadas pela ala mais radical do partido correspondiam a lutas extraparlamentares, a essas Kautsky e os revisionistas se opunham, temerosos de um contragolpe do Estado e das classes dominantes. Dessa feita, acirrou-se a divergência entre Kautsky e Luxemburgo, defensora do confronto direto. Kautsky se aproximava agora de uma posição mais de centro.

Vê-se que, a partir de 1905, as discussões deixam de se restringir ao âmbito teórico e se expandem para a esfera tática, em que prevalecem discussões sobre as estratégias que o partido deveria adotar. Para Kautsky, esse não era o melhor momento para aniquilar o inimigo, pois não “podiam empreender ações de massa generalizadas na ausência daquelas condições de debilitamento do Estado e das classes dirigentes que eram as únicas condições de seu sucesso” (HOBBSAWM, 1983-1989, p. 189).

O SPD, referência dos partidos da Segunda Internacional, assim como do Secretariado Internacional de Sindicatos, apresentava a diferença entre aquilo que realmente era e o que

aparentava ser. O reconhecimento resultante da admiração por sua excepcional organização contrastava com seu irrelevante papel e dos sindicatos na luta e no enfrentamento político.

O grupo de parlamentares e funcionários em cargos administrativos ou burocráticos que compunham o partido passou a viver à custa do movimento, na expectativa de obter cargos ainda melhores, o que predominava sobre a outra opção, que seria dedicar-se à contínua construção do movimento.

A Segunda Internacional acaba por exacerbar a oposição entre revisionismo e comunismo e evidenciar a aproximação do SPD das práticas reformistas. O que fortaleceu a divergência entre esses dois grupos foi a decisão tomada pelos membros do partido que compunham o parlamento de apoiar a guerra, aprovando o pedido de financiamento para a empreitada bélica.

Depois de o partido ter tomado tal decisão, a massa dos operários dos outros países, envolvida por um discurso nacionalista, cerrou fileira com seus governos e se colocou nas frentes de batalha. Era o fim do internacionalismo proletário e, portanto, o fim da Segunda Internacional.

Em 28 de julho de 1914, marca-se o princípio da luta armada entre a Tríplice Aliança (Áustria, Itália e Alemanha) e a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia). No que diz respeito à posição dos partidos socialistas em relação a esse confronto, além do Partido Trabalhista Independente (ILP) inglês, apenas os socialistas italianos, uma parte dos socialistas franceses, liderada por Jaurès, e os bolcheviques russos se opuseram à postura belicosa assumida pelos governos europeus.

Embora Bernstein não estivesse a favor do confronto entre as potências, encontrava-se unido à grande parcela do partido que estava presente no Reichstag em 1914 quando aprovaram os créditos à guerra. Porém, em 1915, quando o tema entrou novamente em discussão, Bernstein optou por se abster no momento de votação. De fato, essa postura fragilizou sua relação com os outros membros revisionistas do partido. Em 1917, as divergências se explicitaram e Bernstein, Kautsky e outros cindiram com o SPD e criaram o Partido Social-democrata Independente (USPD).

Os dissidentes mais à esquerda do SPD, em virtude da participação da Alemanha na guerra, também haviam saído do partido e fundado a Liga Espartaquista, um movimento revolucionário engajado na esquerda marxista, cujos principais representantes eram Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches. Estes formaram, juntamente com outros grupos de cunho radical, o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

Em fevereiro de 1917, o czar russo renunciou, em consequência da pressão exercida pelas manifestações populares. Era a vitória do movimento trabalhista sobre a classe burguesa e a aristocracia, que se concretizava com o estabelecimento do Partido Operário Social-democrata Russo no poder, assentado sobre forças operárias e camponesas.

Com o congresso composto majoritariamente por bolcheviques e revolucionários sociais, foi possível efetivar a mais urgente reivindicação popular, o fim da participação russa na guerra, que se oficializa em 3 de março de 1918, com um acordo de paz entre o governo russo e o império alemão, o império austro-húngaro, a Bulgária e o império otomano.

Com a saída da Rússia da guerra, os Estados Unidos, que até então participavam como fornecedores de armamentos, começam a temer possíveis perdas de investimentos e optam por entrar na guerra ao lado da Tríplice Entente. Em razão das contínuas derrotas do exército alemão e do descontentamento da população germânica, refletido na rebelião dos partidos socialista daquele país, é assinado o armistício em 11 de novembro de 1918, colocando fim à guerra.

No momento em que o governo alemão percebeu que não sairia vitorioso do conflito, ordenou que o Comando Supremo do Exército estimulasse a formação de um governo composto por civis, imaginando que, dessa forma, o tratado de paz com a Tríplice Aliança resultasse em melhores negociações para a Alemanha. Foi nesse contexto que se proclamou a revolução na cidade de Weimar. Pressionado, Guilherme II renunciou e retirou-se para a Holanda. No lugar do Segundo Reich, foi instaurada, em 11 de novembro de 1918, República de Weimar. O poder legislativo estava nas mãos do parlamento, composto majoritariamente pelo SPD.

O KPD, durante a República de Weimar, dominou a região da Baviera e instituiu a República Socialista. Depois disso, tentou estender o movimento a outros territórios. Da mesma forma que na Rússia, as primeiras decisões estiveram relacionadas com a abolição da propriedade privada das grandes terras e das indústrias estabelecidas na Baviera.

Contudo, esse governo durou muito pouco. Foi interrompido em 1919 pelo governo social-democrata, que, já bastante corrompido pelas classes dominantes, fez prevalecer seus interesses, garantindo o controle econômico por essas mesmas classes dominantes. No mesmo ano, depois de ter cumprido seu papel, os sociais-democratas também foram retirados do poder, ao mesmo tempo em que Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches foram assassinados. Era a volta de um regime conservador.

O USPD deixaria de existir em 1920, quando Bernstein, Kautsky e outros voltam a integrar o SPD. Nota-se que, durante o tempo de guerra, houve uma expressiva associação entre o centro e a ala mais à direita do SPD. Sua inclinação ao revisionismo era revestida de um caráter autoritário. Tanto Bernstein como Kautsky, quando retornam ao SPD, já não exercem a mesma influência sobre as diretrizes do partido.

A revolução alemã termina com a reorganização da monarquia no interior de um sistema republicano burguês, em que o combate ao trabalho precarizado do operário é empreendido dentro dos limites da ordem capitalista. Estava clara a incompatibilidade do posicionamento revisionista com aquilo que seria o objetivo final, ou seja, o socialismo.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o período que se segue apresenta grande mobilização da classe trabalhadora, que, em diversos Estados do continente europeu, tinha como finalidade o socialismo. A Revolução Russa de outubro de 1917 foi um estímulo para que essas manifestações ocorressem. Contudo, exceto no reino czarista, as manifestações lideradas por partidos trabalhistas revolucionários terminaram sem êxito.

Na Rússia, a Assembleia Nacional foi dissolvida, e tropas de outros países que ali haviam intervindo dispersaram-se. O ano de 1921 marca o fim da contrarrevolução. A revolução russa, dessa forma, representou a vitória das teorias e ideias do movimento trabalhista europeu. Este, apesar de bastante entusiasmado com os últimos acontecimentos, logo observou que a revolução não se expandiria para outros lugares, ficaria restrita à Rússia. O internacionalismo não ocorreria de forma prática. Nos países europeus de industrialização avançada, a estrutura capitalista se fortaleceu e ampliou-se o aspecto democrático no âmbito da organização política.

Na Inglaterra e na França, nesse período, houve grandes greves operárias, mas o poder político permaneceu com a direita. Nos países escandinavos, entretanto, os partidos trabalhistas, com a instituição do sufrágio universal, ganharam representatividade no parlamento.

A guerra acaba por expandir e tornar mais intenso o processo de racionalização da produção, o qual já vinha se desenvolvendo desde o fim do século XIX. As empresas industriais suecas se destacam nessa época, no que diz respeito à inovação de bens e à incorporação de um novo método de produção norte-americano, o taylorismo. O fato de a Suécia ter desempenhado um papel neutro na Primeira Guerra fez com que seu desenvolvimento econômico se acelerasse, já que atendia às demandas dos países em confronto.

Depois de uma nova participação no governo sueco, em 1917 – a primeira fora em 1914 – a social-democracia implementou uma lista de melhorias sociais, factível por meio de acordos entre Estado e empregadores e Estado e empregados.

Os Estados Unidos saíram com saldo positivo da guerra, pois, ao longo desse período, ampliaram sua atividade comercial com os países europeus, que, agora, encontravam-se comprometidos com as dívidas que assumiram importando capital e dinheiro norte-americanos. Nova York já assumia as funções de maior centro financeiro do mundo. Os altos lucros dos empresários americanos eram investidos no taylorismo, esse método de produção mais racional, que em breve seria empregado em toda Europa.

A partir de 1920, as proposições revisionistas, destacadas de seu objetivo final, passaram a ser mais consideradas pelos partidos social-democratas europeus. Assim, a ênfase no parlamentarismo preponderou dentre as estratégias dos partidos social-democratas. A questão da socialização de bens até entra na pauta desses partidos, que, agora, estão mais presentes nos governos, mas não conseguem levar adiante a proposta.

O objetivo socialista é progressivamente abandonado, prevalecendo uma política de conciliação com as antigas elites dirigentes do império. Os partidos social-democratas se contentam em lutar por medidas que resultem em melhorias imediatas para os trabalhadores, sem qualquer vínculo com projetos futuros mais amplos, como expansão do cooperativismo, socialização dos meios de produção etc. As conquistas dos movimentos trabalhistas se resumem à ampliação de políticas sociais: garantia de um salário mínimo, habitação, seguro-desemprego, pensão para idosos, assim como jornada máxima de oito horas, que já era uma conquista em diversos países.

Aos poucos, perdeu-se a exigência que estava na base da formação dos partidos social-democratas, ou seja, a completa transformação da estrutura econômica e política da sociedade. Em seu lugar, surgia um discurso menos radical, que pretendia melhorar a situação do trabalhador, sem alterar as estruturas capitalistas.

A concepção social-democrata que se consolida e se difunde mundialmente no pós Segunda Guerra Mundial apresentava a ideia de que, atender as necessidades da população e protegê-la dos riscos sociais, era um modo de corrigir a distribuição de desigualdades gerada pelo mercado e institucionalizar o pleno emprego, contudo na maioria dos países estas garantias não prosperaram. Além disso, o ideal social-democrata de que a reforma social constituiria um meio

para consolidar a capacidade de organização da classe trabalhadora se concretizou apenas em partes.



## **2 CONSTITUIÇÃO E CONCEITO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL**

---

O Estado de Bem-estar Social se originou e desenvolveu em cada sociedade de uma forma distinta, mas se difundiu e institucionalizou de maneira generalizada após a Segunda Guerra Mundial. Esse foi o momento de programas contra a pobreza, de investimento em políticas sociais, de concretização dos direitos do cidadão, enfim, de medidas tomadas pelo Estado para dar suporte ao novo trabalhador que surgia diante de um novo modelo de acumulação capitalista.

A seguir, apresenta-se o contexto econômico, político e social determinante para o surgimento do Estado de Bem-estar Social.

### **2.1 O compromisso fordista e a transformação das ideias social-democratas**

O regime de acumulação intensiva do capitalismo, que tem início em fins do século XIX e se prolonga até a década de 1960, caracterizou-se por uma intensificação do trabalho, capaz de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a confecção de mercadorias. Isso ocorreu com o maior desenvolvimento tecnológico dos meios de produção e com uma nova organização da produção, levando a uma desvalorização das próprias forças de trabalho, o que gerou produção e consumo em massa.

O novo paradigma tecnológico industrial que triunfou nesse período foi elaborado nos Estados Unidos, mas logo difundido para Europa e Japão. Essa nova forma de organização do trabalho se caracterizava por duas técnicas diferentes e complementares. Ambas podem ser qualificadas como inovação de processo. A primeira era referente à especialização e à divisão do trabalho, baseada em métodos desenvolvidos pelo americano Frederick Taylor (1856-1915). Esse engenheiro mecânico estadunidense propôs um modo de administração conhecido como taylorismo, em que há “uma estrita separação entre a concepção do processo de produção, que é tarefa da equipe de planejamento e organização, e a execução de tarefas estandardizadas e formalmente determinadas” (LIPIETZ, 1991, p. 45). A outra técnica pode ser observada na linha de montagem desenvolvida por Henry Ford (1863-1947), que acrescenta ao taylorismo a mecanização, possibilitando a produção em massa.

A ideia principal era que cada trabalhador executasse apenas parte do produto final, ou seja, o operário ao se especializar em uma tarefa, tornava a produção mais eficiente. Por outro lado, a esteira, ao ditar o ritmo de trabalho, poupava tempo de deslocamento, aperfeiçoando o processo de produção. O objetivo era produzir maior quantidade de forma mais rápida, propiciando economia de escala, ou seja, reduzindo o custo por unidade.

No entanto, associados a baixos salários, os lucros cresceram de forma exorbitante, a demanda se tornou incompatível com a produtividade, que alcançava níveis elevados em razão do desenvolvimento industrial. As consequências foram a especulação e a superprodução, que culminaram na Grande Depressão de 1929.

Assim, a partir de 1929, os princípios liberais foram colocados em questão, sobretudo a crença no mercado autorregulado, de que este deveria estar livre de qualquer intervenção, pois assim atingiria o equilíbrio entre oferta e demanda. Os economistas da escola clássica, que preponderavam até então, baseados na lei de Say, de que “a oferta cria sua própria demanda”, nunca estiveram preocupados com a função da demanda no processo de crescimento econômico. Acreditavam que tudo o que fosse produzido seria vendido, mas a história mostrava que as coisas não estavam ocorrendo dessa forma.

Em relação a esse período, Hobsbawm (1994) identifica dois motivos para explicar a crise: desenvolvimento desigual entre os Estados Unidos e as demais economias e baixa demanda da economia mundial diante do novo modelo produtivo.

Segundo Lipietz, Keynes desenvolveu nesse período um papel tão importante quanto Henry Ford, pois, da mesma forma, tinha clareza sobre os acontecimentos daquele momento:

Ford e Keynes haviam percebido que a aceleração dos ganhos de produtividade provocada pela revolução taylorista levaria a uma gigantesca crise de superprodução se não encontrasse contrapartida em uma revolução paralela do lado da demanda. [...] Mas Ford e Keynes pregavam no deserto. [...] Os temores de Ford, de Keynes... e dos sindicatos diante do conservantismo liberal dos Hoover, Lloyd George ou Laval encontraram por isso, na Grande Depressão dos anos 30, naquela gigantesca crise de superprodução, uma trágica confirmação. (LIPIETZ, 1989, p. 30-31)

A Grande Depressão teve consequências tanto sobre a política quanto sobre a opinião pública. Poucos anos depois da crise, a maioria dos Estados havia sofrido modificações. No Japão e na Europa, a tendência foi seguir pressupostos da direita, com exceção dos países escandinavos,

da Espanha, que, após a dominação francesa implementou uma república e dos Estados Unidos à medida que preocupações sociais preponderavam no governo de Franklin D. Roosevelt (1933-1945), com a elaboração do *New Deal*.

As ações dos governos europeus variavam conforme a identificação com o tipo de pensamento intelectual e político. No caso, Hobsbawm (1994) indica três tendências que disputavam a hegemonia nessa época: uma delas era o comunismo marxista; outra era a social-democracia, que, em comparação com o século XIX, tinha sofrido transformações em sua ideologia e, agora, propunha uma opção à economia de mercado (que se estabeleceu de forma plena após a Segunda Guerra Mundial); e a terceira era o fascismo, que, com a crise, adquirira proporções mundiais.

Por conta da crise, os governos europeus perseguiam alternativas que pudessem melhorar principalmente o desemprego, que passou a ser o grande problema discutido pela política econômica. Nessa época, Keynes já contribuía com argumentos econômicos e políticos sobre a questão. A prática de responder ao desemprego com políticas anticíclicas, proposta por esse economista, foi adotada pelos governos social-democratas da Suécia, da Noruega e, de forma menos rigorosa, pela França. Isso representava uma nova forma de entender as saídas para a crise, diferente daquela que a economia ortodoxa praticava e preponderava até então.

No entanto, cada país respondeu à crise de uma forma diferente. Durante a Segunda Guerra, a ascensão da extrema direita receosa de uma revolução social fez com que, de modo geral, a democracia representativa se retirasse, voltando apenas no pós-guerra. Na Escandinávia, contudo, os partidos social-democratas reformistas, naquele momento, consolidaram sua atuação no governo, superando o fascismo, sem que isso resultasse em partidos burgueses.

Desde a década de 1920, tanto a Suécia como a Dinamarca vinham sendo presididas por governos social-democratas e assim permaneceram durante a Grande Depressão e depois dela. A classe média desses dois países se aproximou de movimentos fascistas durante o período de crise econômica, porém, como os efeitos desta foram rapidamente contornados, os governos social-democratas conseguiram se manter no poder, da mesma forma que na Noruega, onde o partido trabalhista conquistou maioria no parlamento em 1935 e assim permaneceu.

O fato é que os sociais-democratas logo descobriram nas ideias de Keynes, especialmente após a publicação em 1936 de seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, algo de que necessitavam com urgência: uma política econômica rigorosa para a gestão de economias

capitalistas. No entanto, foi após a Segunda Guerra que preponderaram as ideias keynesianas, que consistem na intervenção do Estado na economia, a fim de assegurar um nível adequado e estável de demanda agregada.

Durante o período em que prosperou o modo intensivo de acumulação capitalista, a demanda efetiva ganhou importância, pois era a contrapartida da alta produtividade e, portanto, a garantia do lucro e da acumulação capitalistas.

Lipietz define assim o regime de acumulação:

Aquele modo de realocamento sistemático do produto que rege, num longo prazo, uma certa adequação entre as transformações das condições de produção e as transformações das condições de consumo. Um tal regime de acumulação é dado por um esquema de reprodução que descreve, período por período, a alocação do trabalho social e a repartição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção. (LIPIETZ, 1988, p. 102)

O fordismo deve ser compreendido, conforme expõe Aglietta (1976), como uma relação entre processo de produção e modo de consumo, em que uma produção em massa se articula com um consumo em massa.

Para a Escola de Regulação, cada regime de acumulação relaciona-se a um modo de regulação que colabora para a reprodução do sistema capitalista. No estágio de acumulação intensiva, a regulação condiz com o modo monopolista ou fordista (assim denominado pela própria Escola de Regulação, em homenagem a Gramsci). O termo fordismo, que nasce consoante essa teoria, representa a transformação na gestão do processo de trabalho que ocorria nesse período em razão da elevada racionalização do trabalho industrial, mas também representa uma forma de assegurar a própria reprodução do sistema e, portanto, do trabalhador.

Nesse sentido, de acordo com Harvey (1989), o fordismo abrange, sobretudo no momento do auge do capitalismo (1945-1975), um “modo de vida total”, pois interfere também profundamente no modo de reprodução da força de trabalho, ou seja, nas condições reais de subsistência dos assalariados. Desse modo, a produção fordista não deve ser entendida apenas em seu aspecto de organização técnica, além disso, ela “designa [...] um conjunto de transformações maiores do processo de trabalho, estreitamente ligadas às mudanças das condições de existência do assalariado” (Gramsci *apud* Aglietta).

Antonio Gramsci (2008), assim como Marx, acreditava que o método de trabalho está estritamente relacionado com o modo de vida, com implicações até mesmo sobre a forma de pensar e sentir a vida. Assim, conforme o processo racional da produção era disseminado por meio de um novo tipo de trabalho, uma ética coletiva diversa era estabelecida, anunciando uma classe trabalhadora nova. Isso, por sua vez, era feito sobrepondo-se às organizações, que até então tinham sido responsáveis pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

Desse modo, de acordo com Souza (1992), em relação às ideias de Gramsci sobre o assunto, em vez de grupos de resistência, “os sindicatos do futuro deveriam transformar-se em grupos de produção, repartição e negociação, tornando-se, desta forma, um novo sustentáculo da reorganização social” (SOUZA, 1992, p. 17).

O trabalhador exaltado pelo modelo fordista não deveria se destacar por suas características pessoais ou por sua originalidade. O conjunto dos trabalhadores tinha de ser estável, permanente e afinado. O trabalhador como um coletivo era peça fundamental para o funcionamento da fábrica.

A nova forma de produção exigia por parte da empresa a certeza de que a mão de obra estaria disponível. Para tanto, fez-se necessária a adoção de um contrato formal de trabalho, com horários rígidos. Segundo Hyman e Ferner (1992), o trabalho semiqualeficado, formal e organizado se expandiu. O trabalhador fordista não precisava ser altamente especializado, como o artesão que tinha conhecimento de todas as etapas da produção até o produto final, mas também não podia ser desqualificado, já que as máquinas exigiam certo grau de instrução.

O objetivo era a construção de um homem novo, que estivesse imbuído da racionalidade econômica e fosse capaz de manejar os novos meios de produção. A maneira de habilitar e estimular o trabalhador a esse recente ambiente envolveu salários altos, trabalho mecanizado e a instalação de serviços que estimulassem e aconselhassem o trabalhador dentro e fora da empresa.

O moderno aparelho de produção capitalista exigiu, desse modo, “um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado” (SOUZA, 1992, p. 31). Tal processo demandou que se organizasse uma estrutura, tanto interna quanto externa à empresa. Foram desenvolvidos grupos públicos e privados para fornecer assistência e educação, de forma a manter o controle sobre os homens e a adesão deles à conduta regulamentada pelo trabalho assalariado.

Além disso, era necessária uma vasta socialização das rendas por meio do Estado de Bem-Estar Social, para assegurar aos trabalhadores assalariados uma renda constante. O Estado, por meio de políticas macroeconômicas keynesianas, por um lado, e o Estado de Bem-Estar, por outro lado, desempenhou o papel de conduzir esse consumo de massa.

Keynes desenvolveu uma teoria que salientava a importância da demanda agregada para o crescimento econômico. Nesse sentido, tanto os altos salários (sobretudo pelo aumento do emprego) quanto o papel do governo, ao provocar *deficit* fiscal intencional, eram importantes para controlar as crises e, conseqüentemente, gerar o pleno emprego. Desse modo, o keynesianismo proporcionava à social-democracia argumentos que justificavam a necessidade de gastos sociais e altos salários, agradando em sua lógica aos trabalhadores.

A defesa corporativista dos interesses do operariado, política que os sociais-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao “povo” agora encontravam justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica. (PRZEWORSKI, 1989, p. 54)

Com base nessa teoria econômica política, o Estado de Bem-estar Social exercia um papel relevante, pois as políticas sociais constituíam um estímulo à economia, já que representavam, por parte do Estado, um gasto que aumentava o emprego, a capacidade de consumo e, conseqüentemente, favorecia o investimento produtivo.

Przeworski (1989) expõe que a prioridade dos partidos social-democratas nesse momento passou a ser a “nacionalização do consumo”, em vez da antiga luta pela “nacionalização dos meios de produção”. O desenvolvimento intensivo das forças produtivas (em virtude, sobretudo, da inovação dos meios de produção) estava no auge, elevando a produtividade do trabalho, que, por sua vez, tinha como contrapartida o consumo de massa.

Com isso, o Estado de Bem-estar Social assumiu a provisão das condições de subsistência mais elevadas dos trabalhadores, ao investir na totalidade da infraestrutura física e institucional, com níveis de serviço igualmente mais elevados do que no estágio anterior.

O gráfico a seguir comprova a ampliação da participação do Estado, sobretudo após a Grande Depressão, mediante o aumento dos gastos governamentais em relação ao PIB dos respectivos países.

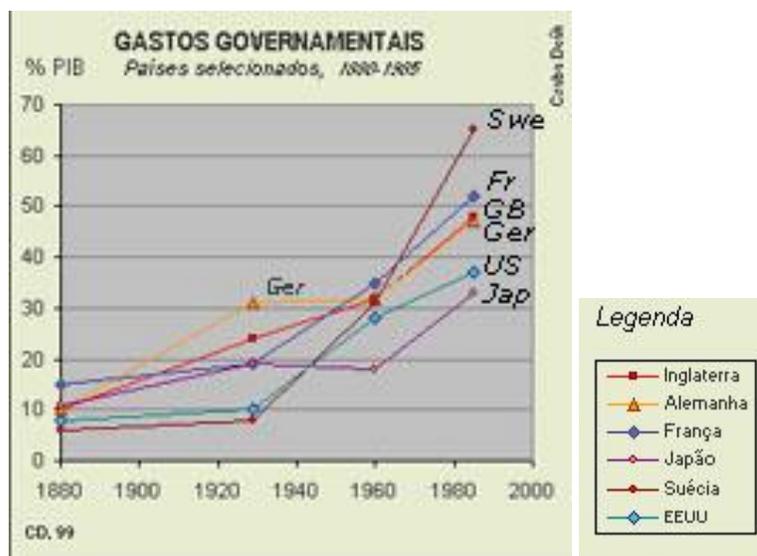


Gráfico 1. Intervenção do Estado: 1880-1985, países selecionados. Participação do Estado na economia: proporção dos gastos governamentais no PIB. Fonte: World Bank, World Development Report 1991, Washington.

A Segunda Guerra Mundial finda com a ampliação da área da União Soviética, em razão das conquistas do Exército Vermelho. Os países vizinhos sob sua influência estabeleceram governos relacionados ao movimento trabalhista. Enquanto isso, os Estados Unidos afirmavam sua condição de maior credor dos países capitalistas. Durante a guerra, os Estados Unidos investiram recursos em pesquisas relacionadas à energia nuclear. Com o fim da guerra, diversas empresas passaram a desfrutar do resultado dessas pesquisas, fazendo sua produção aumentar com o uso da automação e do novo tipo de energia desenvolvida.

Gerou-se um antagonismo ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética, duas superpotências, em que os Estados Unidos representavam a influência capitalista e a União Soviética, a influência socialista. Esse antagonismo levou à Guerra Fria, que, de forma objetiva, não consistia uma ameaça de guerra mundial, já que os dois lados respeitavam a distribuição global de forças. A luta se dava de forma indireta, pelo fortalecimento de áreas antigas e pela conquista de áreas novas.

Conforme o modelo de produção em massa concebido por Henry Ford se difundia pelos países europeus, nos Estados Unidos, o método de produção fordista era assimilado por novos ramos, como a indústria alimentícia (*junk food*) e da habitação. Serviços e bens que, até então, eram consumidos por grupos restritos passaram a satisfazer um amplo mercado. Era possível que pessoas de diversos estratos sociais desfrutassem dos benefícios proporcionados pelo consumo de

massa. Uma variedade de novos produtos com tecnologia incorporada se difundia: televisão, fita cassete, relógio digital, disco de vinil, rádio portátil etc.

Os dados mostram que “a produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes” (HOBBSAWM, 1994, p. 257). Essa enorme expansão da economia era possibilitada pelo aumento extraordinário da produção industrial, sobretudo em setores como metal, papel e química. Isso ocorreu em razão da relação entre o alto investimento em capital dirigido para máquinas e novas instalações e o desenvolvimento tecnológico.

Em virtude dos incrementos tecnológicos, o aumento da produtividade não teve grande relação com o aumento do número de empregos. Este cresceu muito mais devagar do que a produção. Mesmo assim, a porcentagem total de trabalhadores empregados na indústria aumentou. Ao menos 200 mil novos postos de trabalho surgiram no setor industrial entre 1945 e 1965. Esse período, do fim da década de 1940 à década de 1970, é conhecido como “Era de Ouro”, em virtude da presença de forte crescimento econômico em todos os países do hemisfério ocidental. Na Suécia, o crescimento foi ainda mais rápido: “O PIB da Suécia apontou taxas de crescimento de 3,3% ao ano de 1951 a 1954, 3,4% de 1956 a 1960, 5,2% de 1961 a 1965 e 4,1% de 1966 a 1970” (MAGNUSSON, 2000, p. 205).

Hobsbawm afirma que a “Era de Ouro” foi um período restrito aos países desenvolvidos, que, na época, detinham três quartos da produção mundial e somavam mais de 80% do total de exportações de manufaturados. O êxito desse momento estava apoiado no poderio econômico americano, que, detentor do dólar, associado ao ouro depois do acordo de Breton Woods (1944-1971), trouxe a necessária estabilidade monetária para impulsionar o comércio global.

Outros acordos e instituições também foram criados com o mesmo intuito. Em 1947, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) viria para reduzir as tarifas de importação e exportação no mercado mundial. Além disso, o Plano Marshall americano transferiu uma enorme quantidade de dólares aos países europeus ocidentais (participantes da guerra), a fim de auxiliar na sua reconstrução e fortalecer o bloco capitalista. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) também foram instituídos em curto prazo, para favorecer o desenvolvimento de políticas de estabilização.

Nota-se que o acelerado crescimento da “Era de Ouro” contou com fluxos migratórios para complementar a demanda de mão de obra. Assim, há evidências de “rendimentos igualados”. Com a significativa migração de indivíduos da área rural para a urbana, com o objetivo de se empregarem como trabalhadores assalariados, o desemprego caiu e o salário dos trabalhadores de renda mais baixa aumentou.

De fato, o papel dos governos nesse momento foi imprescindível para mediar capital e trabalho, ou seja, para conciliar aumento da produção e lucros estáveis com a manutenção de um elevado número de trabalhadores empregados com salários reais crescentes sob o amparo de benefícios sociais.

Em determinado momento, a própria lógica do desenvolvimento capitalista impôs um compromisso entre aqueles que detinham os meios de produção (classe burguesa) e aqueles que vendiam sua força de trabalho (classe trabalhadora), isso ocorreu também em virtude do equilíbrio de forças constituído entre essas classes durante aquele período.

O compromisso culminou no revezamento entre governos presididos por socialistas-democratas e partidos mais à “direita”. Contudo, o pacto entre a burguesia e o proletariado, nesse momento, não aboliu a luta de classes. No limite, o enfrentamento entre eles ficou restrito a definição dos termos do compromisso.

Se, por um lado, o proletariado abdicou da luta revolucionária pela transformação da sociedade e deixou de questionar o poder da classe dominante, aceitando as novas formas de controle capitalista, por outro, adquiriu direitos de seguridade social e viu seus interesses mais imediatos se concretizarem, livrando-o da pobreza e da vulnerabilidade à qual estava exposto.

O fato de a burguesia permitir a satisfação de algumas das necessidades mais imediatas do proletariado não só legitimava sua posição como contribuía para o funcionamento do regime de acumulação intensiva do capital. A regulação desse tipo de regime de acumulação não só permitia o suprimento das necessidades mais básicas como dependia dele. Dessa forma, “o compromisso fordista só podia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental que ele tornaria possível fosse viável” (HOBSEBAWM, 1994, p. 45).

Nesse contexto, a burguesia teve de abrir mão do controle ilimitado sobre os trabalhadores e reconhecer seus direitos, incluindo o de negociação. Era preciso incorporar as organizações representativas dos trabalhadores às estruturas sob o controle do capital, já que elas eram fundamentais no constante ajuste do compromisso fordista.

Até o fim da década de 1960, estiveram à frente dos países ocidentais presentes na Segunda Guerra os governos social-democratas (com exceção da Alemanha Ocidental) e o governo rooseveltiano nos Estados Unidos. Eles se ajustaram à reestruturação do capitalismo e, como não tinham um projeto próprio de política econômica, dependiam de uma economia capitalista próspera para conquistar melhores condições para os trabalhadores assalariados.

Assim, conforme afirma Przeworski:

[...] a estrutura dos sistemas capitalistas instituída pelos sociais-democratas foi a seguinte: a) O Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas, mas que se fazem necessárias para a economia como um todo; b) o governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado; c) o Estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado. (PRZEWORSKI, 1989, p. 57)

A intervenção do Estado na economia teria como direção decisões relacionadas à eficiência. Caso o interesse fosse a equidade, seriam outras as deliberações, pois haveria necessidade de considerar problemas da distribuição. A alocação eficiente de recursos deve ser entendida como “aquela que ninguém pode melhorar suas condições sem que as condições do outro se tornem piores” (PRZEWORSKI, 1989, p. 57). Assim, a política social característica da social-democracia tem por objetivo moderar os efeitos causados por uma distribuição desigual, sem perder de vista que o procedimento deve ser pautado pela eficiência. Esse tipo de política, portanto, não procura modificar fundamentalmente o sistema econômico, mas garantir seu bom funcionamento, fazendo os ajustes necessários para isso.

A social-democracia, ao empenhar-se na manutenção da propriedade privada sobre os meios de produção e comprometer-se com a eficiência e a diminuição de uma distribuição injusta, já não estava mais preocupada em agir conforme o movimento reformista, cujos preceitos havia abandonado: “O reformismo sempre significou um progresso gradual rumo a transformações estruturais; tradicionalmente encontrou sua justificativa na ideia de que as reformas são cumulativas e se constituem em etapas, conduzindo em alguma direção” (PRZEWORSKI, 1989, p. 58). A política da social-democracia de então seguia, nesse momento, uma lógica diversa, que nada tinha a ver com o acúmulo de reformas.

O aumento da riqueza geral, sem a nacionalização dos meios de produção, dependia do aumento dos lucros da iniciativa privada. Dessa forma, a regulação da economia pelos sociais-

democratas estava atrelada ao lucro do capital. Portanto, como salienta Przeworski (1989), os limites das políticas dos sociais-democratas eram impostos por um obstáculo de cunho estrutural. Submetidos a isso, pouco podiam fazer se sua política econômica não favorecesse os investimentos e os lucros: “Assim a expectativa de que os lucros correntes seriam transformados em melhorias futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos sociais-democratas ao capitalismo” (PRZEWORSKI, 1989, p. 60).

Em alguns lugares (como nos países nórdicos), a social-democracia esteve bastante atrelada à constituição do Estado de Bem-estar. Como foi visto, essa vertente de esquerda na instituição das políticas sociais procurou satisfazer tanto os interesses do capital quanto os do trabalho, abdicando de uma luta mais profunda pela transformação do sistema capitalista.

Hobsbawm compreende que os Estados de Bem-estar são

[...] Estados em que gastos com seguridade social se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público, por exemplo, em meados da década de 1970, 40% na Grã-Bretanha e 47% na Suécia. (HOBSBAWM, 1994, p. 278)

Dessa maneira, em fins da década de 1970, os Estados de capitalismo mais desenvolvido tinham estabelecido sua feição intervencionista por meio do Estado de Bem-estar, sendo que alguns deles gastavam mais de 60% do orçamento com seguridade social.

### **2.1.1 O pensamento econômico de Gunnar Myrdal**

Karl Gunnar Myrdal (1898-1987), nascido em Gustaf, na Suécia, graduou-se em direito pela Universidade de Estocolmo, onde posteriormente obteve o título de doutor em Economia. Foi membro do Partido Social-democrata Sueco (SAP), pelo qual desempenhou as funções de senador e foi ministro do comércio. Foi também secretário-executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa. Gunnar Myrdal forneceu os fundamentos teóricos para uma economia heterodoxa, destacando que a supremacia para a retomada do ciclo dos negócios estava no papel desempenhado pela demanda. Essa teoria, implementada no início do século XX na Suécia, depois se difundiria para os diversos países do continente europeu.

Em seu livro *O Estado do futuro*, desenvolveu as relações entre planejamento econômico e Estado de Bem-estar, defendendo a ideia de que o processo de intervenção governamental precede o planejamento. A explicação para um aumento da intervenção do Estado na economia está, a princípio, relacionada à Primeira Guerra Mundial e às conseqüentes crises econômicas.

Myrdal sustentava que,

[...] para proteger o interesse nacional pela estabilidade interna, o emprego dos trabalhadores, o bem-estar dos agricultores e, em geral, a continuação tranquila da produção e do consumo, todos os Estados se viram forçados a empreender uma intervenção, nova e radical, não apenas na esfera de seu comércio e intercâmbio externo, mas em outros setores da economia nacional. (MYRDAL, 1962, p. 41)

Myrdal nota também que, mesmo no momento em que as crises já estavam sob controle, as medidas que haviam sido implementadas não tinham efeito retroativo às interferências, como, por exemplo, o protecionismo; elas permaneciam, assim como outras, tanto no âmbito interno como no externo. Nesse sentido, destacam-se forças internas que, relacionadas entre si, operam de maneira favorável à intervenção. Um exemplo seria a organização dos mercados, que surge como contraposição à teoria liberal de mercado perfeito e autorregulável.

O autor afirma que os fundamentos da teoria liberal relacionados à concorrência perfeita consideram as unidades econômicas insignificantes perante o mercado, de modo que suas ações não alterariam a oferta, a procura nem os preços, que constituiriam variáveis independentes. A própria organização do mercado se encarregaria de fixar novos preços, estabelecendo o equilíbrio de forma natural. Essa forma estática, que considerava a estrutura social imóvel e atomística e supunha a tendência de movimentos diversos rumo ao equilíbrio, sofreu certos abalos, sobretudo na crise de 1929.

Myrdal adverte que, com o desenvolvimento tecnológico e suas implicações na produção, aquelas unidades econômicas consideradas irrisórias perante o mercado passaram a constituir empresas enormes, capazes de manipular preços e afetar de forma contundente o mercado. Era o fim da ideia de atomismo sustentada pela teoria liberal e da estrutura social estática, pois os indivíduos passam a perseguir seus interesses, revelando, também, a possibilidade de ascensão social.

A manipulação dos preços e do mercado pelos monopólios implicava um apoderamento desses grupos sobre o Estado. Para conter essa influência, o Estado passou a fazer

regulamentações, que pretendiam garantir o interesse público e a noção de igualdade. Muitas organizações coletivas se incorporaram na estrutura constitucional do Estado que se consolidava. A expansão cada vez maior da democracia política colocou em voga a luta por igualdade, pressionando o Estado a assegurar aos grupos mais fracos poder nas negociações ou mesmo aprimorar as condições dessas mesmas negociações.

Os salários, preços, lucros e rendas estavam, então, submetidos às negociações coletivas. Desse modo, passou a ser encargo do Estado mediar acordos, a fim de garantir certa equidade. Myrdal afirma que o hedonismo racional e o “homem econômico” idealizados pela teoria liberal quando são estabelecidos na prática, não condiziam com o mercado autorregulável, ou seja, conforme os indivíduos assumem uma postura mais racional, os mercados passam a ser dominados por monopólios, provocando desequilíbrio econômico. Assim, a interferência passa a ser solicitada.

Myrdal entende que as mudanças psicológicas pelas quais os indivíduos passam nesse processo aumentam de modo irreversível a tendência à intervenção e ao planejamento. Assim, esse autor acredita que a razão no interior dessa teoria ganha uma força autônoma em relação ao processo histórico. A liberdade de escolha torna possível ao indivíduo transformar a realidade consoante seus anseios. A intervenção governamental envolveu, portanto, uma racionalidade que conduziu ao desenvolvimento do planejamento econômico.

Segundo Myrdal, além das crises, outros fatores também devem ser considerados para explicar o aumento da intervenção: a crescente racionalização, a ampliação do governo provincial e municipal e o aumento de empresas e outras organizações com interesse em uma produção de larga escala nos diversos mercados.

O processo político de democratização por meio do sufrágio universal ampliou a participação dos indivíduos na vida política. Isso os tornou capazes de interferir nos rumos das decisões, tendo como objetivo seus interesses. Nesse sentido, as camadas menos privilegiadas apoiavam a intervenção estatal, pois viam no poder público um caminho para uma maior igualdade de oportunidades.

A regulamentação do trabalho de acordo com o interesse dos trabalhadores se estabelece no final da Segunda Guerra Mundial, no momento em que os países ocidentais se comprometem com o “pleno emprego” como parte de um planejamento de política econômica. Assim, garantia-se ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico, com a redução da subutilização do trabalho e

dos recursos produtivos. A absorção de todo o trabalho disponível no mercado era interessante não só para os trabalhadores, mas também de um ponto de vista mais amplo.

Grupos de poderes “particulares” organizados se estruturam para defender interesses e causas comuns. Organizações nacionais, formadas por vendedores e compradores, realizam acordos com validade legal para todos os associados. O Estado deixa a cargo dos vendedores e compradores a realização de acordos, entretanto, isso não significa que essa negociação não tenha interferência do Estado. Pelo contrário, o Estado proporciona o equilíbrio de forças entre categorias e, portanto, ajusta as diferenças entre elas num ambiente democrático, proporcionando que esses acordos ocorram com um nível mínimo de igualdade. A execução de diretivas públicas, antes restrita ao governo, aos estados e aos municípios, estende-se à sociedade por meio de organizações particulares que representam diferentes grupos de cidadãos.

Assim, conforme essas organizações aumentam sua interferência no mercado, cresce a necessidade de uma nova intervenção por parte do governo. Direta ou indiretamente, o volume de interferências no mercado se amplia e, assim, torna-se imperativa uma maior coordenação, que é efetuada principalmente pela ação do Estado. Com base nessa tese é que Myrdal defende a precedência da intervenção em relação ao planejamento, pois é essa necessidade de maior coordenação que o autor define como planejamento.

Myrdal caracteriza planejamento econômico como “as tentativas conscientes feitas pelo governo de um país para coordenar as políticas públicas mais racionalmente, a fim de atingir mais completa e rapidamente os fins desejados para desenvolvimento futuro, determinados pelo processo político em sua evolução” (MYRDAL, 1962, p. 40).

O planejamento econômico partilha da ideia de que, para atender às necessidades de todos os cidadãos, não é preciso uma revolução. A coordenação de políticas públicas seria um meio gradual de organizar a economia em razão dos interesses dos cidadãos. Contudo, como afirma o autor, a tendência é a fragmentação. Dificilmente, o planejamento consegue, por meio das condições institucionais e políticas, estabelecer-se de forma ampla e completa.

Myrdal define Estado de Bem estar mesmo antes de sua fase áurea (pós Segunda Guerra Mundial) como,

[...] democrático, de compromissos bastante explícitos com relação às metas de desenvolvimento econômico, pleno emprego, igualdade de oportunidade para jovens, previdência social e padrões mínimos protegidos no que diz respeito não só à renda, mas à nutrição, saúde e educação, para o povo de todas as regiões e todos os grupos sociais. (MYRDAL, 1962, p. 77)

O Estado de Bem-estar Social, conforme se consolida, amplia as atividades das organizações, assim como dos governos estadual e municipal, difundindo para setores cada vez mais abrangentes da população a participação e a intervenção sobre a administração e as leis, fazendo com que a elaboração e a realização das diretivas públicas não ficassem centralizadas em um único poder. Myrdal diz que, conforme o Estado de Bem-estar se consolida, o planejamento aparece como algo cada vez mais necessário.

Como consequência da Grande Depressão, a partir de 1930, as finanças públicas consumiram uma grande parte da receita nacional, em razão do aumento da intervenção na economia. A sociedade observou que uma alteração das despesas e receitas públicas podia ter consequência significativa sobre o desenvolvimento econômico. Aí começa a surgir o espírito intervencionista, de acordo com Myrdal.

A reforma distributiva que pode ocorrer com a institucionalização do Estado de Bem-estar passa a ser aceita tanto pelos conservadores quanto pelos sociais-democratas, ao mesmo tempo em que os primeiros deixam de lado algumas de suas posições mais reacionárias, os segundos abandonam suas estratégias mais radicais, tais como, a nacionalização.

A harmonia de interesses (saliente sobretudo nos países nórdicos) é estimulada no Estado de Bem-estar pela cooperação e pela negociação coletiva. A convergência de posicionamentos e práticas mostra a harmonia política que prevaleceu entre os cidadãos durante o auge do Estado de Bem-estar.

Myrdal ressalta que a harmonia de interesses construída durante o período de vigência do Estado de Bem-estar não está relacionada à harmonia liberalista, que supostamente surgiria das livres forças de mercado. Pelo contrário, a harmonia resultou de um processo no qual as forças de mercado foram sendo cada vez mais regulamentadas pela intervenção pública e particular, “de modo que estes, à medida que se tornavam numerosos e importantes, tiveram de ser coordenados e planejados de modo cada vez mais amplo” (MYRDAL, 1962, p. 93). Assim a harmonia obtida é, de acordo com Myrdal, uma “harmonia criada” tanto pela intervenção quanto pela coordenação planejada.

## **2.1.2 Fatores determinantes do surgimento do Welfare State**

Como foi visto, a prosperidade que se segue a essa época é direcionada para as reformas sociais, o que faz esse período ser caracterizado pela introdução de sistemas básicos de seguro social na maior parte dos países da Europa ocidental.

De acordo com Di Giovanni (2009), pelo menos os quatro fatores apresentados a seguir são fundamentais para explicar a presença de políticas sociais durante a segunda metade do século XX:

### **1. um fator de natureza macroeconômica**

Após a segunda guerra mundial, a constatação de que o livre jogo das forças de mercado não tinha levado à paz, à prosperidade e ao bem estar, generalizou-se por quase todo o mundo capitalista. Esta foi uma das razões pelas quais houve uma grande mudança nas políticas econômicas adotadas pelos estados capitalistas que, até então, estavam, com maior ou menor força, fundadas em preceitos do liberalismo econômico. A adoção de políticas keynesianas, centradas na ideia de pleno emprego, faria com que esses estados nacionais passassem a ampliar o volume de suas intervenções e seu caráter regulador, tanto nos aspectos econômicos, como por exemplo, na produção de bens e serviços, quanto nos aspectos sociais da vida coletiva, como por exemplo, a institucionalização de sistemas de proteção social. Tais políticas manteriam um fôlego de várias décadas, chegando o período a ser conhecido como “os trinta anos dourados”. Somente nos anos 80 do século passado é que tais políticas seriam colocadas em questão, quando passam a serem difundidos e aceitos os cânones do credo neoliberal.

### **2. um fator de natureza geopolítica**

A partir desse momento, a presença das ideias neoliberais nas políticas econômicas e sociais torna-se praticamente dominante, e esse fato tem uma estreita relação com o fim da bipolarização entre os blocos capitalista e socialista. No segundo pós-guerra, ocorreu uma forte tensão geopolítica entre os mundos socialista e capitalista. As sociedades capitalistas europeias foram as que vivenciaram tal polarização de modo particularmente dramático. Em quase todas elas o período revelou uma presença muito marcante de partidos políticos de inspiração comunista, socialista ou trabalhista, o que representava do ponto de vista dominante uma perigosa clivagem política interna, agravada pela virtualidade de um modo de organização social alternativo, vivido no bloco socialista. Vislumbrou-se, assim, a necessidade de que fossem estabelecidos novos princípios e novos pactos nas relações entre capital e trabalho. A oferta de serviços na área social, mesmo assumindo feições diversas em cada situação particular, foi ampliada, e a crescente presença do estado nesse campo de atividade, estabeleceu a base para a constituição dos modernos sistemas de

proteção social, dos quais os casos mais conspícuos foram os Welfare States europeus.

### **3. um fator de natureza política**

O período compreendido entre o segundo pós-guerra e os dias atuais, embora apresentando alguns momentos de retrocesso, foi um momento de consolidação das democracias ocidentais. Objetivamente foram ampliados os campos de representação política, configurado na participação sindical e partidária, no direito de voto, na participação em movimentos sociais e em novas formas de associação voluntária. Tais mudanças produziram uma nova concepção das sociedades sobre o estado. Para muitos segmentos da sociedade, o estado verdadeiramente democrático passa a ser visto, não apenas como aquele que inclui mecanismos clássicos de representação (direito de votar e ser votado; participação igualitária de classes, categorias e interesses), mas também aquele que revela uma forte capacidade de resposta (responsiveness) às demandas da sociedade. Este argumento, se tomado conjuntamente com as observações anteriores, mostra que o crescimento da presença das políticas públicas na vida cotidiana não se dá simplesmente pela ampliação da ação do Estado, mas também pelas exigências que lhe são colocadas pela sociedade. O ponto seguinte completa o raciocínio.

### **4. um fator de natureza cultural e sociológica**

Maurizio Ferrera, em seu livro *Modelli di Solidarietà*, relata duas situações emblemáticas para a compreensão dos fenômenos que tentaremos descrever. Em 1908, o Governo inglês atribuiu uma pensão de cinco xelins para pessoas idosas. Era um programa que hoje chamaríamos de transferência de renda. Semanalmente, os idosos dirigiam-se às agências de correios para retirar seu benefício. Muitos deles não conseguiam entender aquilo como uma ação do estado. Pensavam ser resultado da generosidade pessoal do agente postal, a quem retribuía com cestos de maçã, ovos, patos ou gansos. Na Itália, em 1993, o governo tentou retirar uma parte dos benefícios para medicamentos aos quais os idosos tinham direito. Houve uma verdadeira comoção nacional, com a união das centrais sindicais, passeatas, protestos e, por fim, o apedrejamento, pelos idosos enfurecidos, de alguns líderes sindicais, que foram considerados “frouxos” na negociação com o governo. O que se passou nos 85 anos que separam um episódio do outro? Se concordarmos com Eric Hobsbawn, devemos aceitar que o século passado foi o século dos direitos sociais. Nesse período consolidaram-se os direitos de cidadania em sua plenitude, ao mesmo tempo em que passam a ser percebidos e entendidos, no conjunto da sociedade, como Jus, como algo que legitimamente pertence a alguém.

Não podemos esquecer que, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, processos extremamente impactantes ocorreram nas sociedades ocidentais: uma significativa transformação demográfica, um expressivo processo de urbanização, uma forte expansão e grandes transformações tecnológicas no campo das comunicações, redefinições e expansão dos sistemas educacionais, secularização crescente da vida coletiva e, sobretudo, e uma verdadeira revolução no modo de vida, que muitos autores já descreveram como a constituição da “sociedade de consumo de massas”.

Provavelmente instaurou-se uma situação, no plano sócio-cultural, que foi descrita por Daniel Bell, como a “revolução das expectativas”, na qual os diversos grupos sociais, instituições ou mesmo indivíduos, investidos no papel de atores sociais, progressivamente mais conscientes de suas necessidades e carências, passam a agir politicamente, de formas às vezes mais, às vezes menos organizadas, a partir da ideia de um binômio direito/demanda, que pressupõe, sempre, a ação do Estado.

Dentre outros, os fatores acima descritos concorreram para que as intervenções do Estado fossem sendo modeladas por essa pluralidade de atores, de origens e natureza diversa e portadores de interesses específicos (congruentes ou contraditórios). Ao longo do tempo, nesse contexto de interações, desenvolveram-se padrões e exigências de conhecimentos técnicos específicos de intervenção, ao mesmo tempo em que as relações entre o Estado e esse *cast* foram se institucionalizando, criando pautas de conduta política, regras e padrões que modificaram os processos decisórios tradicionais, dando origem a essa forma nova, contemporânea, mais partilhada, de exercício do poder. (DI GIOVANNI, 2009, p. 17)

## **2.2 A institucionalização do direito social**

A intervenção do Estado por meio de políticas sociais se estabeleceu historicamente como forma de garantir as condições de reprodução da força de trabalho dos indivíduos. Os primeiros Estados de Bem-estar que se destacaram foram aqueles elaborados nos países capitalistas europeus, a partir daí, outros se desenvolveram em diversas nações. O aspecto comum entre todos está no fato de ser concedido ao Estado o papel de executor e administrador desses sistemas de proteção social.

Com isso, a proteção social executada pelo Estado é reconhecida como dever institucional e constitui uma série de políticas sociais que pode ser mais ou menos abrangente e se realiza por intermédio político e administrativo. Para chegar onde chegou, percorreu um longo caminho que deve ser compreendido.

No século XVIII, propaga-se pela Europa o pensamento iluminista. A reforma da sociedade ocorre por intermédio de intelectuais que, apegados à razão, desenvolvem a ciência legislativa.

A elaboração dos direitos do homem, o constitucionalismo e o primado da legislação são os grandes frutos desta estação, porém dentro do reforço do Estado (...). As linhas do movimento constitucionalista se constitui em um longo

arco histórico, da metade do século XVIII até a metade do século XIX, dentro da construção da nova organização do poder. (PRODI, 2005, p. 467)

Segundo Prodi (2005), a revolução francesa é especialmente importante nesse processo, pois expressa os princípios daquele pensamento na prática política durante a formação dos Estados modernos e na forma de lei, com base no documento conhecido como Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Com isso, a difusão dos direitos civis durante o século XVIII, o surgimento da vida pública e a introdução de grande parte da população no trabalho assalariado marcaram a edificação da sociedade moderna. Nessa época, fazia-se presente o liberalismo como doutrina política e econômica, com destaque para as liberdades civis e o Estado de direito. A intenção era afastar o poder dos soberanos sobre os negócios, ampliar a autonomia individual, possibilitando o livre mercado.

O liberalismo teve como característica principal o estabelecimento de um Estado centralizado distante e acima de outras instâncias como o poder judiciário. Dessa forma, produziu-se uma aparente separação entre “Estado” e a “sociedade civil”, esta última composta por trabalhadores e proprietários privados. É nessa sociedade civil que as classes se organizam, lutam por interesses, estabelecem contratos sem a intervenção do Estado, cujo papel se restringe a mediar conflitos entre as partes, caso haja necessidade.

Assim, o Estado, por meio da lei e da força, tem sanção para punir e reprimir aquilo que é compreendido pela lei como crime. Embora o “Estado” e a “sociedade civil” manifestem-se como esferas diferentes, Marx vai demonstrar que elas estão bastante conectadas, uma vez que o interesse dos proprietários privados está representado pelo meio jurídico e policial.

Com isso, o estabelecimento do Estado moderno é a consolidação do Estado como

expressão política da luta econômico-social das classes, amortecida pelo aparato da ordem (jurídica) e da força pública (policial e militar). Não é, mas aparece como um poder público distante e separado da sociedade civil. Não por acaso, o liberalismo define o Estado como garantidor do direito de propriedade privada e, não por acaso, reduz a cidadania aos direitos dos proprietários privados (CHAUÍ, 1994, p. 411)

O Estado liberal expressa-se como república representativa e é formado por três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Portanto, foram as lutas ao longo do século XVIII que

compeliram o Estado liberal a ampliar a cidadania política e consolidar a democracia representativa.

As classes dominantes eram contra a democracia de massa, mas deixaram de resistir quando conseguiram submeter o conceito de democracia ao exercício de direitos constitucionais cada vez mais individuais e lhe retiraram aquilo que tinha de mais valor, o exercício ativo do poder popular. Mais e mais, o conceito de “democracia” passou a ser identificado com o liberalismo.

Essa realidade é tão evidente que, como aponta Wood (2003), hoje em dia, a definição de democracia associa-se menos ao poder popular e mais a liberdades civis, à liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, à tolerância, à proteção de uma esfera de privacidade, à defesa do indivíduo e da “sociedade civil” contra o Estado etc.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o privilégio e o monopólio jurídico, antes desfrutados por nobres, vão sendo transferidos para o âmbito econômico da propriedade privada e do mercado, em que ter poder econômico significa ter controle político.

Dessa forma, o antagonismo entre capital e trabalho perdurou, apesar do sufrágio universal e da igualdade jurídica. A igualdade política pôde coexistir com uma profunda desigualdade econômica, que se manteve de fato inviolada.

O acesso de uma “multidão trabalhadora” à cidadania se deu pela expropriação e pela desconstrução das solidariedades entre coletivos. Os indivíduos, portanto, só tiveram acesso a direitos antes impensados quando o domínio político perdeu seu valor social, já que aqueles que detinham poderes sobre a esfera econômica é que passaram a desfrutar do monopólio e do privilégio jurídico. Desse modo, a democracia liberal instituiria a extensão da cidadania, sem que isso, contudo, transformasse fundamentalmente a condição da classe assalariada.

Mesmo assim, os benefícios sociais proporcionados pela extensão da cidadania foram obtidos por meio de lutas e mobilizações sociais e constituíram conquistas importantes para aquela classe. A princípio, a seguridade social era concedida aos bens e mercadorias. O seguro para pessoas era visto com receio, pois se imaginava que as pessoas poderiam abdicar de suas responsabilidades ou tirar proveito de determinadas situações com comportamentos de má índole e planos perversos (Rosanvallon, 1998). Por conta disso, a assistência, de acordo com as ideias liberais, em um primeiro momento, esteve bastante limitada a situações específicas, manifestando-se na forma de caridade. Na Inglaterra, o único auxílio que sobreviveu a essa época

foi a Speenhamland Law de 1795, que durou até 1834, garantindo ao pobre um benefício mínimo.

Somente com o fim do século XIX, o seguro passa a ser considerado um fator importante na administração dos problemas sociais e, portanto, admitido pela moral liberal. Rosanvallon (1998) observa que a assistência, antes restrita, é incorporada à política mais ampla do Estado. Isso, associado ao aumento do pauperismo, é muito importante para entender a mudança de pensamento em relação ao seguro social.

A princípio, a legislação admitia duas categorias para classificação dos adultos:

Os inválidos que não podiam trabalhar e os válidos que não encontravam trabalho, não imaginavam nem por um instante que um homem que tivera trabalho podia ter um nível de renda tão baixo que fosse possível considerá-lo como um indigente; é este fenômeno produzido em grande escala que se descobre no século XIX. (Rosanvallon, 1998, p. 23)

O pauperismo se apresenta como uma realidade preponderante na classe trabalhadora que se dedica às primeiras atividades industriais. É o surgimento de um novo estrato social, o proletariado.

O processo acelerado de industrialização e urbanização que ocorreu na Europa durante o século XIX desencadeou em 50 anos, desde o início do século, um expressivo aumento populacional em grande número de países da Europa Central. Em decorrência, intensificaram-se os problemas, principalmente da população mais carente, levando à manifestação de conflitos sociais. Era preciso, portanto, atender às novas demandas, a fim de assegurar condições de vida mínimas, sobretudo aos moradores da cidade.

A “questão social” referia-se, portanto, no século XIX, aos problemas decorrentes de uma sociedade industrial emergente. Era resultado dos desafios colocados pela recente situação socioeconômica. As condições de trabalho inadequadas, somadas aos salários baixos, faziam com que a precariedade e a pobreza crescessem entre os membros da classe operária. A pobreza, contudo, já não estava, como antes, vinculada às performances individuais; estava relacionada ao modo social de vida, com destaque para o trabalho.

O risco passa a ser objetivo quando é admitido socialmente por noções estatísticas, ou seja, passível de ser calculado. Nesse momento, o julgamento pessoal fica em segundo plano e o risco passa a ser encarado como algo a que toda a sociedade está sujeita, na forma de velhice,

doença, desemprego etc. Por isso, a série de revoluções do século XIX reivindicava, além do fim das monarquias, a posse de poderes políticos<sup>7</sup> e leis que regulamentassem as condições de trabalho.

Na Alemanha, Bismarck, com a intenção de conter as reivindicações operárias, antecipou-se e instituiu o seguro-invalidez, o seguro-doença e o seguro-acidente. Tal iniciativa tinha um caráter corporativo, além de bastante conservador, já que esses benefícios estavam relacionados ao *status* ocupacional.

No fim do século XIX, o movimento sindical era extenso e abrangia a maioria dos países do continente europeu. Como resultado das lutas e pressões políticas que empreendia, obteve, de forma geral, importantes concessões no que diz respeito à política social, tais como: a lei da justiça do trabalho, o seguro contra acidentes, o seguro contra doenças, o seguro-desemprego e o sistema de aposentadorias.

No século XX, aprofunda-se a noção de mutualização dos riscos sociais, prevalecendo a solidariedade. Entende-se que não é o risco que é socializado, mas, sim, as suas consequências nocivas e sua indenização. Dessa forma, uma sociedade asseguradora se identifica com um Estado de providência.

Como foi visto,

[...] com as mudanças operadas no processo de acumulação a partir dos anos 30, redefine-se o papel de Estado, criando-se as bases econômicas, políticas e ideológicas para o provimento público do bem estar. [...] a difusão do fordismo como modelo de organização industrial e a imensa aceitação das propostas keynesianas foram elementos essenciais para a construção do conceito de Seguridade Social. (VIANNA, 1998, p. 17)

Por isso, Draibe (1990) admite a política assistencial como a forma primitiva da política social. Essa forma ancestral esteve restrita ao voluntarismo e à caridade pessoal. A transformação conceitual ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando o Estado de Bem-estar se desenvolveu e a seguridade social se estabeleceu como fruto das políticas sociais.

---

<sup>7</sup> De acordo com Kerstenetzky (2012), o sufrágio masculino foi conquistado primeiro na França e na Suíça, em 1848, depois na Dinamarca, em 1849; o sufrágio universal, por sua vez, foi estabelecido primeiramente em 1893, na Nova Zelândia.

De maneira universal, o Estado instituía-se como administrador, idealizador e orientador de programas de políticas públicas, preenchendo o vazio deixado pelo mercado, que se mostrava incapaz de trabalhar convenientemente com o desenvolvimento econômico.

Por isso, uma vertente de autores fundamenta a origem e o desenvolvimento do Estado de Bem-estar Social com argumentos políticos. T. H. Marshall é uma referência dessa corrente, pois defende a ideia de o *Welfare State* ser produto de um aumento crescente da consciência de cidadania. Esse autor aponta que a cidadania teve início com os direitos civis no século XVIII, estendeu-se para os direitos políticos no século XIX, até culminar com os direitos sociais no século XX.

### 2.2.1 – O conceito de direito social em T. H. Marshall

O sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall (1893-1991) pretende, de uma perspectiva histórica, examinar o processo de evolução da cidadania. Para tanto, foca na análise do desenvolvimento das instituições e no papel do Estado como responsável pela estabilidade dessas instituições, garantindo direitos e deveres ao conjunto da sociedade.

Baseado nas ideias do economista Alfred Marshall, T. H. Marshall inicia, em 1949, uma discussão intitulada “classe social e *status*” durante uma conferência em homenagem ao economista.

Alfred Marshall havia conjecturado:

[...] “se há base válida para a opinião segundo a qual o progresso das classes trabalhadoras tem limites que não podem ser ultrapassados”. “O problema”, disse ele, “não é se, em última análise, todos os homens serão iguais – certamente que não o serão – mas se o progresso não pode prosseguir firmemente, mesmo que vagarosamente, até que, devido à ocupação ao menos, todo homem será um cavalheiro. Afirmo que pode e que isto acontecerá”. (*apud* T. H. MARSHALL, 1967, p. 59)

Ele acreditava que o trabalho árduo e a intensidade do trabalho seriam reduzidos, aliviando o peso sobre a classe operária. Também concluiu que a quantidade de recursos e a produtividade não seriam impedimento para tornar cada homem um ser civilizado ou para garantir qualidade de vida a todos.

Embora Alfred Marshall aceitasse a desigualdade quantitativa e econômica, ele era contra a diferença qualitativa de vida entre os indivíduos. Acreditava que todos deviam usufruir de um padrão de vida civilizado. Considerava que “há uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade, o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade” (T. H. MARSHALL, 1967, p. 62). Em outras palavras, a desigualdade social seria admissível, desde que se reconhecesse a igualdade de cidadania. Ele via possibilidade de conciliar o livre mercado com o desfrute de elementos de uma vida civilizada pela sociedade.

T. H. Marshall vai revisar essa hipótese sociológica apresentada por Alfred Marshall e ver se, depois de desenvolvida a cidadania (repleta de direitos e deveres), ela ainda é compatível com a desigualdade entre classes. T. H. Marshall diz que a igualdade de participação à qual Alfred Marshall se referiu “tem sido enriquecida com nova substância e investida de um conjunto formidável de direitos. Desenvolveu-se muito além do que Marshall previra ou teria desejado. Tem sido, sem dúvida, identificada com o *status* de cidadania” (MARSHALL, 1967, p. 62).

T.H. Marshall já adianta que, de acordo com suas observações, mesmo a igualdade concretizada nos direitos formais ainda é compatível com as desigualdades proporcionadas pelas classes sociais, isso porque a própria cidadania tem, muitas vezes, sustentado e legitimado desigualdades. Destaca também que o *status* de cidadania interferiu na liberdade de mercado, ao estabelecer limites para ele.

Com base nisso, T. H. Marshall refaz a pergunta de Alfred Marshall se haveria “limites além dos quais o progresso das classes operárias não poderia ir”, não limites relacionados aos custos econômicos, mas limites inerentes ao próprio princípio de igualdade. Para isso, T. H. Marshall observa a evolução da cidadania na Europa ao longo do tempo e analisa sua tendência rumo a igualdade social.

T. H. Marshall discorre sobre o que entende por cidadania, *status* e classe social. Aponta que cidadania é um *status* conferido a toda a população, tornando-a igual perante direitos e deveres. Nesse sentido, a cidadania é o vínculo entre indivíduo e Estado, um deslocamento a caminho da igualdade. A classe social, por sua vez, “é um sistema de desigualdade” (MARSHALL, 1967, p. 76). Por conseguinte, é possível afirmar, segundo esse autor, que a classe social é sustentada por desigualdades econômicas, ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades sociais.

Para investigar a relação entre a cidadania e as classes sociais, T. H. Marshall aponta para uma mudança importante quanto ao impacto da cidadania sobre a desigualdade social antes e depois do século XIX. Para mostrar essa diferença, ele identifica dois tipos de classes sociais.

Nas sociedades feudais, o *status* estava relacionado a uma classe específica de plebeus, servos, escravos etc. O *status* representava a desigualdade, não existia um código de direitos e deveres para todos os homens, as diferenças de classe se definiam “pelas leis e costumes da sociedade”. Em relação às cidades medievais, os direitos e deveres encontravam-se submetidos a normas locais e não nacionais.

Nessa época, a distinção entre classes se expressava numa hierarquia de *status* e, portanto, em direitos e costumes distintos, em que cada classe representava uma instituição e não havia correlação entre classes sociais e padrões de vida, já que não existia um padrão comum sobre o qual elas poderiam se guiar, nem direitos compartilhados. Esse tipo de organização preponderante no feudalismo é apontado pelo autor como incompatível com a ideia de cidadania, uma vez que esta eliminaria a servidão.

O outro tipo de classe surge “da combinação de uma variedade de fatores relacionados com as instituições da propriedade e educação e a estrutura da economia nacional” (MARSHALL, 1967, p. 77). A cidadania aos estabelecer uma lei igual para todos mina de algum modo a desigualdade entre as classes que antes era completa. No entanto, a desigualdade propiciada pela classe social permanece sendo considerada necessária e intencional, contudo corre o risco de se tornar demasiada.

Em referência a esse assunto, T. H. Marshall cita Patrick Colquhoun, que defende a necessidade da pobreza, embora condene a situação de indigência: “Sem uma grande proporção de pobres não poderia haver ricos, já que os ricos são o produto do trabalho [...]. A pobreza, portanto, é um ingrediente indispensável e por demais necessário da sociedade [...]” (*apud* MARSHALL, 1967, p. 78). Quanto ao que compreendia por indigência, Colquhoun defendia que para nenhuma família deviam faltar os meios de subsistência necessários para uma vida digna.

Ao longo do processo de evolução, a cidadania passou por dois momentos, diz T. H. Marshall. Um primeiro momento de fusão geográfica e outro, de separação funcional. A fusão geográfica consistiu, a partir do século XII, no estabelecimento da justiça na definição e na defesa dos direitos civis do indivíduo, com critérios assentados não em costumes locais, mas no direito

consuetudinário. Já a separação funcional tem a ver com o fato das instituições as quais os três direitos (civil, político e social) estavam ligados terem se separado.

Sendo a Europa a referência para esse estudo, T. H. Marshall afirma que, antes da era moderna, os direitos (civil, político e social) não estavam devidamente separados, já que as instituições às quais pertenciam também se mesclavam: “A mesma instituição é uma assembléia legislativa, um conselho governamental e um tribunal de justiça [...] Em toda parte, à medida que passamos do antigo para o moderno, vemos o que a filosofia da moda chama de diferenciação” (MARSHALL, 1967, p. 84).

De acordo com T. H. Marshall, esse processo culminou, portanto, na distinção clara entre os direitos: “O divórcio entre eles era tão completo que é possível [...] atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX” (MARSHALL, 1967, p. 66).

T. H. Marshall (1967) aponta que o direito civil é o primeiro a se estabelecer. Já no século XVIII, os cidadãos possuíam, com respaldo na lei, a liberdade individual de ir e vir, de pensamento e fé, o direito à propriedade etc. Em seguida, no século XIX, instituiu-se o direito político, que representa o direito de participar do exercício do poder político, por meio de voto ou como membro de um organismo da autoridade política. O século XX foi responsável pela instauração do direito social, que de acordo com o autor, relaciona-se a condições mínimas de bem-estar e estabilidade garantindo ao indivíduo “a vida de um ser civilizado” segundo os padrões sociais.

T. H. Marshall mostra que os direitos civis foram os primeiros a serem conquistados, pois se relacionavam com o *status* de liberdade e, portanto, eram imprescindíveis para a economia de mercado competitivo que se estabelecia, além disso serviram para manter as desigualdades sociais do sistema capitalista. Os direitos civis “davam a cada homem, como parte de seu *status* individual, o poder de participar, como uma unidade independente, na concorrência econômica, e tornaram possível negar-lhes a proteção social com base na suposição de que o homem estava capacitado a proteger a si mesmo” (MARSHALL, 1967, p. 79).

T. H. Marshall defende que, no século XX, a cidadania civil era universal, contudo, os direitos políticos não faziam parte do direito à cidadania, já que representavam uma potencial ameaça ao capitalismo. Ele afirma que a própria sociedade capitalista considerava os direitos políticos um subproduto dos direitos civis. Essa posição é abandonada no século XX quando os

direitos políticos passam a ser associados à cidadania, por meio do sufrágio universal deixam de ter uma base econômica para ter um *status* individual.

Pensando no desenvolvimento da cidadania, Marshall afirma que os direitos políticos, foram importantes, sobretudo, para abrir caminhos na conquista futura dos direitos sociais: “O método normal de assegurar os direitos sociais é o exercício do poder político, pois os direitos sociais pressupõem um direito absoluto a um determinado padrão de civilização que depende apenas do cumprimento das obrigações gerais da cidadania” (MARSHALL, 1967, p. 86).

T. H. Marshall ressalta que, até o início do século XX, quando os direitos sociais começam a se estabelecer, o desenvolvimento da cidadania tinha atuado pouco em relação à redução da desigualdade social. A consolidação do direito social foi importante para a redução da desigualdade não de renda, mas de *status*, já que promoveu direitos que puderam ser usufruídos por uma parcela maior da sociedade.

De acordo com T. H. Marshall, este último direito eliminou de uma vez o *status* como marca de classe, família e atividade. Passou-se a respeitar um código de direitos e deveres equivalente para todos, fossem nobres ou plebeus, estavam sob uma mesma lei, empossados de uma mesma participação na sociedade. Mas T. H. Marshall alerta que “O contrato moderno é essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em *status*, embora não necessariamente em poder” (MARSHALL, 1967, p. 78)

No fim do século XIX, organizou-se um sistema de impostos mais progressivo, que reduziu a renda líquida. E, por outro lado, no início do século XX, em razão da produção em massa para o mercado doméstico, grande parte dos trabalhadores ampliou seu consumo, em virtude do aumento dos salários reais, que possibilitou o acesso a bens materiais antes exclusivos de uma classe mais endinheirada. Assim,

os componentes de uma vida civilizada e culta, originariamente o monopólio de poucos, foram, aos poucos, postos ao alcance de muitos. A diminuição da desigualdade fortaleceu a luta por sua abolição, pelo menos com relação aos elementos essenciais do bem-estar social. (MARSHALL, 1967, p. 88)

T. H. Marshall, ao organizar o surgimento dos direitos nos respectivos séculos, procurou estabelecer a relação entre a busca por igualdade social, entendida como universalização dos direitos, e o avanço de uma economia de mercado que estimula um sistema de desigualdades. O autor expõe que a coexistência dessas duas concepções no sistema capitalista não é só bem-vinda

como necessária. Mostra que a presença de desigualdades econômicas se torna menos aguda com desenvolvimento do *status* da cidadania.

Como assinalou T. H. Marshall (1967), no século XX, o Estado de Bem-estar Social viria a garantir as condições básicas para a reprodução da força de trabalho e o acesso aos direitos de cidadania. Dessa forma, o Estado de Bem-estar, supondo que ninguém é autossuficiente, compreende o bem-estar dos indivíduos, sejam eles crianças, idosos ou adultos, como compromisso de todos. Sua função é afirmar a igualdade a partir do *status* de cidadania e não de renda.

T. H. Marshall esclarece que o objetivo não é atingir uma igualdade absoluta e, em resposta à questão levantada no início de seu debate, afirma que há, sim, “limitações inerentes ao movimento em favor da igualdade”. Entretanto este movimento tem dupla perspectiva, uma econômica e outra através da cidadania, como ambos produzem desigualdades, é importante garantir que elas, ao menos, não coincidam: “Distinções de classe podem sobreviver que não possuam nenhuma função econômica apropriada, e diferenças econômicas que não correspondam a distinções de classe aceitas” (MARSHALL, 1967, p. 109).

Alguns outros autores irão complementar esta visão de “evolução da cidadania” discutida por Marshall com a idéia de que o estabelecimento de políticas sociais universais é resultado também da correlação de forças políticas presente em um país. Assim, segundo Vianna (1998),

A constituição de uma esfera pública inclusiva, legitimadora de um conjunto de obrigações e direitos que embora formais são cruciais para fundar um mínimo de solidariedade social, não assegura por si só, evidentemente, a equidade. Diversamente do que pensava Rousseau, são as partes organizadoras do corpo social – partidos políticos e sindicatos – que podem exercer um papel ativo neste sentido. Ambas as dimensões, o espaço comum e a representação das diferenças, estão longe de inibir os conflitos inerentes às sociedades de classe. Mas permitem, justamente, que sejam encaminhadas de forma menos perversa para os “de baixo”. (VIANNA, 1998, p. 98)

### **2.3 – Emergência do *Welfare State*: razões políticas**

No século XX, como foi visto, a concessão de serviços sociais que protegessem de diversos tipos de risco a vida tanto coletiva quanto individual estabeleceu-se como direito social garantido pelo Estado e pôde, assim, abranger ampla camada da população. A generalização

desses serviços ocorre após a Segunda Guerra e, em alguns países, tem extensão universal, combinando programas de proteção social que incluem direito a habitação, saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, educação etc.

Vários autores assumiram a tarefa de esclarecer as origens do *Welfare State*. A bibliografia sobre esse tema é bastante extensa e a discordância sobre as perspectivas, razões e definições do objeto em questão tornam sua apresentação bastante complexa. Por isso, Arretche (1996) procurou ordenar, depois de uma seleção prévia, aquilo que foi produzido sobre o *Welfare State* com base em diferentes pressupostos analíticos.

Arretche (1996) identificou os principais argumentos utilizados no encaminhamento das diferentes razões explicativas. Assim, observou que alguns autores concentravam-se em motivos econômicos para explicar a origem do *Welfare State*. Para esses autores, o *Welfare State* provinha das transformações provocadas pelo processo de industrialização e urbanização pelo qual passaram as sociedades e, também, pelas modificações relativas ao modo capitalista de produção. Para outro conjunto de autores, o *Welfare State* é, sobretudo, decorrente de fatores políticos ou institucionais, tais como as diversas estruturas de poder político, as lutas de classe, além das estruturas institucionais e estatais. Para esses autores, a partir do momento em que as condições econômicas estavam estabelecidas, os elementos políticos viriam determinar não só o surgimento do *Welfare State*, bem como sua difusão e seus diversos modelos.

Draibe e Aureliano (1989) destacam que os autores que privilegiam elementos políticos não excluem, no entanto, considerações de cunho estrutural. Compreendem que a realidade econômica não explica, por si só, a emergência do *Welfare State*. Portanto, veem que as divergências de interesses presentes na sociedade, assim como as relações de força estabelecidas nela, têm fundamental importância na determinação das políticas sociais.

Isso significa que um problema social só se transforma numa questão social, prevalecendo no campo político, pelo êxito das lutas sociais situadas numa relação de força entre os segmentos em confronto. Ou seja, só a ação da sociedade é capaz de transformar uma situação estrutural num problema que passa a integrar a agenda pública. (*Apud* SILVA, 1999).

Gøsta Esping-Andersen, sociólogo dinamarquês, é um, dentre outros autores, que considera as razões políticas na explicação do surgimento do *Welfare State*. Ele relaciona a emergência de políticas sociais às relações de poder que as tornou possíveis. Dessa forma, a

execução de determinadas políticas sociais em um país está vinculada, à mobilização política dentro de uma matriz de poder nesse mesmo país, mais propriamente com “a natureza da mobilização de classe (principalmente da classe trabalhadora); as estruturas de coalizão política de classe; e o legado histórico da institucionalização do regime” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 110).

Esping-Andersen (1990) faz uma abordagem ampla do *Welfare State*. Não é seu objetivo investigar a fundo e em detalhe as características dos diversos programas. Para esse autor, o estudo das pensões, por exemplo, serve para compreender de que forma esse benefício influencia a estrutura social e o emprego do país em questão. Com base nisso é que Esping-Andersen define a identidade de um *Welfare State*.

Esping-Andersen considera como um dos compromissos do *Welfare State* amenizar os problemas relacionados à estratificação, mas observa que a própria provisão de políticas sociais acaba constituindo sistemas de estratificação social. Portanto, Esping-Andersen procurou identificar os impactos do *Welfare State* sobre as estruturas sociais, a *decommodification* (desmercadorização) e a relação entre estado, mercado e família, ou seja, sua pesquisa pretendeu investigar de que modo o sistema de política social intensifica as desigualdades, o poder e os interesses na sociedade. É por isso que, para esse autor, a estrutura do *Welfare State* é de fundamental importância para o estudo.

Esping-Andersen ainda ressalta que sua proposta de privilegiar a mobilização de classe como causa do surgimento do *Welfare State* não se limita à mobilização das classes trabalhadoras, já que, em muitos países, o papel desta foi bastante reduzido no momento de institucionalização do acesso aos benefícios. Por isso, ressalta a importância da história de construção do *Welfare State*. Por exemplo, em alguns países, a influência da igreja católica atribuiu um caráter conservador aos benefícios e, em consequência, à sociedade.

Vê-se, portanto, que os países capitalistas desenvolvidos assumiram *Welfare States* diferentes em relação à garantia de benefícios e à extensão deles. Foram muitos os autores que procuraram classificar esses diversos tipos de *Welfare State*. A tipologia que Esping-Andersen apresenta ganhou notoriedade com o livro *The three worlds of welfare capitalism*, publicado em 1990, e será exposta no próximo capítulo.

### **3 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL-DEMOCRATA DOS PAÍSES ESCANDINAVOS**

A seguir, será apresentada a tipologia de Esping-Andersen, que inclui o *Welfare State* social-democrata como representativo dos países escandinavos. Nesse sentido, pretende-se estabelecer a relação entre as características desse tipo de *Welfare State* e as ideias social-democratas, expressadas pelos Partidos Social-democratas nórdicos, tendo em vista a modificação por que estas passaram entre os séculos XIX e XX.

#### **3.1 Tipologia de Gøsta Esping-Andersen**

Até a década de 1960, a análise da implementação de políticas públicas tinha como referência o nível de gastos sociais. Dentro dessa lógica, um maior gasto social correspondia a um Estado de Bem-estar Social mais generoso. Contudo, o britânico Richard Titmus superou esse tipo de abordagem, dando ênfase ao conteúdo da política social dos Estados.

A observação de Titmus se concentrou na abrangência da política – se mais universal ou mais restrita – e, baseado nisso, estabeleceu três modelos de proteção social: o residual, caracterizado por ser assistencialista e com reduzida participação do Estado; o meritocrático, cuja particularidade está em relacionar os benefícios aos méritos econômicos do indivíduo; e o institucional distributivo, que revela uma proteção social assegurada como direito, garantindo os benefícios de maneira uniforme a toda a sociedade.

Esping-Andersen, ao propor os regimes de *Welfare State*, incorpora à tipologia de Titmus dimensões políticas e teóricas. Esping-Andersen, assim como T. H Marshall, compreende que a cidadania social é o elemento fundamental do *Welfare State*. No entanto, Esping-Andersen alerta que os direitos sociais, ao serem assegurados pela cidadania, não devem ser concebidos apenas em seus aspectos de garantias e direitos. O conceito de cidadania social envolve a capacidade de *decommodification*, assim como de estratificação social e, ainda, a maneira como esta se relaciona com o mercado e a família.

Dessa forma, Esping-Andersen procura compreender os direitos sociais em sua propensão à *decommodification*. Nesse sentido, observa em que medida o direito proporciona às pessoas

uma vida plena, independente do nexu monetário. Baseado no grau de *decommodification* dos diferentes países, Esping-Andersen (1999) considera as possibilidades de o direito instituir um *status* de cidadão independente do mercado, em que os benefícios e serviços sejam garantidos pelo direito, que, assim, perde o caráter de mercadoria. Contudo, Esping-Andersen ressalta que a *decommodification*, mesmo atingindo alto grau (alta desmercantilização), não elimina o trabalho como mercadoria.

Quanto ao mercado e ao Estado, Esping-Andersen explica que eles partilham de uma relação mútua, um interfere na concepção do outro. Para a previdência, por exemplo, o Estado deve estar presente na execução de um mercado privado. Por outro lado, a função do Estado em prover pensões se delinea com base na natureza e nos limites colocados pelo mercado. Esping-Andersen mostra que o poder político e o nexu monetário caminham juntos e ambos estão presentes na provisão social, determinando a existência dos diferentes arranjos de *Welfare State*. De acordo com o autor, para distinguir os extremos dos sistemas de provisão social, ou seja, aquele mais próximo do Estado ou do mercado considera-se a presença de leis que diferenciem o que é direito social dos arranjos e acordos contratuais.

Assim, as previdências são consideradas públicas pelo autor quando: “a) elas são diretamente legisladas e administradas pelo Estado, ou b) se existe um mandato do governo claro e explícito de que o setor privado irá fornecer um determinado tipo de pensão” (ESPING-ANDERSEN, 2000a, p. 97, tradução nossa).

Uma outra categoria é a previdência governamental de serviço público. Esta reflete o governo como empregador. Portanto, tem uma característica ocupacional forte. Mesmo os gastos sendo de fundos públicos, a ideia de direito social associada à legislação está pouco presente, e muito mais relacionada com o estabelecimento de um *status* particular. Essa categoria se caracteriza, assim, como estatismo e privilégios corporativos.

Com referência à previdência privada, dois exemplos ganham destaque: planos ocupacionais privados, mais comumente encontrados na forma de grupo de seguros ou por meio de sindicatos e anuidades individuais.

A ideia de pensões instituiu-se *a priori* com uma configuração mista entre público e privado. O Estado tem relevância em ambas as esferas. O que elas pretendiam, de maneira geral, era afastar o formato pré-capitalista de proteção social que envolvia fundamentalmente a caridade, a família, assim como as sociedades de ajuda mútua e o fundo de auxílio aos pobres.

As primeiras pensões que desfrutaram de amparo legal tinham como objetivo estancar o movimento dos trabalhadores, que crescia de forma organizada, desviando-o para uma lealdade à ordem existente. Isso é patente quando observamos as primeiras políticas de bem-estar. O modelo corporativista implementado na Alemanha e na Áustria pretendia desagregar o que tinha o aspecto de uma ameaça coletiva.

Uma série de forças históricas diferentes determinaram uma variedade de *Welfare States*. Em todos os casos, a política social não foi imparcial. Em alguns momentos, ela serviu para absorver ou enfraquecer o impulso socialista e, em outros, privilegiou a institucionalização de princípios políticos condizentes com as necessidades da organização social.

Valendo-se disso, Esping-Andersen (1990) compreende a tese de mobilização da classe trabalhadora como um processo de democratização social do *Welfare State*. Com isso, vê que determinadas estruturas, formações e alianças de classe podem vir a substituir o dualismo e o corporativismo de alguns regimes por um *Welfare State* mais universal e desmercadorizante.

Assim, Esping-Andersen, em seu maior e mais influente livro, publicado em 1990, *The three worlds of welfare capitalism*, classificou conforme o grau de democratização social do capitalismo as nações modernas pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em três tipos de regimes: social-democrata, conservador e liberal. Esping-Andersen justifica a escolha do termo “regime” na caracterização dos diferentes tipos de *Welfare State*: “Falar de ‘regime’ é denotar o fato de que, na relação entre Estado e economia, há um complexo de características legais e organizacionais sistematicamente entrelaçadas” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 2, tradução nossa).

### **O regime de *Welfare State* liberal**

O regime de *Welfare State* liberal é preponderante em países anglo-saxões (Austrália, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra), onde o constatado minimalismo seria resultado da histórica força dos partidos burgueses. Os liberais compreendiam que garantir acesso a benefícios sociais poderia gerar mais desemprego e pobreza, pois muitos abdicariam de procurar emprego, cometeriam corrupção moral ou seriam vítimas de alcoolismo.

O liberalismo considera o mercado o único meio em que o indivíduo pode se emancipar, ser autossuficiente. Acredita que, sem interferência, o mercado seja capaz de se autorregular, garantindo trabalho a todos os que o procuram, assim como de dar capacidade a todos de terem

seu próprio *Welfare State*. Com base nessa teoria, a pobreza e a desproteção são vistas como problemas individuais.

Esping-Andersen ressalta que essa sociedade que os liberais imaginam tem muitas fraquezas. Salvaguardar-se dos riscos sociais, por exemplo, pode ser impossível se o nível dos salários garante apenas o mínimo para a sobrevivência. E também, dificilmente, algum indivíduo conseguiria se proteger de crises prolongadas.

O liberalismo recorre, dessa forma, a duas propostas. Uma seria uma versão modificada da Lei dos Pobres, baseada no princípio de “elegibilidade”, em que preponderam os testes de meio e assistência social. Como forma de limitar a extensão dos direitos sociais, para se ter acesso aos benefícios garantidos pelo governo, é preciso comprovar necessidade. Essa foi uma maneira de não incentivar a escolha do trabalhador pelo *Welfare State* em vez do trabalho.

O *Welfare State* residual caracterizado pela tipologia de Titmus condiz com essa ideia liberal, de que a obrigação pública só deve estar onde o mercado falha. Os que não atestarem um determinado nível de pobreza terão de recorrer ao privado para suprir suas necessidades, por isso, esse modelo é considerado por Esping-Andersen o menos “desmercadorizante”.

Os países onde impera esse tipo de *Welfare State* se destacam pela presença da burguesia empresarial, que faz prevalecer soluções mercantis sobre a intervenção estatal. A assistência dada aos comprovadamente pobres fez com que a reforma social não se expandisse, já que estava atrelada às normas tradicionais e liberais da ética do trabalho.

Outra proposta foi aceita pelos liberais aos poucos, quando perceberam que o sindicalismo poderia ampliar a ideia de seguro individual por meio da barganha coletiva e isso não atrapalharia o livre mercado, uma vez que o seguro social no setor privado, com direitos e benefícios relacionados ao emprego, de acordo com performance e contribuições, poderia mesmo ser um estímulo ao trabalho e ao aumento da produtividade.

Até a ideia de seguro social compulsório tinha espaço dentro do dogma liberal, pois as coberturas de benefícios seriam diversas entre as ocupações, provocando competição entre elas. Eram essas ideias, e não as relacionadas à solidariedade, que convenciam países liberais como os Estados Unidos do seguro desemprego compulsório, ou seja, a motivação estava em robustecer a mercantilização do *status* do trabalho, sem preocupação de qualquer tipo com a justiça social.

No que diz respeito à estratificação, o propósito do liberalismo pode ser compreendido como oposição à estratificação conservadora. O liberalismo lutou pela abolição dos Estados

centralizados, dos monopólios, das guildas e da monarquia absolutista, pois via nessas organizações um claro impedimento à livre concorrência. Essa não poderia ser obstruída, pois, nesse caso, custaria aos liberais o fim do espírito empreendedor, da emancipação e da liberdade individual.

Assim, o dogma liberal defendia que o Estado não tinha razão para intervir no efeito da estratificação produzida pelo mercado. Para os liberais, a estratificação era justa, pois retratava os princípios de esforço, habilidade, mérito e autossuficiência.

Contudo, na prática, os ideais liberais geravam dualismos e estigmas sociais. Vê-se que tanto o amparo aos comprovadamente pobres quanto o auxílio aos necessitados foram pensados com o intuito de manter determinada estratificação social. Quem recebia os benefícios acabava sofrendo preconceitos e ficava “marcado”, corroborando a diferenciação entre classes: “A humilhação do auxílio aos pobres permaneceu quando o liberalismo, sob pressão, moveu-se para a assistência moderna baseada na carência comprovada de recursos”. (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 23, tradução nossa).

A comprovação da carência de recursos não é, entretanto, o elemento principal da política social liberal. O núcleo é formado pelo seguro individual privado com contratos atuariais. Assim, o “produto da política social” estava essencialmente no mercado, favorecendo os que se inclinavam ao empreendedorismo e eram autossuficientes.

Como vimos, a crise de 1929 trouxe à tona a revisão das ideias liberais, provocando uma reforma que estabeleceu, contudo, poucas modificações. As decisões continuaram privilegiando o espaço do mercado, interessadas apenas em abrandar os problemas sociais e recompor o individualismo dentro de uma nova realidade, em que o planejamento coletivo ganhava espaço na sociedade.

O seguro social tornava objetivo os ideias liberais, ao enfatizar: os benefícios relacionados ao esforço, princípio do contrato individual e da autoajuda. Os direitos sociais foram, desse modo, delineados pelo mercado.

Consequentemente, as consequências do enfoque liberal sobre as políticas sociais resultam em uma mistura de responsabilidade individual com dualismos, na qual o grupo de trabalhadores mais precários recorre a um auxílio estigmatizante, o grupo de trabalhadores intermediários investe na barganha e no contrato privado, para garantir seus benefícios, e o grupo privilegiado deriva do mercado a principal parte de seu Estado de Bem-estar.

### **O regime de *Welfare State* conservador**

O regime de *Welfare State* conservador prevalece na Europa continental (Alemanha, Áustria, França e Itália), em que, apesar dos governos de esquerda, as forças conservadoras foram capazes de restringir a política social, impondo à esquerda soluções corporativas. Esping-Andersen observa que a existência de partidos de influência católica corroborou posições condizentes com arranjos corporativos e particularistas.

Assim, empenhada em conservar a família e seus valores, a assistência do Estado se restringe à prestação de serviços que não foram realizados pelas competências da família. O autor mostra que os fundamentos conservadores estão na origem da política social moderna da maioria dos países, pois foi a tradição conservadora que primeiro investiu com ímpeto contra a *commodification* (mercadorização) do trabalho, temendo que o avanço do liberalismo e da democracia, juntamente com o sistema capitalista, pudesse arruinar as instituições que mantinham o poder e o privilégio de uma pequena classe: “Uma marca da ideologia conservadora é a visão de que a *commodification* dos indivíduos é moralmente degradante, socialmente corrupta, atomizante e anômica” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 38).

De acordo com as ideias conservadoras, os indivíduos não devem lutar ou competir, mas, sim, sujeitar o próprio interesse ao reconhecimento da autoridade, preservando as instituições.

Ao longo dos anos, os conservadores se relacionaram com a *commodification* de diversas formas: uma primeira, feudal; a segunda, corporativa; e a terceira, estatista. O feudalismo foi um forte opositor da *commodification*. Naquela época, a burguesia emergente significava uma ameaça à organização feudal. O modelo corporativo, por sua vez, foi a resposta que prevaleceu para *commodification*. Em princípio, o fundo mútuo de ajuda (*friendly society*) foi a primeira forma de organização da classe trabalhadora, preocupada em prover assistência e proteção ao trabalhador no caso de aposentadoria, acidente de trabalho etc. Esse fundo foi criado por grupos de artesãos e permaneceu, depois, como privilégio dos trabalhadores mais qualificados. Além disso, o *Welfare State* corporativo foi favorecido pelos dogmas da igreja católica, que o defendeu nas duas maiores encíclicas papais. O corporativismo garantia preservação da autoridade, integração social e representava também um combate ao socialismo. A outra vertente seria a concessão de direitos sociais controlada por leis, moral ou convenções próprias do estatismo, presente na Áustria sob o regime de Von Taaffe e, na Alemanha, sob a direção do chanceler Otto von Bismarck durante o século XIX, como meio de manter os trabalhadores leais ao Estado.

Vê-se que o estatismo paternalista, como indica Esping-Andersen, deixou seus vestígios na política social. Dotar de benefícios luxuosos os funcionários públicos é um exemplo moderno que pretende, da mesma forma, manter a lealdade e a subserviência dos trabalhadores em relação ao Estado. A consequência dessas ações é uma barreira de *status* que separa funcionários públicos e seus interesses, a massa de trabalhadores e os trabalhadores de *status* mais elevado. Há, portanto, nessa divisão, uma clara afinidade entre estatismo e corporativismo.

O corporativismo defende a subordinação do indivíduo e da família ao Estado. Afastando-se o mercado, fortalecem-se as diferenças rígidas entre os *status*, impedindo que os sistemas de proteção sejam redistribuídos a toda a população. Esse modelo supõe que a proteção social é incumbência individual. É em razão do desempenho pessoal que o acesso aos benefícios será maior ou menor. O modelo conservador, por estar fundamentado sobretudo na contribuição compulsória, não assegura um grau de “desmercadorização” muito elevado, pois está sujeito àquilo que for designado pelas leis correspondentes aos benefícios.

Tanto em virtude do reconhecimento, por parte do Estado, dos privilégios particulares de *status* do funcionalismo público quanto em razão de os grupos organizados terem rejeitado uma proposta mais inclusiva de legislação, emergiu uma série de esquemas de seguros sociais, cada qual com uma regra peculiar. Surgiram estruturas de benefícios variados, prontos para se adequar à ampla diferenciação de *status* exibida pela clientela.

Esping-Andersen destaca três motivos para o corporativismo ter preponderado nos países da Europa continental. O primeiro é o fato de a industrialização tardia ter preservado a organização dos trabalhadores em guildas; o segundo é a manutenção de ideias conservadoras tradicionais como hierarquia, privilégios e diferenciação de *status*; o terceiro é, nesses países, a presença determinante da igreja católica na implementação da reforma social.

### **O regime de *Welfare State* social-democrata**

O regime social-democrata de *Welfare State* refere-se aos países escandinavos – Suécia, Noruega e Dinamarca. Onde a mobilização de poder somada ao êxito de aliança da classe operária foi notável e os partidos burgueses não constituíam uma forte oposição, o movimento operário conquistou espaço político por intermédio do partido social-democrata e estabeleceu políticas sociais mais universais e abrangentes.

Os sociais-democratas buscaram um *Welfare State* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos. Esta fórmula traduz-se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universais que, mesmo assim, correspondem a expectativas diferenciadas. (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 109)

Como vimos, as ideias da social-democracia se transformaram muito desde Bernstein até o segundo pós-guerra, quando os *Welfare States* se institucionalizaram de maneira generalizada nos países de capitalismo desenvolvido. Nesse momento, a reforma rumo ao socialismo já não era uma perspectiva admissível. O comprometimento da social-democracia não incluía a transformação do sistema capitalista em socialista, mas, sim, dentro dos limites capitalistas, o amparo ao cidadão por meio de diferentes configurações do Estado de Bem-estar, chegando, em alguns momentos, a uma redução das desigualdades sociais.

Esping-Andersen, contudo, vai utilizar o conceito socialista ao se referir aos países nórdicos. Porém, esse conceito não abrange a ideia de transformação do sistema capitalista, mas, sim, a redução das desigualdades sociais.

Nos lugares em que os sociais-democratas procuraram representar não só a classe trabalhadora mas toda a grande massa, tiveram que investir em direitos de ampla cobertura, neste momento esta presente a raiz da solidariedade tão fundamental às políticas sociais universais.

Assim, esse modelo instituiu benefícios iguais para todos, sem qualquer referência a contribuição, ganhos ou desempenho em outras atuações no mercado. Representa um sistema mais solidário e, portanto, de maior potencial “desmercadorizante”. Para isso, precisa manter a qualidade e abrangência dos benefícios, incluir todas as classes e afastar a opção pelo mercado.

A implementação do sistema universalista promoveu a igualdade não de renda, mas de *status*. Todos os cidadãos estão contemplados pelos mesmos benefícios. Isso pretende criar um ambiente solidário.

Por isso, o surgimento da classe média foi um desafio ao sistema universalista. Nos países nórdicos, para manter o “espírito igualitário”, essa nova classe foi incorporada a um suntuoso esquema de previdência, que, baseado em contribuição maior, oferece mais do que a previdência mínima estabelecida.

Ao garantir benefícios correspondentes às expectativas, esta solução reintroduz desigualdades nos benefícios, mas bloqueia o mercado de modo efetivo. Consegue assim preservar o universalismo e, além disso, mantém o grau de consenso político necessário para conservar o apoio amplo e solidário aos impostos elevados que este modelo de *Welfare State* requer. (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 108)

Sendo este um estudo que investigará os princípios ético-político e filosófico do modelo de *Welfare State* social-democrata de Esping-Andersen, cabe a seguir aprofundar somente as características desse modelo.

### **3.2 O *Welfare State* e os princípios social-democratas**

Esping-Andersen discorre sobre a teoria de mobilização da classe trabalhadora para explicar o surgimento do *Welfare State*. Como foi visto, segundo a análise desse autor, o *Welfare State* nasce, primeiramente, como oposição à organização dos trabalhadores e ao socialismo, que representavam uma ameaça tanto ao conservadorismo preponderante nos países da Europa continental quanto ao liberalismo, mais bem representado pelos países anglo-saxões.

Apesar de, como o autor afirma, os trabalhadores nunca terem criado um modelo de política social próprio, ele vê na construção do *Welfare State* social-democrata um êxito nas alianças que o partido da classe trabalhadora conseguiu estabelecer e que representaram a conquista de benefícios importantes.

Segundo Esping-Andersen (1985), a ideologia social-democrata vive em constante dilema. Se os sociais-democratas renunciam às exigências mais radicais relacionadas à socialização, é possível que percam o apoio da esquerda, de outro modo, se o partido não soluciona os problemas materiais mais imediatos dos trabalhadores, dificilmente conseguirá obter maiorias parlamentares. Esse dilema está presente em grande parte dos partidos social-democratas. “Para a social-democracia alemã pré-1934 a luta pode ter sido mais difícil do que em outros lugares, dada a crescente oposição do Partido Comunista, mas mesmo assim foi uma questão de importância considerável na Suécia, Noruega, e mesmo no movimento operário dinamarquês firmemente pragmático” (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 194).

Outro impasse apontado pelo autor está relacionado ao anterior e surge assim que os partidos social-democratas entram em contato com a política parlamentar. Um partido que

idealiza políticas com o objetivo de corrigir as imperfeições do sistema capitalista tem dificuldade de, concomitantemente, produzir outras políticas, que colaborem com causa socialista. Essa contradição se explicita quando os partidos social-democratas, para dirigir a economia capitalista, comprometem-se com acordos de longo prazo.

A Grande Depressão suscitou o interesse dos social-democratas em governar, pois eles temiam que o colapso econômico prejudicasse ainda mais a coesão e o poder da classe trabalhadora. A decisão de administrar o capitalismo gerou para a social-democracia um problema particular, pois um partido comprometido com as lutas de esquerda estava, naquele momento, dependente do êxito da gestão do ciclo de negócios capitalistas.

Esses dilemas são historicamente determinados. O primeiro encontra-se na decisão implícita ou explícita dos social-democratas de “pôr de lado o programa de socialização do Estado”, uma escolha não muito difícil para os social-democratas escandinavos, já que eles logo observaram que programas radicais de socialização levavam à derrota nas eleições e abriam espaço para sólidas campanhas burguesas. Quanto ao segundo dilema, este apareceu no momento em que os social-democratas se aproximaram do debate a respeito da política econômica, principalmente durante os anos 1920. Os social-democratas não tinham uma política possível de ser executada. Se tinham algo, diz Esping-Andersen, suas análises econômicas eram imprecisas. O programa de socialização não era funcional e a discussão sobre políticas econômicas alternativas era praticamente inexistente em quase todo lugar.

Os social-democratas dinamarqueses se inspiraram nos controles econômicos difundidos durante a Primeira Guerra Mundial e se aprofundaram nas ideias relacionadas ao planejamento industrial. Paralelamente, discutiam também tanto elementos da análise marxista quanto orçamentos equilibrados com base em princípios liberais ortodoxos. Os suecos, por sua vez, mudaram seus argumentos em favor da socialização do Estado, a fim de defender regimes de democracia industrial associados a ideias indefinidas de planejamento.

Dessa forma, para pensar sobre o que estimulou a mobilização da classe trabalhadora, Esping-Andersen identifica as necessidades dos trabalhadores tanto individualmente quanto como coletividade política.

Tendo em vista a dimensão individual, Esping-Andersen aponta que, em uma realidade na qual a maioria dos assalariados se sente insegura quanto a seu *status* de cidadã, as demandas logo

aparecerão, em busca de assistência social, garantia de renda e imunidade contra forças que estão além do controle dos trabalhadores.

Os trabalhadores envolveram-se na conquista dos direitos sociais de diferentes formas. Esping-Andersen considera que aquilo que foi pleiteado pela ação coletiva adquiriu importância e resultou nos distintos modelos de *Welfare State*. A tradicional guilda, por exemplo, produziu sociedades fraternais e sistemas de bem-estar ocupacionais. Nesse sentido, o autor ressalta o modelo social-democrata de ação coletiva como o princípio da teoria de mobilização da classe trabalhadora, que só foi completamente constituída no século XX.

Esping-Andersen indica que há princípios comuns que envolvem os diferentes tipos de movimentos trabalhistas. Um deles é a *decommodification* em relação ao mercado, pois, explica o autor, sem uma certa independência do mercado, a ação coletiva dificilmente pode ocorrer.

Consoante essa ideia, um segundo princípio está relacionado ao estabelecimento da identidade coletiva, que, de acordo com Esping-Andersen, constitui o elemento vital para os trabalhadores, porque a maneira como os sistemas de proteção se organizam terá impacto sobre as identidades sociais, as solidariedades e o *status* de cidadão. Foi, portanto, preocupados com a estrutura do *Welfare State* que alguns partidos da classe trabalhadora combateram os sistemas de provisão que tinham como referência a ocupação e o corporativismo, em favor de princípios mais igualitários, universalistas e abrangentes para qualificar a estrutura de *Welfare State* que pretendiam construir.

Esping-Andersen destaca que seria falacioso crer que o movimento da classe trabalhadora tenha criado, por si só, um modelo de *Welfare State*. Portanto, o sujeito ativo na conquista de um modelo de *Welfare State* social-democrata não estaria na “classe trabalhadora” nem em sua mobilização. É importante frisar que a teoria da “mobilização da classe trabalhadora”, diz Esping-Andersen, definirá seu ator com base no estudo da estrutura de poder. Em um contexto de parlamentarismo, devem-se levar em conta condições particulares de formação de coalizações políticas e a estrutura do movimento trabalhista, com foco na relação entre partidos e sindicatos: “Devemos em particular estar atentos para os caminhos nos quais a base denominada de mobilização política filtrou as demandas da classe trabalhadora em políticas” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 111).

Esping-Andersen acredita que há muitas semelhanças entre os movimentos de massa posteriores à Segunda Guerra. Os movimentos trabalhistas que pretendiam conquistar o poder por

meio de maiorias parlamentares tinham uma mesma visão sobre política social, e podem ser agrupados, de acordo com o autor, sob o título de modelo social-democrata. Assim, o poder dos partidos social-democratas dependiam do quanto conseguiriam afastar das políticas sociais características como dualismos, diferenças de *status*, dependência do mercado etc., concentrando-se em incluir toda a sociedade em uma mesma provisão de Estado de Bem-estar, assegurada por direito e não por desempenho, contribuição, nível de renda etc. Nesse sentido, o *Welfare State* dos países nórdicos se destacou pelo pleno emprego e pelo universalismo.

O modelo social-democrata do entre guerras assumiu uma política econômica que pode ser resumida em três propostas. Uma foi o planejamento econômico; a segunda previa conselhos de trabalhadores e uma gestão industrial conjunta; e a terceira estava relacionada à teoria keynesiana, baseada numa solução ativa para a crise. As duas primeiras propostas ainda tinham em perspectiva o socialismo, principalmente durante o período da Revolução Russa, quando tanto o conselho de trabalhadores como o planejamento foram certificados como políticas socialistas, a apropriação dessas propostas pela social-democracia a aproximava de um projeto de transformação que, contudo, foi abandonado assim que prevaleceu a escolha pelo meio eleitoral.

Os próprios parlamentos compostos, sobretudo por ideias burguesas impediram a legislação mais radical de imediato, vetaram tanto o planejamento estatal como a democracia industrial. Por sua vez, as medidas keynesianas, mais distantes do projeto socialista, foram adotadas.

Com o dilema ideológico colocado de lado, o keynesianismo justificou-se com base no argumento de que as necessidades mais imediatas do trabalhador seriam garantidas, conferindo poder à classe trabalhadora. Com os ciclos de desemprego da década de 1920 e, depois, o desemprego crônico, fruto da crise de 1930, os movimentos trabalhistas concluíram que o pleno emprego era uma condição fundamental para a mobilização política e a força do sindicato. A depressão econômica gerou também a ameaça fascista como saída da crise. Nesse sentido, o temor de que o fascismo se alastrasse fez com que os sociais-democratas escandinavos consolidassem sua presença no parlamento ao colaborar com os agricultores durante a crise de 1930.

Os sociais-democratas tinham como desafio conciliar a estabilidade de preços com o pleno emprego e, além disso, manter a competitividade internacional das economias de exportação. Para tanto, era necessário assegurar o crescimento econômico, pois este constituía

requisito essencial do Estado social, e esse era parte fundamental da estratégia social-democrata para a mobilização eleitoral. O êxito da social-democracia estava sujeito, no longo prazo, à eficiência do partido em controlar o ciclo de negócios.

Nesse sentido, em relação à política social, o universalismo ganha cada vez mais importância para os social-democratas, pois a necessidade de constituir uma ampla unidade de classe e maiorias parlamentares conduziu à adoção de uma ideia universal de solidariedade. Isso ajudaria a unificar a própria classe trabalhadora, que tem dentro de si uma diferenciação e uma segmentação. A solidariedade, contudo, não era limitada à classe trabalhadora, pretendia incluir todos aqueles que estavam expostos à pobreza e aos riscos sociais elementares.

As políticas sociais viriam, portanto, com o duplo papel de atender às demandas sociais e auxiliar o movimento social-democrata na conquista do poder. Assim, Esping-Andersen (1990) aponta que o universalismo representava o ponto forte na equalização de *status*, benefícios e responsabilidades cidadãos e, ao mesmo tempo, ajudava a construir coalizões políticas.

Esping-Andersen, da mesma forma que Bernstein, concede autonomia à esfera ideológica, ao entender que a unidade política de classe pode ser concebida com base numa intervenção política autônoma que, por meio da universalização dos direitos, conquistaria um amplo eleitorado, garantindo a continuidade de suas políticas. Ambos os autores dispensam aspectos econômicos como preponderantes na identidade de classe.

De acordo com Bernstein, “a democracia social trabalha para elevar o trabalhador de uma situação social de proletário à posição geral de cidadão e assim fazer da cidadania um direito universal” (BERNSTEIN, 1997, p. 116).

Esping-Andersen (1990) mostra que a ligação entre o universalismo e a democracia não é fruto do acaso. Assim que os sociais-democratas assumem uma ideologia reformista, veem a necessidade de mobilizar uma maioria eleitoral. Durante o entre guerras, a estrutura social era dominada pela classe rural, por isso, a aliança tinha de ser com ela se os sociais-democratas quisessem maior número de votos.

O maior desafio dos sociais-democratas em relação à manutenção do universalismo ocorreu quando a estrutura social sofreu os impactos da modernização e a classe média, composta pelos “colarinhos brancos”, passou a representar um expressivo número de eleitores. Estes exigiriam um Estado de Bem-estar Social mais sofisticado. Aqueles governos que não

conseguiram atender a esses novos padrões de exigência viram a migração da classe média para o mercado privado e a mitigação da solidariedade proporcionada pelo Estado de Bem-estar Social.

Esse não foi o caso dos países escandinavos, afirma Esping-Andersen (1990). A social-democracia sueca foi a primeira a providenciar padrões adequados à classe média, em uma combinação de direitos universais com benefícios mais altos. Nesse caso, corresponder às expectativas dessa nova classe que crescia significou fortalecer a solidariedade e, portanto, garantir o Estado de Bem-estar Social.

### **3.2.1 – Formação de classe na social-democracia**

Para Esping-Andersen, o desenvolvimento estrutural das classes define em grande medida os parâmetros para a mobilização social-democrata. Contudo, o autor compreende que um fator determinante para a formação de classe na social-democracia, uma vez que esta pretende chegar ao poder e atrair eleitorado, está na repercussão das políticas sociais sobre a estrutura de classe.

Em síntese, com base na teoria de Esping-Andersen, a social-democracia não é historicamente definida e, portanto, pode se estabelecer de formas distintas, conforme a relação entre estes três pilares: 1) estrutura de classe; 2) formação de classe; e 3) aliança de classe.

#### 3.2.1.1 - Estrutura de classe

Esping-Andersen entende a teoria marxista a partir de uma interpretação determinista que, a proletarianização se impõe como circunstância decisiva para se atingir o socialismo, ou seja, aqueles que pertencem a determinado estrato social estariam sujeitos a se proletarianizar e, portanto, constituiriam o grupo mais apto à ação socialista. No entanto, Esping-Andersen não vê relação entre uma determinada localização na estrutura de classe e a tendência ao socialismo.

Na concepção de Esping-Andersen, a estrutura de classe é composta por “espaços vazios”, concebidos como consequência da divisão do trabalho, que são compreendidos independentemente da atitude dos indivíduos que fazem partes dessas classes. Assim, a estrutura

de classe entendida como “espaços vazios” tem implicações na trajetória da social-democracia de quatro formas:

1. Um grande número de trabalhadores é importante para estabelecer circunstâncias favoráveis ao movimento social-democrata rumo ao poder.
2. Os interesses voltados aos negócios são importantes, pois, de alguma forma, o poder que constitui esses interesses será integrado ao Estado e à organização do trabalho.
3. As possíveis alianças dos estratos com o trabalho e o capital.
4. O crescimento da classe média provoca modificações profundas na estrutura de classe das sociedades desenvolvidas; a classe média se desenvolve de forma mais heterogênea do que a pequena burguesia rural e urbana e os trabalhadores assalariados. Esping-Andersen aponta que a identidade da classe média depende menos de sua “localização objetiva” no estrato social do que de aspectos políticos.

#### 3.2.1.2 - Formação de classe

Na concepção de Esping-Andersen, “formação de classe consiste em dar uma identidade coletiva a um agregado de distintos ‘espaços vazios’” (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 152). O autor entende que a formação de classe seria, portanto, o estabelecimento de uma comunidade social cuja proposta coletiva é a representação de classe.

Desse modo, ele observa que o movimento político deve instituir a classe por intermédio de um órgão político legítimo, que tenha limites bem definidos, ou seja, bases comunitárias como religião, grupos étnicos, organizações corporativas e identidades políticas distintas devem ficar de fora.

Portanto, para o poder de mobilização de classe na social-democracia com alta adesão de trabalhadores, Esping-Andersen (1985) estabelece a necessidade de quatro fatores: 1) *decommodification* do trabalho; 2) institucionalização da solidariedade; 3) inclusão de elementos das classes aliadas dentro dessa política comunitária; e 4) aceitação das coalizões políticas com outras classes por parte da social-democracia, em razão da natureza do desenvolvimento estrutural de classe.

Esping-Andersen afirma que o mercado, da maneira como está organizado no sistema capitalista, torna-se um impedimento para as políticas social-democratas. A preponderância dos

interesses do mercado sobre as decisões econômicas coloca os trabalhadores na função de simples mercadorias, diz Esping-Andersen. Por isso, uma das intenções na formação de uma classe na social-democracia está em “decommodify” (desmercadorizar) o trabalho e deter as forças do mercado, assim como as práticas individualistas, tornando factível uma ação coletiva.

Esping-Andersen encara o fato de que o mercado tem um papel soberano nas decisões econômicas e enfraquece os laços entre trabalhadores, prejudicando sua mobilização, pois eles ficam mais suscetíveis a qualquer melhoria salarial e tendem a ser menos solidários. Nesse sentido, o autor afirma que, quanto mais independentes do mercado estiverem os trabalhadores, maior a chance de coesão entre eles. Contudo, o movimento social democrata entende que essa desmercadorização não ocorrerá com base numa ideologia, tampouco por meio de revolução. Ela se instituirá por meio de programas sociais.

De acordo com a teoria de Esping-Andersen, a política reformista de estado constitui, dessa maneira, um dos meios necessários à formação da classe social, pois, ao estabelecer benefícios e condições de vida igualitários e abrangentes, ou seja, ao cultivar o princípio de direitos e serviços universais por meio de programas instituídos pela legislação do Estado (ou mesmo por meio das instituições de trabalhadores), é possível fortalecer laços de solidariedade e reduzir ao máximo as diferenças de *status*, assim como desestimular o indivíduo a fazer opções pelo mercado privado. Dessa forma, os programas de políticas reformistas cativam um amplo público de eleitores que, ao desfrutar de boas condições, terão interesse em manter o Estado democrático.

Aí está por que a formação da classe, para os sociais-democratas, depende da extinção de benefícios corporativos, *means-tested*, esquemas individuais de seguro, enfim, tudo aquilo que fortalece a segmentação das classes. Uma vez no poder, a social-democracia instituiria direitos universais. Os eleitores social-democratas satisfeitos seriam numerosos e colaborariam para a extensão da democracia, fazendo permanecer o sistema público de provisão de benefícios.

Para que a estratégia de mobilização de classe na social-democracia como recurso para chegar ao poder funcione, não basta somente a implantação do *Welfare State*. O governo deve estar sobre o controle da economia, pois a instabilidade e a crise são fatores que desagregam o movimento dos trabalhadores. Desse modo, a garantia do pleno emprego entra como um elemento importante na consolidação dessa estratégia.

Esping-Andersen (1985) vai estabelecer alguns fatores que fortalecem a estratégia de mobilização como meio de chegar ao poder. Primeiro, diz ele, para garantir o financiamento de políticas sociais, é preciso que a economia esteja em expansão. Segundo, para o comprometimento com o pleno emprego o governo deve estar sobre o controle da economia. Terceiro, deve-se apoiar a disputa por mudanças estruturais que sejam do interesse do movimento dos trabalhadores. Quarto, o movimento de racionalização necessita ser controlado, além disso é conveniente que ocorram alterações que igualem as condições de trabalho e as ofertas econômicas disponíveis aos trabalhadores. Quinto, destaca-se a importância da presença de políticas que diminuam a dependência do trabalhador em relação ao mercado, ou seja, políticas de *decommodification*, que ampliem a solidariedade. Como essas irão paralelamente ameaçar o equilíbrio do mercado, outros dispositivos, portanto, serão necessários para regular, por exemplo, o mercado de trabalho ou o mercado de crédito.

### 3.2.1.3 - Alianças de classe

Para Esping-Andersen, ainda que a base do movimento social-democrata seja a classe trabalhadora, o movimento não pode se deter nela, pois teria dificuldades para obter maiorias parlamentares. Por isso, a questão das alianças de classe se torna tão importante para o autor.

Esping-Andersen diz que, quando a social-democracia exerce no governo funções relacionadas com a ampliação do setor público, ela tem a possibilidade de ampliar seu eleitorado, ao empregar um elevado número de pessoas, pois estas, ao desfrutar de boas condições econômicas, veem a garantia dessas condições vinculadas à manutenção das atividades social-democratas.

As alianças que os sociais-democratas realizaram variaram conforme o tempo histórico. Segundo Esping-Andersen, a união do movimento dos trabalhadores com grupos de fazendeiros nos países escandinavos, já no início do século XIX, fez com que a classe abastada aceitasse a democracia política. Por outro lado, o movimento social-democrata viu possibilidade de chegar ao parlamento e, por meio dele, pleitear reformas.

Em um segundo momento, os sociais-democratas se realinharam com os fazendeiros durante a Grande Depressão (1929). Essa aliança impediu que o nazismo chegasse ao camponês e

possibilitou ao partido o estabelecimento de reformas, justamente no momento em que o trabalho estava em situação crítica, em razão da crise econômica.

Os acordos políticos do movimento social-democrata com a pequena burguesia rural vão resultar na negociação de um conjunto de políticas, em troca de subsídios agrícolas. Por muito tempo, a pequena burguesia tradicional predominou, por isso, a coalizão com esse grupo era essencial para que os partidos social-democratas se colocassem à frente dos partidos burgueses.

A todo instante, a social-democracia tem de rever suas alianças, pois, quando as demandas dos trabalhadores passam a não ser compatíveis com os interesses da pequena burguesia (como, por exemplo, quando lutam pela necessidade de forte controle econômico) e esta deixa de representar o maior grupo eleitoral, é preciso procurar negociação com outras classes. É a partir de então que a social-democracia se une com classe média ascendente.

Por isso, Esping-Andersen sustenta que, para a social-democracia sobreviver, foi imprescindível o estabelecimento de associações entre diferentes classes. Isso fortalece o seu argumento de que a estrutura de classe não é determinante da constituição social-democrata nem tampouco seu fim.

O autor afirma que “a ‘matéria prima’ da estrutura de classe deve ser transformada em uma expansão dinâmica da comunidade social-democrata, e o reformismo naturalmente constitui o veículo para isso” (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 38).

Nota-se que as forças em conflito que compõem a estrutura de classe se alteram e podem rapidamente passar a impedir que a social-democracia assuma o poder governamental, a não ser que essas forças tenham motivos para formar alianças. Desse modo, o *Welfare State* social-democrata dependerá do interesse das classes em fazer acordos muito mais do que da mobilização estrita da classe trabalhadora.

### **3.3 – A social-democracia na Escandinávia**

Até 1914, os três partidos social-democratas escandinavos estavam ajustados com uma proposta de socialização dos meios de produção. Contudo, não tinham um projeto para a consecução desse objetivo nem de qualquer outro que incluísse a transformação da economia política. O estabelecimento do sufrágio universal abriu a perspectiva de acesso ao poder, só que

isso acabou por distanciar a social-democracia da proposta inicial, o socialismo, a fim de obter uma maioria eleitoral.

A social-democracia ao optar pelo parlamento como estratégia para redução das desigualdades, alegou que os trabalhadores precisavam suprir suas necessidades mais imediatas relacionadas a saúde, educação e previdência e isso dependia da implementação das políticas sociais e também consideravam a política social um instrumento importante, de acordo com a teoria keynesiana, na obtenção da eficiência econômica.

Assim, conforme explicita Baldwin (1990), surgiu uma “tensão conceitual” entre o tipo de Welfare State conservador e liberal em oposição ao Welfare State reformista:

“O Estado de Bem-estar Social começou como um conjunto de medidas implementadas por Bismarck para manipular propostas, mas terminou, em certas nações, como marca de vantagens importantes conquistadas pelos trabalhadores e por outras classes despossuídas. Essa foi a herança ambígua do *Welfare State*, com a qual as interpretações têm de lidar” (BALDWIN, 1990, p. 58, tradução minha).

Com as falhas das reformas no pós-guerra, na França e na Alemanha, e o declínio britânico do *Welfare State* ideal, os países nórdicos apareceram como detentores de uma política social solidária e igualitária que parecia ter sido a concretização de um projeto das classes mais carentes.

No entanto, Baldwin atenta para o fato de que esse argumento não se sustenta. Uma longa tradição de Estado de esquerda na Escandinávia fomentou a tendência de vincular reformas herdadas de outra época aos social-democratas que vieram depois. O autor aponta que “As características do seguro social nórdico não foram decididas em 1930 ou depois da Segunda Guerra Mundial, durante o mandato social-democrata, mas nas primeiras iniciativas legislativas do final do século XIX. Elas foram determinadas por partidos e classes não associadas com a esquerda” (BALDWIN, 1990, p. 62-63, tradução nossa).

A legislação que definia o excepcionalismo do bem-estar da Escandinávia foi resultado da batalha entre a burguesia agrária crescente e a burocracia entrincheirada, mas não decadente, e as elites urbanas.

Depois disso, a social-democracia que prevaleceu nos governos escandinavos deu continuidade às peculiaridades do seguro social já estabelecido. Tanto na Dinamarca como na Suécia, a primeira iniciativa de seguro social se dá durante o período de maior luta política. O fim

do século XIX viu o avanço de políticas democráticas e a vitória da classe média, nas circunstâncias escandinavas, principalmente de fazendeiros e camponeses.

### 3.3.1 – Dinamarca

Na Dinamarca, a fraca presença aristocrata favoreceu, no século XIX, a consecução de uma reforma agrária que fortaleceu fazendeiros e camponeses e lhes proporcionou independência comercial, garantindo rentabilidade ao cultivo familiar.

O Partido Social-democrata dinamarquês (Socialdemokraterne), que surge em 1871, abandona logo a ideologia socialista mais radical, embora ela tenha continuado presente em seus programas até 1913. Na década de 1920, esse partido estabeleceu como meta políticas que pudessem lhe proporcionar maiorias parlamentares, ou seja, que produzissem um grande número de eleitores. Ao abdicar do objetivo socialista, o partido passou a representar não somente trabalhadores industriais, mas toda a população, sem discutir uma nova proposta de estratégia ou ideologia.

Assim, as plataformas eleitorais focalizaram-se objetivos mais acessíveis, como a regulação de importação, os subsídios agrícolas, a geração de emprego público e um maior planejamento. Isso representava o crescente interesse do partido pelo parlamento. No lugar de deliberações relativas à socialização, propunha uma combinação de medidas, dentre as quais democracia industrial, reformas de negociação coletiva e regulamentação do mercado de trabalho.

Contudo, esse pragmatismo não garantia estabilidade ao partido nem o cumprimento das propostas. Se, de uma parte, a social-democracia dinamarquesa acatou alguns dos preceitos keynesianos, como financiamento público de obras e indústrias por *déficit* fiscal, de outra parte, adotou políticas monetárias ortodoxas.

Os sociais-democratas, que estavam no governo em 1929, haviam feito coligação com os radicais e com os pequenos agricultores. Desse modo, quando a crise chegou, responsabilizaram-se pelo restabelecimento do capitalismo. As políticas foram direcionadas para o benefício comum das diversas classes, abrangendo “pequenos empresários, camponeses trabalhadores industriais com promessas de legislação antimonopólio, redistribuição de terras para pequenos proprietários,

alívio do desemprego e criação de emprego público, educação e reformas sociais” (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 195, tradução nossa).

Sendo a agricultura a base da economia dinamarquesa, os fazendeiros representavam a parte mais elevada da estrutura de classe. A economia agrícola prevaleceu na Dinamarca como o elemento mais importante da exportação até 1950, conservando até esse período seu papel crucial no balanço de pagamentos, nas receitas cambiais e no desenvolvimento econômico.

Assim, tanto a agricultura como a manufatura moveram-se baseadas em influências pequeno-burguesas, que se traduzem na forte presença de fazendeiros independentes, artesãos e empresários de pequena escala, que tinham produtos voltados ao mercado interno. Do mesmo modo, a classe trabalhadora emergente trazia características desse estrato social em sua composição, uma vez que os trabalhadores habilidosos e os artesãos prevaleciam em relação aos trabalhadores industriais.

O efeito disso foi a divisão da classe trabalhadora entre trabalhadores com uma tradição de qualificação e trabalhadores industriais semiquualificados ou sem nenhuma qualificação. Isso se constituía em obstáculo ao movimento dos trabalhadores, que pretendia unidade, solidariedade e certa convergência nas questões políticas.

A elevada rentabilidade com exportação que a agricultura proporcionava fazia com que os fazendeiros tivessem força política perante o Estado, e disso se utilizavam para frear o desenvolvimento urbano em relação ao aumento de salários etc. Essa divergência esteve no centro dos conflitos dinamarqueses e foi um dos motivos da falta de capital industrial e de investimento. Nesse sentido, as decisões políticas também sofreram restrições, em razão da necessidade de atender às demandas e aos interesses dos agricultores.

Em determinado momento, isso representou um entrave ao processo de industrialização iniciado em 1870. A industrialização dinamarquesa foi a primeira dentre os países nórdicos, mas seu caminhar foi lento. Ela não promoveu a completa reformulação da estrutura social, assim como não foi responsável por grandes deslocamentos econômicos ou sociais, enfim, demorou um bom tempo até que a Dinamarca fosse considerada um país de indústria avançada.

As mudanças estruturais relevantes ocorreram na indústria dinamarquesa após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que as empresas se caracterizassem pelo tamanho pequeno e médio, elas agora dirigiam seu investimento para o mercado externo. O artesanato, contudo, sobreviveu, mostrando que havia um forte protecionismo no mercado de trabalho.

O programa do Socialdemokraterne no governo, em 1945, imediatamente depois da guerra, implementou uma política econômica mais radical, que abrangia um planejamento econômico extenso, estímulo industrial e regulação pública da produção e das finanças. Contudo, essas decisões, que envolviam uma política fiscal mais ativa e maiores controles físicos, não permaneceram por muito tempo, pois logo os partidos burgueses se aproveitaram da insatisfação popular em relação ao maior nível de controle, somado à pressão inflacionária, e fizeram o partido retroceder.

Depois dessa tentativa de radicalizar a política econômica, durante boa parte do pós-guerra, o partido não conseguiu inibir a especulação generalizada nem o uso improdutivo dos recursos do país. A oposição ao pleno emprego e às políticas industriais, ainda nesse momento, foram bastante enérgicas. Por isso, prevaleceram políticas mais austeras, restrições ao crédito, orçamentos equilibrados, crescimento moderado e um nível elevado de desemprego.

De alguma forma, a partir de 1950, a condição dos agricultores começou a declinar, enfraquecendo sua influência na política econômica. Portanto, houve espaço para que ocorresse maior estímulo à política industrial.

Além disso, a eleição de 1957 deu a vitória aos sociais-democratas que, aliados aos radicais, conquistaram maioria parlamentar. “O governo recém-estabelecido introduziu uma política industrial com base em empréstimos de capital no exterior, combinada com redução dos impostos corporativos, crédito do Estado para setores-chave (especialmente de aço) e política fiscal menos restritiva” (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 207).

Isso fez com que o maior avanço da industrialização se concentrasse nesse período (1957-1960). O crescimento econômico de 1957 foi também o dobro do ano anterior. Nesse momento, a utilização do capital intensivo proporcionou uma expansão do terceiro setor, mais propriamente nos serviços públicos e administrativos, fazendo duplicar o número de trabalhadores de colarinho branco, ao passo que o número de trabalhadores manuais estacionou. Essa época marcou a história dinamarquesa, em virtude do fato de apresentar taxas de pleno emprego pela primeira vez.

Os agricultores, no entanto, não aceitaram passivamente a organização da nova economia política. Nesse momento, assistiu-se a um dos conflitos de classe mais sérios da história moderna dinamarquesa. A redução dos rendimentos dos agricultores fez com que a organização de interesses agrários reivindicasse indenização estatal e proteção. Assim, a força dos agricultores se

reafirmou politicamente e, com isso, eles continuaram sendo o principal fator de impedimento do avanço dos sociais-democratas dinamarqueses rumo a um maior controle político da economia. Um acordo estabeleceu um subsídio de 420 milhões de coroas aos agricultores. Desse modo, para amenizar as pressões inflacionárias, o governo teve de reduzir seus gastos com investimentos. Entretanto, a negociação dos sindicatos por um aumento nominal de salários de 23%, resultado de uma longa defasagem, concomitante a reformas e pensões e outras medidas relacionadas ao Estado de Bem-estar Social, fez a taxa de inflação atingir 10% entre 1961 e 1962. A esse momento é atribuído o título de “farra da renda”, pois os trabalhadores obtiveram aumento salarial, os agricultores adquiriram subsídios e a população toda se beneficiou do aumento nos gastos com políticas sociais.

Entre 1960 e 1968, o gasto público cresceu mais rápido do que o produto nacional bruto. Durante esse período, também caiu o emprego agrícola, o emprego industrial estagnou e, no setor público, o emprego começou a dar sinais de um aumento que, a partir de então, seria bastante expressivo.

Há algumas razões que explicam a precária inserção da Dinamarca na economia internacional em comparação com os outros países escandinavos. Uma dessas razões é a própria divisão do movimento sindical entre trabalhadores habilitados (herança da tradição de artesãos) e trabalhadores pouco qualificados. Outro elemento importante é a débil economia dinamarquesa, que não contava com recursos naturais, salvo o solo fértil. Desse modo, esse país depende muito dos preços das importações de matérias-primas e de outros bens de capital para equilibrar seu balanço de pagamentos. A exportação foi, durante muito tempo, preponderantemente de produtos agrícolas; hoje, no entanto, somam-se a eles, produtos manufaturados.

Durante a década de 1970, num contexto de elevado desemprego, os sociais-democratas aderiram a políticas fiscais restritivas. Nesse sentido, a contenção dos salários, sem uma reforma econômica democrática, fez com que as relações entre a Confederação Sindical Dinamarquesa (LO - *Landsorganisationen i Danmark*) e os sociais-democratas estremecessem. O controle político-econômico da social-democracia dinamarquesa sobre o mercado capitalista mostrou-se bastante fraco se comparado com as medidas dos outros dois países, apresentados a seguir.

### 3.3.2 – Noruega

Até o início de 1814, a Noruega estava submetida ao governo da Dinamarca. Depois, passou ao controle do governo sueco, do qual se separou em 1905. É certo que esses fatos influenciaram os caminhos da modernização implementada no país.

A economia pré-industrial era composta por pequenos camponeses independentes, que trabalhavam com recursos escassos e, por isso, tinham pouca possibilidade de ampliar a produção, a exceção eram as famílias do sul do país. A pesca e a silvicultura constituíam a base econômica da Noruega, eram os ramos que mais empregavam trabalhadores. A pesca constituía o setor dominante da exportação, portanto, o mais importante na soma do produto interno bruto. Pelo fato de, na Noruega, não existir uma classe de aristocratas (eles pertenciam à Suécia), esse grupo pouca interferência teve na formação do sistema capitalista do país. Essa inexistência de uma aristocracia nacional, somada ao crescimento do número de camponeses e pescadores, pequenos e independentes, levou os noruegueses a desfrutar de condições semelhantes de vida.

Até o século XIX, como mencionado, a pesca era o ponto forte da economia norueguesa, contudo, os pescadores tinham uma condição econômica bastante frágil. Com o surgimento da indústria naval, no início do século XIX, a organização econômica do país sofreu alterações, uma vez que este setor passou a perfazer 40% do total de exportações.

O resultado de uma agricultura pouco desenvolvida, de trabalho intensivo voltado para silvicultura, pesca e competição entre produção de transportes fez a economia norueguesa se distinguir por características bastante peculiares.

Havia na agricultura divergências entre os fazendeiros do sul, que mais próximos da cidade tinham mais possibilidade de se desenvolver comercialmente e os produtores periféricos, que se restringiam à prática da subsistência. Os fazendeiros prósperos não se uniram politicamente nem com a burguesia nascente nem com o semiproletariado, assim, não se formou um grupo forte, que defendesse os interesses de acumulação capitalista. Portanto, os trabalhadores encontraram pouca resistência às suas reivindicações.

A industrialização na Noruega foi tardia e teve como base o minério de ferro, a madeira e a produção de energia hidroelétrica. No início do século XIX, o foco da industrialização estava em regiões periféricas, onde se situavam as árvores para extração da madeira para posterior

utilização na fabricação de celulose e papel, e nas margens de rio em que se estabeleceram as hidroelétricas.

A demanda por força de trabalho nessas indústrias era muito baixa, uma vez que elas faziam uso intensivo de capital. Essas indústrias, em razão da existência de pouco capital doméstico, eram financiadas por empresas estrangeiras, que, num segundo momento, foram apropriadas pelo Estado norueguês.

A passagem da ideologia socialista ortodoxa para o keynesianismo na Noruega foi um pouco mais conturbada quando comparada aos outros países escandinavos. Muito influenciado pela Revolução Russa, o Partido Trabalhista da Noruega (DNA- *Det norske Arbeiderparti*) assumiu um compromisso com a revolução socialista após a Primeira Guerra Mundial.

Depois, o DNA ficou dividido entre os reformistas mais conservadores e os revolucionários, em minoria. A reunificação veio em 1927, quando o partido conquistou o eleitorado e foi designado pelo rei para formar o primeiro governo trabalhista. Isso deixou os socialistas com um grande problema.

Os socialistas noruegueses, adeptos da doutrina de Karl Kautsky, tinham sempre sido contrários a alianças com partidos burgueses ou a assumir o governo como um partido minoritário. Ambos os princípios de Kautsky foram ignorados, contudo, o DNA não abdicou de sua agenda revolucionária. Entretanto, após duas semanas no governo, foi deposto por um voto de não confiança dos liberais.

Na sociedade norueguesa, havia também uma tensão significativa entre os agricultores liberais e as antigas forças conservadoras. As classes rurais encontravam-se completamente divididas, já que se contrapunham tanto aos partidos burgueses quanto ao movimento sindical. Em meio a isso, parte dos agricultores noruegueses, durante a Segunda Guerra Mundial, aproximou-se do nazismo. Por outro lado, os pescadores, camponeses semiproletarizados e os trabalhadores florestais se reuniram em torno do DNA, com demandas relacionadas à satisfação imediata de necessidades. Mostravam pouca proximidade com uma discussão ideológica mais revolucionária.

Assim, localmente, os sociais-democratas procuraram se concentrar na implementação de políticas sociais. O compromisso do partido com uma discussão ideológica mais profunda não se concretizou, pois ela até parecia incompatível com as reivindicações das classes populares.

No período 1930-1934, a ala reformista do DNA começou a assumir a liderança, e o partido trabalhou seu caminho em direção a um programa prático de crise. Mas o salto para realinhamento político não ocorreu até 1935, quando o DNA inserido em um acordo com os agrários prometeu subsídio aos preços agrícolas em troca de apoio parlamentar para o seguro desemprego e a política ativa de crise. Na adesão às exigências da aliança com os agrários, a menção de socialização foi abandonada. (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 192)

A tensão da estrutura de classe norueguesa continuava entre centro e periferia. Os fazendeiros do sul e os pescadores continuaram exercendo uma influência pequeno-burguesa. A presença de pequenas manufaturas nos centros urbanos se prolongou, mas sem uma participação relevante do trabalhador artesanal. Isso fez com que a classe trabalhadora ficasse mais homogênea. O crescimento do setor público também foi mais tardio e não tão explosivo, o que explica o lento aparecimento do trabalhador de colarinho branco.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Noruega modernizou seu parque industrial por meio de um planejamento contínuo liderado pelo Estado. Da mesma forma que o governo dirigiu os investimentos industriais, conduziu o mercado financeiro, a fim de que o desenvolvimento atingisse as diferentes regiões, ou seja, fosse descentralizado.

Portanto, as condições na Noruega eram mais propícias para os sociais-democratas desenvolverem a expansão industrial, tendo o Estado como agente principal desse processo. No pós-guerra, a social-democracia norueguesa conseguiu mobilizar um consenso em torno da política de “trabalho para todos”. Com isso, obteve maioria parlamentar e colocou o DNA em uma posição bastante importante.

Os sociais-democratas tiveram apoio do setor conservador para o programa de industrialização, que abarcou, controles de crédito, subsídios governamentais, planejamento e comprometimento do Estado em setores de metais como ferro. Também angariaram apoio dos sindicatos, pelo comprometimento na contenção do consumo e do salário, em virtude do maior crescimento e do pleno emprego e para direcionar a poupança para instituições públicas coletivas. Os sociais-democratas também obtiveram apoio do campesinato e da periferia rural, pois o DNA propôs uma racionalização da agricultura e da pesca que envolveria o aumento dos rendimentos e a proteção dos preços. Dessa forma, os diferentes estratos sociais estavam de acordo com a proposta de regulação e crescimento econômico articulada pelo governo norueguês durante o pós-guerra.

A política econômica que a Noruega assumiu no pós-guerra pode ser dividida em quatro momentos específicos (ESPING-ANDERSEN, 1985). O primeiro, que compreende o período de 1945 a 1952, distingue-se pela definição de uma política de planejamento e regulação bastante audaciosa. O segundo momento, de 1952 até 1960, torna explícita a tendência internacional rumo à liberalização do mercado de capitais e, paralelamente, um consenso político quanto à participação do Estado na determinação do investimento e na alocação de crédito. O terceiro momento, de 1960 até o início de 1970, reafirma o envolvimento ativo do Estado nas decisões econômicas e financeiras. E, por fim, o período pós-1973, marcado pela crise econômica internacional e o começo da produção de petróleo na Noruega, apresenta um rompimento com o passado. A partir de então, os governos do DNA enfatizam o envolvimento do Estado em investimentos e propriedades, estabelecem políticas anticíclicas e dedicam-se às políticas de rendimento.

Assim como em outros lugares, na Noruega, a reconstrução no pós-guerra incluiu uma extensa regulamentação do Estado, controles e racionamentos. No entanto, na Noruega, essa combinação de um detalhado planejamento tanto macro quanto microeconômico foi, de forma geral, mais vigorosa e duradoura.

Como, na Noruega, a oposição política agregou menos força, o Partido Trabalhista da Noruega conseguiu produzir, valendo-se do Estado, uma acumulação industrial mais intensa. No longo prazo, essa acumulação industrial instituiu planejamento e conteve salários e consumo, o que foi aceito pela Confederação Norueguesa de Sindicatos (LO- *Landsorganisasjonen i Norge*), pois estava combinado que o Estado, em troca, garantiria o pleno emprego.

A ideia de planejamento, por sua vez, também foi aceita pelos capitalistas industriais, que se resignavam ao controle de preço e lucro para, em contrapartida, ter acesso a uma abundante oferta de crédito barato e a restrições salariais, em razão do pleno emprego.

Por conseguinte, muito importante nesse momento foi a instituição de crédito do Estado, arquitetado para controlar o destino de capitais e investimentos, com destaque para o estabelecimento de bancos de investimento do Estado na indústria, agricultura, pesca e habitação.

A liberalização econômica verificada na Noruega a partir de 1952 não foi tão ampla e profunda como nos outros países escandinavos. Na Noruega, ela conseguiu se conciliar com o crescimento econômico sustentável, os preços estáveis, o aumento do salário real, a garantia de pleno emprego, assim como com o equilíbrio no balanço de pagamentos.

Durante a década de 1960, uma série de fatos fez com que os sociais-democratas fortalecessem o controle político sobre a atividade econômica. Foi também durante esse terceiro período que o governo modificou a orientação de suas políticas, a fim de que estas, mais descentralizadas, privilegiassem o desenvolvimento regional. Outra ação foi no sentido do aumento dos gastos públicos, particularmente com a política social que estabeleceu benefícios abrangentes por meio de negociações coletivas em que o salário social ganhou destaque nos acordos.

Contudo, com as transformações na estrutura de classes, houve um declínio do apoio do eleitorado rural tradicional ao DNA e o surgimento de grupos de classe média, como os de colarinho branco. O maior desafio era, portanto, conquistar os votos dos estratos médios. Estava colocada a necessidade de um novo realinhamento político.

A saída para esse realinhamento foi estabelecer propostas que beneficiassem a população como um conjunto, tais como pensões mais elevadas, financiamento do desenvolvimento das diversas regiões, maior controle do Estado sobre a economia.

Como resposta à recessão mundial da década de 1970, o DNA acatou o financiamento por *deficit* fiscal proposto pelo keynesianismo. De fato, apesar daqueles anos conturbados, as políticas econômicas do Partido Social-democrata obtiveram êxito. O desemprego permaneceu baixo, a taxa de poupança e investimento conservou-se alta, a industrialização desenvolveu-se rapidamente, mantendo um crescimento econômico saudável.

### 3.3.3 – Suécia

A Suécia, até o início do século XX, era um país de economia pouco desenvolvida. Foi com a entrada do século que se adiantou e atingiu o reconhecimento que sustenta até hoje entre os países mais avançados do continente europeu.

A aristocracia sueca também não era muito expressiva, já que os nobres, durante os séculos XVIII e XIX, tinham perdido boa parte de suas riquezas, pelo fato de os camponeses independentes terem usufruído de uma forte aproximação com a monarquia. Essa aliança resultou num sólido estado absolutista, assegurado por um serviço civil e um exército numeroso e competente. O exército, junto com a organização burocrática, proporcionava segurança ao Estado contra qualquer tipo de contestação que pudesse vir da aristocracia.

As características de um Estado sueco forte e centralizado, bem como o papel burocrático que assumiu, estiveram presentes durante a modernização do país, ou seja, na passagem para o capitalismo moderno.

Os suecos rapidamente colocaram a ortodoxia socialista de lado e aderiram ao capitalismo e à democracia parlamentar. Embora na Suécia não existisse nenhuma força política liberal consolidada entre os fazendeiros contra a qual os sociais-democratas tivessem de lutar, o Partido Social-Democrata sueco (SAP- *Sveriges Socialdemokratiska Arbetarparti*) não foi capaz de atrair a pequena burguesia rural ou urbana para a democracia social. Permaneceu um impasse entre conservadores, liberais e social-democratas até a década de 1920.

O SAP procurou caminhar entre o reformismo mais pragmático e a ideologia socialista, entretanto, os sociais-democratas suecos não se dissolveram diante da crescente pressão comunista, por um lado, e da oposição reacionária, por outro.

Após três frustradas experiências de participação no gabinete, sem maioria, o SAP começou a avaliar quais os requisitos necessários para se manter no poder. Obter número maior de parlamentares passou a ser primordial para uma participação efetiva. Para tanto, era preciso ir além dos eleitores da classe trabalhadora. Nesse momento, a opção por alianças passou a ter um significado maior.

Quando estourou a crise de 1929, os sociais-democratas não estavam no governo, ocupado pelos liberais. Estes permaneceram atrelados ao princípio do orçamento equilibrado. Com isso, a crise se aprofundou, afetando negativamente os trabalhadores, assim como os camponeses, rompendo a confiança popular no liberalismo econômico. Isso se concretizou nas eleições de 1932, quando os sociais-democratas obtiveram 42% dos votos e 104 assentos no parlamento, afastando a oposição conservadora e liberal.

As medidas propostas para combater a crise tiveram à frente o ministro das finanças, Ernst Wigforss. Entre elas, não havia nenhum projeto relacionado à socialização dos bens de produção, o que mostra a completa cisão com ideologia socialista revolucionária. Wigforss foi um grande expoente do revisionismo na Suécia, compôs o SAP como ministro da fazenda até 1949. Ele inspirou economistas mais novos, como Gunnar Myrdal, e antecipou algumas questões apresentadas por Keynes quando, em 1932, mencionou a necessidade de políticas anticíclicas em tempos de crise. Suas políticas para sair da crise contemplaram as seguintes ações: estímulo ao emprego e ao consumo agregado, legislação de projetos de obras públicas, políticas de bem-estar

e *deficit* orçamentário, em vez de elevação de impostos na cobertura de gastos públicos adicionais. Pela primeira vez, foi implementado o programa keynesiano, que, depois, seria adotado pelo mundo todo.

Ressalta-se, nesse momento, também a decisão do SAP de conceder subsídios à agricultura, durante o acordo de 1933, em que foi estabelecida a coalização entre os sociais-democratas e o partido camponês Bondeforbundet, influenciando a conquista de uma maioria parlamentar, até então insuficiente para levar adiante as políticas ativas de crise. Foram eliminados do SAP, por completo, os últimos resquícios da classe trabalhadora. Assim, o partido passou a representar todos os grupos economicamente frágeis, um redirecionamento simbolizado pelo *slogan* “Casa do Povo”. O SAP permaneceu no poder de forma ininterrupta até 1976.

As deliberações do SAP para controle da crise tiveram resultado positivo. Em 1939, a taxa de desemprego já estava abaixo de 19%. Os sociais-democratas conseguiram durante esse período turbulento conciliar os interesses do capital e do trabalho. Para esse acordo, foi muito importante a participação da Confederação Sueca de Sindicatos (LO - *Landsorganisationen i Sverige*), que promoveu, junto com o SAP, mudanças estruturais e maior racionalização por meio de políticas ativas, voltadas para o mercado de trabalho. Em fins da década de 60, essas políticas eram insuficientes e o SAP tentou complementá-las, ampliando o investimento.

A neutralidade da Suécia, também durante a Segunda Guerra Mundial, fez com que o país aproveitasse o momento para alavancar sua industrialização. O processo de industrialização se iniciou na Suécia no século XIX, em meio a uma aristocracia pouco influente e a um campesinato independente, cuja organização girava em torno da agricultura familiar. A possibilidade de cultivo era melhor no sul do país, onde havia mais terra fértil. As demais regiões eram prejudicadas e a emigração era, muitas vezes, a saída para o empobrecimento.

A industrialização que ocorrera anteriormente, voltada para a mineração e a produção de madeira, surgiu rapidamente nas áreas rurais. Ela reduziu o potencial de emigração, contudo, como a industrialização se estabeleceu de forma descentralizada, empregava muitas vezes o trabalhador do campo por meio período, retardando a introdução da proletarianização nas indústrias.

As indústrias com objetivo de exportação tinham como produtos de base a madeira, os minerais e a energia. No período de guerra, essas indústrias aumentaram seus rendimentos como resultado da alta demanda internacional. Ao mesmo tempo, elas significavam um estímulo ao desenvolvimento da indústria doméstica.

O efeito para a estrutura social foi a coexistência de uma burguesia industrial bastante poderosa e rica com um elevado número de trabalhadores pobres, espalhados em pequenas cidades. Na Suécia, o oligopólio industrial que se formou em torno da produção da madeira e do ferro colaborou para a constituição de um Estado corporativo.

Dadas essas condições, os principais avanços em relação ao controle social do capitalismo tiveram de esperar mais do que na Noruega, mas muito menos do que na Dinamarca.

A expansão das indústrias suecas se deu, em grande parte, em consequência do protecionismo. Além disso, o Estado colaborou para seu desenvolvimento, ao proporcionar a elas infraestrutura adequada. Foi durante esse período que o Estado implementou a educação primária universal, atendendo ao pedido da nascente classe trabalhadora.

Em conflito com uma burguesia concentrada e fortalecida, havia o campesinato empobrecido e os pequenos fazendeiros do sul, que gozavam de uma situação salubre. Preponderaram no desenvolvimento industrial sueco as indústrias grandes, com alta concentração de capital, centralizadas nas mãos de poucos. Os industriais suecos aceitaram facilmente a participação do Estado no processo de racionalização econômica.

O programa político social-democrata após a Segunda Guerra compreendia planejamento econômico e controle democrático de alocação do capital privado. O destaque foi a mistura de políticas fiscais que, por meio de políticas ativas de investimento, estimulava a demanda e o planejamento econômico.

O LO sugeriu que os fundos de pensão complementares ATP (*Allmän Tilläggs pension*) fossem encaminhados para o fundo de investimento público, mas somente o aumento da taxa de desemprego incentivou os sociais-democratas a tomar tal atitude e, em 1967, eles foram convencidos das exigências da LO, instituindo um banco de investimento estatal, cujo financiamento provinha do “quarto fundo ATP”.

Quanto à política econômica do governo durante a década de 70, esta se manteve favorável ao movimento sindical, pois conseguiu conciliar a competitividade das empresas diante do mercado internacional, com base em uma reorganização industrial, na racionalização e no investimento em tecnologia, bem como garantir ao trabalhador proteção máxima, mesmo elevando os custos trabalhistas.

### 3.4 – O papel dos partidos e sindicatos nos países escandinavos

Vê-se que o modelo de *Welfare State* escandinavo não se explica somente pelas alianças camponesas da classe trabalhadora. Destaca-se nele o vigoroso relacionamento que se estabeleceu entre sindicatos e partido. A autonomia política de que o sindicato desfrutava permitiu que combatesse certos princípios ideológicos socialistas com a prática sindical.

Nos lugares em que o sindicalismo se desenvolveu das guildas, como, por exemplo, na Dinamarca e na Grã-Bretanha, as tradições de artesãos se mantêm até hoje. De forma diferente ocorreu na Suécia, em que os sindicatos se constituíram com sindicatos industriais.

Esping-Andersen (2000) concorda com Korpi (1983) quando este diz que o resultado distributivo está atrelado a unidade dos assalariados e do poder de mobilização estabelecido, ou seja, onde há a presença desses dois fatores é maior a centralização do sindicato e ele é mais abrangente. Assim, a menor a segmentação dos agentes envolvidos e os dualismos mais reduzidos favoreceram a luta pela instituição de uma proteção social mais universal e por uma redistribuição social mais igualitária. Isso ocorreu na Europa, mas sobretudo na Escandinávia.

Segundo Esping-Andersen (2000) a construção de um *Welfare State* universalista está vinculada à negociação centralizada sob uma coordenação nacional (Dinamarca, Noruega, Finlândia e Suécia). Por outro lado, os *Welfare States* residuais estão acompanhados de um sindicalismo descentralizado e mais fraco (Estados Unidos, Canadá e, agora, também o Reino Unido).

Há um paralelismo entre os regimes de Estado de Bem-estar social-democrata e um sistema coordenado e centralizado de barganha. O regime liberal, ao contrário, caracteriza-se por uma descentralização do poder de barganha. Quanto ao regime conservador, Esping-Andersen aponta que não há nenhum padrão preponderante.

A Dinamarca tinha uma classe de trabalhadores manuais reduzida em relação à Noruega e Suécia. Na Dinamarca, a mobilização de classe, assim como as alianças, enfrentou mais dificuldades, uma vez que tanto a grande como a pequena burguesia tinham resistido à “proletarização”.

A Suécia, embora constituísse a sociedade mais agrícola dentre os três países nórdicos em questão, depois da virada do século XX, foi onde ocorreu a maior redução do campesinato. O fato de ter um baixo número de trabalhadores independentes e empregadores urbanos fez com que sua

estrutura de classe se caracterizasse por indústrias com alto poder de concentração, sobretudo de manufatura, mas também de varejo e construção.

Durante os anos 1960 foi possível observar o grande desenvolvimento pelo qual passaram as indústrias nórdicas, como já foi dito, decorrente das demandas dos países envolvidos na Segunda Guerra. Na Suécia, onde houve maior concentração de capital entre os industriais, estes se aproveitaram de seu poder para realizar acordos políticos corporativistas entre as classes e o Estado.

A partir do pós-guerra, houve também o desenvolvimento do setor público e o consequente aumento dos trabalhadores de colarinho branco. Esse número aumenta consideravelmente, mas de forma diferente em cada um dos países. A Suécia lidera uma estrutura de classe pós-industrial em que é expressiva a quantidade desses trabalhadores, seguida da Dinamarca e, depois, da Noruega. Esping-Andersen define que essa mudança na estrutura social de classe redefiniu as estratégias social-democratas na formação do eleitorado.

A tardia industrialização escandinava fez com que a formação de seus respectivos sindicatos também tardasse, mas isso não impediu que esses sindicatos se tornassem dos mais fortes do mundo. Além disso, outra característica comum dos países nórdicos em relação aos sindicatos é a tradição de associação que mantêm com diferentes classes. Um exemplo disso é a organização patronal e a Confederação das Indústrias e Manufaturas estarem articuladas com partidos conservadores.

A maneira como as organizações de classe se configuraram também tem um caráter similar entre os países escandinavos. Os artesãos e trabalhadores qualificados foram os pioneiros na formação de sindicatos e, quase ao mesmo tempo, surgiram as organizações de empregadores.

Os sindicatos dinamarqueses aparecem de 1870 até o fim do século XIX, em meio ao processo de industrialização, urbanização e abandono das guildas. Em 1898, surge a Confederação Sindical (representada pela sigla LO nos três países) na Suécia e na Dinamarca e, um ano depois, na Noruega. A Dinamarca foi o único dentre os três países onde a organização dos empregadores apareceu antes da dos trabalhadores.

Na Dinamarca, o LO resistiu à centralização e à organização industrial por muito tempo, e ainda permanece dividido entre o sindicato de significativa força dos trabalhadores habilitados e o sindicato de trabalhadores não qualificados. Um dos motivos é o fato de a manufatura ser centrada na produção artesanal, o que confere distinção e valorização ao trabalhador habilitado.

Já na Suécia e na Noruega, os sindicatos se orientaram para a centralização e a verticalização, sendo o sindicalismo industrial também comum. Na Suécia, destaca-se uma maioria de trabalhadores não qualificados, já na Noruega, os proletários do campo é que são bastante representativos. Esse grupo chegou, em algumas circunstâncias, a combater o sindicalismo industrial.

Nos países escandinavos, o início dos sindicatos se confunde com o dos partidos políticos. A social-democracia dinamarquesa, por exemplo, surge em 1871 com o nome de Partido Social-democrata e é reerguida em 1878 pelos sindicatos. Na Noruega, os sindicatos têm um papel importante na constituição do Partido Trabalhista da Noruega (DNA) em 1887. Na Suécia, a formação do partido também foi estimulada pelos sindicatos, além de receber um incentivo dos socialistas dinamarqueses. Seu nascimento data de 1889, com o nome de Partido Social-democrata Sueco (SAP).

Apesar de o surgimento dos partidos estar atrelado ao dos sindicatos, estes mantiveram, nos respectivos países, sua autonomia ideológica e política. Na Dinamarca, isso é mais evidente, na Suécia menos.

Esping-Andersen (1985) ao analisar a participação dos partidos na construção do *Welfare State* divide a história social-democrata na Escandinávia em três períodos. O primeiro, de 1870 até a Primeira Guerra e suas consequências, foi o do tradicional modelo “partido de classe”, embora socialistas e fazendeiros tenham colaborado na luta pela democracia. O segundo foi o período entre guerras, em que a questão da democratização foi resolvida, mas o clima político permaneceu instável. Os partidos social-democratas cresceram notavelmente, mas ainda não havia coalizões sólidas que pudessem ser formadas nem com a direita nem com a esquerda. A encruzilhada histórica veio com o realinhamento político, que aglutinou fazendeiros e a classe trabalhadora, transformando os “partidos de classes” em “partidos do povo”. Esse realinhamento estabeleceu os parâmetros do Estado de Bem-estar do pós-guerra. O terceiro período é o do pós-guerra, em que a social-democracia dominou, apesar do ocasional partido burguês do governo.

Baldwin (1990) no livro *The Politics of Social Solidarity* vai apontar para outros caminhos que diferem um pouco da interpretação social que o Esping-Andersen admite para o surgimento do *Welfare State*. Baldwin critica a excessiva ênfase que a interpretação social emprega nas classes mais desafortunadas durante o processo de implementação de políticas social universais.

De acordo com a teoria de Baldwin o Estado de Bem-estar não redistribuiu tanto a riqueza, seu êxito consistiu em redistribuir os riscos entre os seus membros de forma igual, ao tornar o seguro a velhice, desemprego, invalidez, um direito a todos e não circunstâncias do acaso. Desta forma para o autor a aceitação ou recusa por parte de determinados grupos em participar do Estado da Bem-estar não é relativa a uma classe social mas moldada segundo uma interação de dois fatores: a incidência de risco e a possibilidade do grupo assumir por si as adversidades. Assim era criado um perfil de um grupo que compartilhava uma mesma posição sobre os meios de segurança. Aqueles que conviviam com muitos riscos e possuíam poucos recursos e uma capacidade de auto-suficiência baixa, possivelmente seriam a favor da redistribuição do infortúnio.

Em alguns momentos diz Baldwin (1990) uma mesma categoria de risco pode coincidir com uma classe social (burguesia e proletariado), mais isso não é uma constante. Neste sentido, embora Baldwin reconheça que a classe trabalhadora é que possui mais interesses solidários, pois está de uma situação social desfavorável, ressalta que a classe burguesa teve interesse em diversas ocasiões na política social.

Assim, Baldwin explica que a universalidade das políticas sociais no pós-guerra nasceu não somente ou primeiramente da força da esquerda; de fato, ela seguiu igualmente os interesses imediatos e diretos da burguesia na política social inclusiva. Baldwin destaca que não foram os sociais-democratas quem primeiro ofereceram suporte político para as medidas solidárias que compreendiam todos os cidadão. O autor afirma que a maneira como o sistema de *Welfare State* europeu atingiu a reforma universalista está estritamente relacionada com a maneira como a política social foi implementada no século XIX. A Alemanha e a França começaram com uma legislação limitada a certas classes, definida pelo emprego, e estava relacionada com a necessidade, distinguindo os grupos menos afortunados dos outros. Na Escandinávia, ao contrário, as primeiras medidas cobriam todas as classes. As políticas sociais na Inglaterra oscilaram entre esses dois polos.

Segundo Ferrera isso se explica pelas estruturas ocupacionais:

Nos países continentais, estas pareciam marcadas por diferenciações inter e intrassetoriais (indústria *versus* agricultura, setores modernos *versus* setores atrasados etc.), entre os tipos de ocupação (sobretudo trabalho dependente *versus* trabalho autônomo) e hierarquias ocupacionais (operários *versus* empregadores). É verdade que, em relação a quase todos esses setores e tipos de ocupação, havia necessidades abrangentes e exigências crescentes de

proteção, mas a forte heterogeneidade da situação trabalhista e da renda obstruíam aquilo que os sindicatos alemães chamavam (com insatisfeitas antipatias) de *Gleichmacherei*, isto é, todos iguais em relação à nova previdência estatal obrigatória (FERREA, 1993, p. 44-45).

Ferrera (1993) conclui que, nos países nórdicos, a homogeneidade das estruturas ocupacionais evidente diante da baixa concentração de trabalhadores dependentes e elevado número de “livres agricultores” proporcionava categorias de riscos mais amplas, incentivando a políticas mais inclusivas e universais.

Baldwin (1990) destaca também que as reformas pós Segunda Guerra que ampliaram ainda mais a extensão da cobertura assegurativa nos países escandinavos extinguindo de vez o *means-tested*, privilegiou sobretudo a classe média. Eles foram os que mais ganharam com a reforma, pois já tinham uma provisão social significativa ou outros meios próprios, que lhes afastavam do recebimento de benefícios estatutários: uma minoria de empregadores ricos e independentes, cujos interesses os classificavam como centro e direita.

Na Dinamarca, onde a reforma veio tarde, os resultados diferem levemente. Os socialistas foram os primeiros a identificar e acolher o apelo popular por aumento da riqueza e propagação da pensão voluntária em relação à pensão inclusiva. Os dinamarqueses conservadores e liberais demoraram mais do que seus colegas suecos para formular seu interesse em uma reforma universalista. Uma vez que a abordagem contributiva foi eliminada como possibilidade política, os partidos burgueses rapidamente assumiram outra posição. Dirigiram uma difícil barganha nas reformas de pensões em 1956 e tomaram a liderança ao introduzir um universalismo completo no início de 1960, dessa vez, contra as objeções da extrema esquerda e dos socialistas-relutantes em encarar as consequências das políticas sociais indiscriminadas e generosas.

Nesse ponto, a situação tinha sido revertida, com a esquerda redescobrendo as ambivalências iniciais do universalismo, agora insistindo para que o *means-tested* permanecesse para salvaguardar os interesses dos mais necessitados.

Por isso, Baldwin vai divergir das interpretações que consideram o Estado de Bem-estar escandinavo uma conquista autônoma das classes menos privilegiadas e que sua origem e características foram definidas sobretudo, pela classe trabalhadora. O autor fortalece que o seguro social nórdico é determinado pela instituição legal de políticas sociais ainda em fins do século XIX pelos liberais agrários como forma de mostrar para os profissionais urbanos, elites tradicionais, aristocratas latifundiários e burocratas urbanos a influência que possuíam sobre a

legislação. Neste contexto as reformas eram um reflexo do elevado poder que os agricultores possuíam, a ponto de não ser negada a eles a política social.

O que Baldwin (1990) reforça é que as características que representam o *Welfare State* dos países nórdicos foram estabelecidas porque favoreceram as elites em diferentes épocas. Elas viriam representar a demanda dos partidos burgueses também. Conforme Baldwin (1990), a social-democracia que em uma primeira instância relutou em admitir a universalidade às políticas sociais, depois, tomou e recebeu os créditos de tal empreendimento.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O debate ocorrido no século XIX no Partido Social-democrata da Alemanha (SPD) foi fundamental para entender o surgimento da ideologia social-democrata que se espalhou durante o século XX para o mundo, uma vez que esse partido constituiu uma referência teórica e prática para a época, em virtude do número de adeptos que mobilizou em um período de instituição dos partidos de massa e, portanto, direitos políticos.

Os ideais da social-democracia no século XIX eram de fortalecimento dos meios democráticos, de alianças de classe para conquistar um grande número de eleitores, chegar ao poder e, por meio de reformas parlamentares, estabelecer mudanças paulatinas que melhorassem a situação da classe trabalhadora, permitindo que esta, uma vez fortalecida, tivesse condições de transformar a estrutura capitalista e instituir um sistema econômico baseado em cooperativas que encaminhassem a sociedade, por fim, ao socialismo.

Como foi visto, com o passar do tempo, as ideias social-democratas sofreram modificações. De tudo o que foi dito acima, permaneceram a defesa das instituições democráticas e a necessidade de alianças de classe para, uma vez no poder, conquistar melhorias para o trabalhador. Como não desenvolveu uma proposta de política econômica própria a social-democracia se limitou a regular o sistema capitalista, para que este pudesse funcionar na sua melhor forma, abandonando o objetivo final, o socialismo.

Desse modo, Esping-Andersen vai atribuir a consolidação do Estado de Bem-estar não tanto ao desenvolvimento industrial do período, mas à interação entre mobilização política e a qualidade das alianças efetivadas, que culminaram na institucionalização do regime. Assim, a maneira como as estruturas de poder, moldadas por forças históricas, interagem com o mercado e a família vai ser determinante para identificar os diferentes regimes de *Welfare State*.

Deve ficar claro que Esping-Andersen, ao considerar a tese de mobilização de classe como o fator preponderante na explicação do surgimento do *Welfare State*, está valorizando a classe social como agente principal de mudança. Mais do que isso, está considerando o parlamento meio essencial para a revelação do poder mobilizado em políticas e reformas almeçadas.

Nota-se que esse é um pressuposto social-democrata. Bernstein via na sociedade capitalista uma possibilidade de realizar conquistas para trabalhadores mediante a extensão de direitos e considerava isso uma pré condição para grande luta. Contudo, diante das inúmeras barreiras para conseguir implementar grandes mudanças por meios parlamentares a social-democracia, ao longo do tempo, foi se sentindo à vontade para renunciar ao socialismo e investir no aprimoramento do sistema capitalista, de modo que a economia capitalista mostrou que podia amenizar as carências dos cidadãos, o que, até então, não havia sido concretizado por nenhuma outra economia.

Contudo, viu-se que a maioria dos *Welfare States*, quando surgiram, não tinham como princípio esse pensamento, que preponderou sobretudo nos países nórdicos. Porém, Esping-Andersen considera a democratização social um princípio evolutivo, como se, um dia, todos os *Welfare States* fossem atingir o universalismo nórdico. Por isso, alguns críticos caracterizam a tipologia de Esping-Andersen como “suecocêntrica”, por tomar como referência a organização das políticas sociais da Suécia.

Baldwin (1990) vem somar à análise de Esping-Andersen, e mostrar que as características institucionais do *Welfare State* social-democrata (ampla cobertura, generosas prestações) não são uma conquista exclusiva do partido e do movimento operário. O modelo escandinavo seria, antes, uma aquisição empreendida pelo bloco burguês. O autor defende que o surgimento do *Welfare State* durante o pós-guerra está relacionado a políticas sociais empreendidas ainda no século XIX, no caso dos países escandinavos estas já eram abrangentes e foram estabelecidas pelos liberais agrários, que representavam uma parte relevante da população.

Baldwin compreende as políticas sociais como um recurso de redistribuição, concebido com base em um conjunto de riscos. Deste modo, ele parte do pressuposto de que o contexto social e econômico de cada país, assim como sua estrutura ocupacional e particularidades sociodemográficas são de suma importância para a identificação dos riscos desse mesmo país e a posterior compreensão do conteúdo da política social assumida.

Conforme Baldwin, um país que tem estrutura ocupacional assinalada por fortes diferenças entre trabalho dependente e autônomo, indústria e agricultura, por exemplo, devido à pulverização dos riscos mostra-se mais inclinado a aderir ao ocupacionalismo do que ao universalismo.

O autor analisa que, além disso quanto mais uma categoria ocupacional se sente apta a se proteger, menor será sua disponibilidade para sancionar com o Estado um pacto de solidariedade, que lhe renderia um acordo obrigatório e irrevogável, acarretando redistribuições verticais e horizontais.

Conforme resume Ferrera

Com base no parâmetro de incidência de riscos e capacidade de autoproteção qualquer uma das categorias ocupacionais é portanto etiquetável com uma “categoria de risco” (*risk category*) definida por um específico perfil oficial que influencia (segundo Baldwin, de maneira decisiva) o cálculo de conveniência em relação á proteção pública. (FERRERA, 1993, p. 64)

Por isso, de acordo com Baldwin, a distribuição mais heterogênea dos riscos e a maior capacidade de autoproteção entre as categorias estimulam uma segmentação dos benefícios. Por outro lado, uma distribuição mais homogênea dos riscos favorece políticas mais universais.

Esping-Andersen (2000) concorda com a relevância que um conjunto de riscos tem na determinação das políticas:

Como, em que estágio, e quais tipos de riscos são compartilhados coletivamente irá ter certamente de forma imediata conseqüências para a pobreza, distribuição de salário, oportunidades econômicas e, mais geralmente, para as solidariedades sociais e estratificações. De fato, o assunto de controvérsia de “de-commodification” do Estado de Bem-estar, e os debates sobre os modelos de solidariedade estão, em última instância, intrinsecamente ligados à administração dos riscos sociais. (ESPING-ANDERSEN, 2000, p. 49)

Ferrera (1993) destaca que, nos países escandinavos, as configurações ocupacionais levaram a uma orientação universalística, em que as políticas puderam ser asseguradas nacionalmente pela cidadania. Para isso, foram importantes também a burocracia pragmática e intradependente e a existência de elites políticas comprometidas. Assim, foi fácil garantir maiorias interessadas em um tipo de proteção mais abrangente.

Essa harmonia de interesses em políticas redistributivas entre assalariados industriais e camponeses liberais é um caso único e foi responsável pela instituição da alternativa universalista na Escandinávia. De outro modo, a heterogeneidade ocupacional produziu diversas categorias de riscos, de modo geral, em toda Europa Continental, levando a um *Welfare State* ocupacionalista, restrito, a princípio, aos operários industriais.

Contudo, como foi visto, Esping-Andersen ressalta em seu trabalho que o universalismo nórdico não foi apenas resultado de estruturas socioeconômicas mais simples e homogêneas com relação às continentais. A estratégia da mobilização do movimento operário, que engendrou alianças com os partidos agrários em um primeiro momento e com as classes médias já próximo da década de 1950, teve importância particular. Tal pacto, de acordo com o autor, ao representar o interesse das diferentes classes consolidou a implementação de políticas mais universalizantes, desmercadorizantes, de pleno emprego, gerando um processo de democratização social que, em tese, distribuiu renda, deixando os trabalhadores em melhores condições.

É sabido que essas alianças valeram aos partidos operários uma moderação nada relativa, pois, abdicaram da luta para se integrar ao sistema. Como diz Ferrera, o pacto com o partido de agricultores liberais, no caso dinamarquês, significou reconhecer o princípio da propriedade privada antes mesmo da reforma de pensão.

As “redistribuições coletivas” que o *Welfare State* provocou nada tinham de socialistas, diz Ferrera. Ver na institucionalização do *Welfare State* um caminho para a igualdade inibe a observação plena das motivações e forças presentes nesse processo. A distribuição secundária proveniente de transferências e benefícios do Estado de Bem-estar teve impacto indireto sobre a distribuição primária, cujas raízes são rendimentos do trabalho (salários) e capital ( lucros, renda e juros), através da tributação progressiva que financiava os gastos sociais do governo, no entanto não interferiu na reprodução das desigualdades já que em nada alterou o modo de produção capitalista. É fato que as classes sociais, proletariado e burguesia, associadas ao lugar em que ocupam no modo de produção capitalista não deixaram de existir e permaneceram com suas respectivas funções de explorado e explorador.

Vê-se que os benefícios que a democracia liberal trouxe são localizados ou relativos a um contexto histórico preciso. O sistema nórdico deu passos significativos rumo a uma sociedade mais igual, mas como Baldwin disse, “outras nações não são susceptíveis de replicar a experiência nórdica” (BALDWIN, 1990, p. 55).

A convivência da democracia liberal com o capitalismo determinaram as bases do Estado Liberal, contudo neste processo a democracia afastou-se de um dos seus maiores princípios, ou seja, o poder popular, eliminando a possibilidade de qualquer discussão aprofundada sobre a desigualdade social, uma vez que a intervenção política no campo social era limitada. Com a constituição do Estado social em meados do século XX, o ideal de liberdade presente no Estado

Liberal permaneceu descolado da prática, já que mesmo tendo se ampliado ainda é insuficiente a presença política no âmbito social, com isso a miséria material mantém-se como realidade de grande parte da população.

Esta afirmação afasta-se das ideias apresentadas por Esping-Andesen, mas são importantes para a discussão sobre as dificuldades que os diversos países enfrentam em estabelecer de forma plena as condições materiais fundamentais para justiça social.

Por isso o caminho para efetiva redução da desigualdade e posterior eliminação da mesma não pode ficar restrito a luta pelo direito à cidadania, já que esta apresenta as limitações intrínsecas ao Estado Liberal, mas passa por uma “democracia anticapitalista”, já que a democracia liberal nas palavras de Wood acaba por “substituir a ação política com cidadania passiva; enfatizar os direitos passivos em lugar dos poderes ativos; evitar qualquer confrontação com concentrações de poder social, particularmente se for com as classes dominantes, e finalmente, despolitizar a política” (WOOD, 2007, p. 4).



## REFERÊNCIAS

---

ABENDROTH, W. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AGLIETTA, M. **Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des Etats-Unis**. Paris: Calmann-Lévy, 1976.

AGULHON, M. **1848: o aprendizado da República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ARRETICHE, M. T. S. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas**. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Arretiche\\_1996\\_BIB.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Arretiche_1996_BIB.pdf)>. Acesso em: 15/8/2009. 1996.

BALDWIN, P. **The politics of social solidarity: class bases of the European Welfare State, 1875–1975**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BEHRING, E. R. O Estado Social Europeu tem futuro? In: VARELA, Raquel. **Quem paga o Estado Social em Portugal?** Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

BERNSTEIN, E. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Tradução Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México: Siglo XXI, 1982.

\_\_\_\_\_. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: J. Zahar/Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BERTELLI, A. R. **Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein-Debatte à República de Weimar 1899-1933**. São Paulo, SP: IPSO/IAP, 2000.

BERTELLI, A. R.; BERNSTEIN, E.; DEL ROIO, M. *Bernstein-Debatte 1899-1999*. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 32, 2003.

CARONE, Edgard. Abaixo a guerra! Viva a guerra!. Centro de documentação e memória Maurício Grabois, São Paulo, n.28, 1993. Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=127&id\\_indice=537](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=127&id_indice=537)> Acessado em: 20/12/2012.

CHAUÍ, M. A teoria liberal. In: **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos e medo**. Disponível em: <<http://mariafro.com/2011/04/14/sobre-o-medo-iii-marilena-chai-direitos-humanos-e-medo/>>. Acesso em: 15/1/2013. 2011.

DEÁK, C. Brazil: The Partido dos Trabalhadores in government. **Soundings**, London, n. 28, p. 41-52, 2001.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa do NEPP**, Universidade Estadual de Campinas, n. 82, 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e política social. Cadernos de Pesquisa do NEPP, Universidade Estadual de Campinas,

DI GIOVANNI, Geraldo (org.); NOGUEIRA, Marco Aurélio (coorg.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2013.v.2

DRAIBE, Sônia M. **As políticas de combate à pobreza na América Latina**. In: São Paulo em Perspectiva, v. 1, n. 2, p. 18-24, abr./jun., 1990.

DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 27-64, 2007.

DRAIBE, S. M. e AURELIANO, L. A especificidade do *Welfare State* brasileiro. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. (Org.). **Reflexões sobre a natureza do bem-estar: a política social em tempo de crise, articulação institucional e descentralização**. Brasília: CEPAL/MPAS, p. 85-178, 1989.

DRAIBE, S. M. e HENRIQUE, W. *Welfare state*, crise e gestão da crise. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Anpocs, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 53-78, 1988.

DROZ, J. (Coaut.). **História geral do socialismo**. Lisboa: Horizonte, 1976.

EL-JAICK ANDRADE, J. **O revisionismo de Eduard Bernstein e a negação da dialética**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: Karl Marx & Friedrich Engels, **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, v.3, SD.

\_\_\_\_\_. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica do projecto de programa social-democrata**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1891/06/29.htm>>. Acesso em 26/8/2012. 1891.

ESPING-ANDERSEN, G. **Politics against markets**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **The three worlds of welfare capitalism**. Oxford: Polity Press, 1990.

\_\_\_\_\_. As três economias políticas do *Welfare State*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-115, 1991.

\_\_\_\_\_. **Changing classes**: stratification and mobility in post-industrial societies. Chapter 1. London: Sage. 1993.

\_\_\_\_\_. Welfare states and the economy. In: SMELSER, N. J. e SWEDBERG, R. (Orgs.), **The handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, p. 711-732, 1994.

\_\_\_\_\_. O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. Tradução Simone Rossi Pugin. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 35, 1995.

\_\_\_\_\_. Equality or employment?: the interaction of wages, Welfare States and family change. **Transfer**, Brussels, v. 2, n. 4, p. 615-634, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Welfare states in transition**: national adaptations in global economies. London: Sage, 1996c.

\_\_\_\_\_. Hybrid or unique?: the Japanese welfare state between Europe and America. **Journal of European Social Policy**, London, v. 7, n. 3, p. 179-189, 1997a.

\_\_\_\_\_. Igualdade e trabalho no ciclo de vida pós-industrial. In: MILIBAND, D. (Org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: UNESP, 1997b.

\_\_\_\_\_. A sustentabilidade dos estados-providência no séc. XXI. **Sociedade e trabalho**, Lisboa, n. especial, p. 13-21, 1998a.

\_\_\_\_\_. Dia nacional da segurança social: Conferência “A sustentabilidade dos Estados-Providência no Séc. XXI”. **Sociedade e Trabalho**, Lisboa, n. especial, p. 13-21, 1998b.

\_\_\_\_\_. A Welfare State for the 21st century: ageing societies, knowledge-based economies, and the sustainability of European Welfare States. S.l.: s.n., 1999.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos sociales de las economias postindustriales:** Gøsta Esping-Andersen. Tradução Francisco Ramos. Barcelona: Ariel, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Social foundations of postindustrial economies.** Oxford: Oxford University Press, 2000b.

\_\_\_\_\_. Um estado-providência para o séc. XXI. Sociedade em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos estados-providência europeus. In: RODRIGUES, M. J. (Coord.), **Para uma Europa da inovação e do conhecimento. Presidência portuguesa da União Européia.** Oeiras: Celta, p. 79-125, 2000c.

\_\_\_\_\_. **Why we need a new Welfare State,** Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Towards the good society, once again? In: **4th International Research Conference on Social Security,** Antuérpia, 2003.

\_\_\_\_\_. **Children in the Welfare State:** a social investment approach. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra/Departament de Ciències Polítiques i Socials, 2006.

ESPING-ANDERSEN, G. e PALIER, B. **Três lições sobre o estado-providência.** Tradução Afonso de Melo. Lisboa: Documentos, 2009.

FERRERA, M. **Modelli di solidarietà.** Bologna: Il Mulino, 1993.

FERRERA, M. e RHODES, M. (Eds.). **Recasting European welfare states.** London/Portland: Frank Cass, 2000.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Revista de Saúde Coletiva Physis,** Rio de Janeiro, v. 7, 1998. Disponível também em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 8/9/2009.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo.** São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

HOBSBAWM, E. J. (Coaut.). **História do marxismo.** 4 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983-1989.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos:** o breve século XX : 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **A era do capital:** 1848-1875. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBSAWM, E. J. e RUDE, G. F. E. (Coaut.). **Capitão Swing:** a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HYMAN, R. & FERNER, A. **Industrial Relations in new Europe.** In: Hyman, R. and Ferner, A (eds). *Industrial Relations in new Europe.* Cambridge: Blackwell, 1992.

JONES, G. S. **Lenguajes de clase:** estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa (1832-1982). Madrid: Siglo Veintiuno, 1989.

KAUTSKY, K. **Le programme socialiste.** Paris: Librairie des Sciences Politiques et Sociales Marcel Rivière, 1927.

\_\_\_\_\_. **La doctrina socialista.** Buenos Aires: Claridad, 1966.

\_\_\_\_\_. **Ética y concepción materialista de la historia.** Buenos Aires: Pasado y Presente, 1975.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo.** Prefácio de Luiz C. Bresser Pereira. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012.

Korpi, W. **The Democratic Class Struggle.** London: Routledge & Kegan Paul. 1983.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.** São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. **Audácia: uma alternativa para o século XXI.** São Paulo, ed. Nobel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Audácia:** uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

LOWY, M. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários:** a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: LECH, 1979.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 11-36

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução.** 3ª ed. Lisboa: Estampa, 1974.

\_\_\_\_\_. **Oportunismo e a arte do possível.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.html>>. Acessado em: 16/5/2011. 30/9/1898.

\_\_\_\_\_. **Congresso de Stuttgart do Partido Social Democrata Alemão.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/10/03.htm>>. Acessado em: 4/5/2011. 3/10/1898.

\_\_\_\_\_. **A teoria Marxista e o proletariado.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1903/03/14.htm>>. Acessado em: 22/10/2012. 14/3/1903.

MAGNUSSON, L. **An economic history of Sweden.** London/New York: Routledge, 2000. Disponível em: <[http://www.ECONOMICSnetBASE.com/ejournals/books/book\\_km.asp?id=3781](http://www.ECONOMICSnetBASE.com/ejournals/books/book_km.asp?id=3781)>. Acesso em: 16/5/2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **As lutas de classes na França: 1848 a 1850.** Rio de Janeiro, RJ: Vitória, 1956.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Tradução João Maia. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Contribuição a crítica da economia política.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Contribuição a crítica da economia política.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concritconpoli/introducao.htm>>. Acessado em: 23/10/2013. 1859.

\_\_\_\_\_. **Crítica do programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, K. **Carta de Marx a Kugelmann.** Tradução Fernando A. S. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/02/23.htm>>. Acessado em: 24/6/2011. 13/2/1865

MARX, K.; ENGELS, F. e LENIN, V. **Crítica ao programa de Gotha, Crítica do Programa Erfurt e Marxismo e Revisionismo.** Porto: Portucalense, 1971.

MATTICK, P. **Karl Kautsky: de Marx a Hitler.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mattick/1939/mes/kautsky.htm>>. Acesso em: 23/11/2012. 1939.

MYRDAL, G. **O estado do futuro**: o planejamento econômico nos estados de bem-estar e suas implicações internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo/Campinas: Editora da UNESP/UNICAMP/IE, 2003.

PAGGI, L. Intelectuais, teoria e partido no marxismo da Segunda Internacional. Traduzido do espanhol por Antonio Roberto Bertelli. **Novos Rumos**, n. 37, 2002.

PAIM, A. **Do socialismo à social-democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

PALOMEQUE LOPEZ, M. C. **Derecho del trabajo e ideología**: medio siglo de formación ideológica del derecho español del trabajo, 1873-1923. Madrid: Akal, 1980.

PARIS, R. A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um “vaudeville”. Tradução Claudio H. M. Batalha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, set. 1987/fev. 1988.

PAZZINATO, A. L. e SENISE, M. H. V. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRODI, P. **Uma história da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUERIDO, F. M. **Na contramão da (pós) modernidade**: o “marxismo romântico” de Michael Lowy. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 111-122, 2009.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o estado providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROVAN, Joseph. **História da Social-Democracia alemã**. Tradução Eduardo Saló. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.

SAES, D. A. M. **Cidadania e capitalismo (uma abordagem teórica)**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/saescidadania.pdf>>. Acesso em; 21/10/2011.

SALVADORI, M. L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBBSBAWM, E. J. (Coaut.). **História do marxismo**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State**. Revista Política e Trabalho, Paraíba, set. 1999, p. 29-42.

SOUZA, A. T. de. **Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 v. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1988-1997. (Oficinas da História; v. 1, 5 e 8)

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANNA, M.L.T.W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.